



A Cidade do Rio de Janeiro na PNAD: Condições de Vida, Educação, Renda e Ocupação entre 2001 e 2006

N° 20080802
Agosto - 2008

Adalberto Cardoso (coord) - Contrato IUPERJ-IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

EXPEDIENTE

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PNAD: CONDIÇÕES DE VIDA, EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÃO ENTRE 2001 E 2006*

Adalberto Cardoso (coord) - Contrato IUPERJ-IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Introdução

Este livro resulta de cooperação entre o Instituto Pereira Passos – IPP, da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, da Universidade Candido Mendes, com objetivo de produzir estatísticas sobre a Município do Rio de Janeiro a partir das pesquisas regulares do IBGE. A cooperação tem permitido ao Município informar-se de maneira sistemática sobre a dinâmica sócio-econômica mais geral, e avaliá-la em perspectiva, tendo em vista o que vem ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro e no País como um todo. Esta publicação reúne os estudos realizados por equipe de pesquisadores selecionada e coordenada pelo IUPERJ, e tem por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, referente aos anos de 2001 a 2006.

Antes de apresentar a análise, algumas considerações metodológicas são necessárias. Em primeiro lugar, e como o próprio nome do levantamento indica, a PNAD “é realizada através de uma amostra de domicílios, que é estruturada por processos estatísticos matemáticos de forma a garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos em que a pesquisa é produzida”¹. A PNAD foi realizada primeiramente no ano de 1967 cobrindo somente a área abrangida pelo atual Estado do Rio de Janeiro (ou seja, além dos municípios fluminenses, incluía também o então Estado da Guanabara). Ao final daquela década, porém, a Pesquisa já se havia estendido para as atuais Regiões Nordeste, Sudeste, Sul e o Distrito Federal.

Durante seus três primeiros anos a PNAD apresentou periodicidade trimestral, passando a ocorrer anualmente a partir de 1971. Ao longo dos anos 1970 e 1980, as

* O trabalho foi coordenado por Adalberto Cardoso, também responsável pela redação final elaborada a partir das análises originais de Carlos Antônio Costa Ribeiro (características do domicílio e da população), Nelson do Valle Silva (educação), Lena Lavinhas e Barbara Cobo (renda), e Marcelo Jorge Paixão (mercado de trabalho). Colaboraram ainda os seguintes técnicos do IPP: Alcides Carneiro, Ana Carolina Aguilera Negrete, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri, Helcio de Medeiros Junior, Inês Germano, Lucia Helena Barros dos Santos, Márcia Frota Sigaud, Maria Alice Fernandes Martins, Marilene Agrizzi Nacaratti, Mérida Herasme Medina, Renato Fialho Jr. e Soraya Oliveira.

¹ *Manual da Entrevista da Pesquisa Básica da PNAD*. Rio de Janeiro, IBGE, 1995: p. 23. Todas as publicações citadas aqui podem ser encontradas na página do IBGE na internet.

Regiões Centro-Oeste e Norte urbano foram sendo sucessivamente incorporadas no raio de alcance do levantamento. Finalmente, no ano de 2004, a PNAD, em termos de abrangência geográfica, passou a incorporar os domicílios da área rural da Região Norte do País².

O levantamento sempre teve por eixo o estudo do binômio habitação e trabalho, aos quais se agregaram outras questões relevantes que diziam respeito, de forma direta ou indireta, àquele par de campos temáticos. Assim, outras características da população que vêm sendo sistematicamente estudadas pela PNAD são os perfis: demográfico (tamanho da população, região de residência, pirâmide etária, razão de sexo, cor ou raça, esta última presente no corpo básico desta pesquisa desde 1987), educacional, de rendimento, migração e de fecundidade, estes dois últimos sendo incorporados ao corpo básico da Pesquisa na década de 1990 (antes figuravam apenas em suplementos eventuais). Finalmente, vale salientar que, em sucessivas edições da pesquisa, diversos temas foram tratados nos suplementos aos questionários, objetivando aprofundar os temas permanentes e investigar outros assuntos que se interligam com a pesquisa básica.

O segundo ponto a se salientar tem a ver com o tema *trabalho*, um dos vetores centrais da PNAD. Desde o início do levantamento, a rubrica sofreu diversas modificações metodológicas, exigindo especiais cuidados quando da constituição de séries históricas de prazo mais largo. As duas principais mudanças ocorreram nos anos de 1992 e de 2002³. Em 1992, deu-se a ampliação do conceito de População Economicamente Ativa (PEA), que passou a incorporar pessoas que estavam desenvolvendo atividades outrora não entendidas como econômicas, em especial as ocupadas em atividades de auto-construção e produção para o auto-consumo. Além disso, o próprio conceito de ocupação mudou (e com ela o de desemprego). Até 1992 eram consideradas ocupadas as pessoas que tivessem trabalhado pelo menos 15 horas na semana de referência. A partir de 1992 o critério foi igualado ao então utilizado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), segundo o qual ocupada era a pessoa que tivesse desenvolvido alguma atividade remunerada por pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa. Já no ano de 2002, a principal mudança ocorrida foi a adoção de um novo Código Brasileiro de Ocupação (CBO) e de uma nova

² Ver Anexo da *Síntese dos Indicadores Sociais*, Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

³ Ver *Síntese dos Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), ambos compatíveis com codificações internacionais. Essa última alteração tornou especialmente complexa a constituição de séries históricas de mais longo alcance, muito embora tenha representado evidente avanço em termos metodológicos, ao uniformizar a classificação ocupacional utilizada pelos diversos órgãos de governo (em especial o IBGE e o Ministério do Trabalho e Emprego) e permitir, ao mesmo tempo, comparações internacionais.

Em terceiro lugar, é preciso ficar claro que o menor nível estatisticamente confiável de desagregação da PNAD é a região metropolitana. É verdade que a amostra do Município do Rio pode chegar a 10 mil casos, dependendo do ano considerado. Não é uma amostra pequena. Contudo, ela não foi desenhada para ser representativa da população do Município. Por isso, e tendo por base o conjunto de tabelas que compõem a publicação oficial da PNAD⁴, o IBGE estimou, para cada estatística produzida, um coeficiente de variação, ou, grosso modo, a margem de erro das estimativas expandidas para representar a população. Para a elaboração deste estudo, na maioria dos casos foram desconsiderados valores com coeficiente de variação igual ou superior a 10%. As exceções são indicadas ao longo do texto, com a devida sugestão de cautela na interpretação dos resultados.

Por fim, nas comparações realizadas buscou-se, sempre que possível, utilizar os dados do Brasil urbano e, no caso do Estado do Rio de Janeiro, subtrair os dados da capital, com isso reduzindo o impacto do município no território fluminense⁵. Isso nem sempre foi possível, porque em alguns casos a subtração gerou altos coeficientes de variação em uma ou ambas as áreas. Mas o procedimento foi utilizado em todo o capítulo 5, e em algumas seções dos demais capítulos.

O texto ora dado a público, não obstante estas notas metodológicas, foi preparado visando um público amplo. O leitor não encontrará longas ou rebuscadas explicações estatísticas. Ao contrário. Procurou-se evitar o rigor por vezes árido dos textos especializados, em nome da clareza e da simplicidade de exposição. Quase todos os argumentos são sustentados em informação gráfica, ou visual, e tomou-se o cuidado de fazê-lo da forma mais amigável possível. As tabelas e gráficos, por

⁴ As tabelas da PNAD estão disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>

⁵ De fato, o Estado do Rio tinha, na amostra da PNAD de 2006, 27 mil casos, contra os pouco menos de 10 mil do Município.

exemplo, não indicam a fonte dos dados, já que todos, sem exceção, provêm da PNAD. Menos do que analítico, portanto, o texto que se segue *descreve* a evolução recente (2001-2006) e o panorama atual das condições de vida e trabalho dos habitantes da capital fluminense, confrontando-o com o restante do Estado e do País. Evita fazer prescrições de políticas públicas, mas não se furta a apresentar possíveis razões para os cenários descortinados pela análise, em especial quando desfavoráveis em termos comparativos.

O trabalho compõe-se de cinco capítulos. O primeiro aborda as condições habitacionais do Município, começando pelo acesso à renda como base do acesso a outros bens pelas famílias. Demonstra que a renda familiar dos cariocas vinha perdendo terreno até 2005 em comparação com as famílias fluminenses e brasileiras de um modo geral, movimento interrompido em 2006, quando o Município assistiu a substancial salto na capacidade de consumo de seus habitantes. Isso se refletiu na melhoria generalizada nos demais indicadores habitacionais, como a qualidade das construções, o acesso aos bens básicos de consumo, categoria que hoje engloba celulares, computadores e internet, e bens considerados “de luxo”, como máquinas de lavar e freezers. Os serviços urbanos também melhoraram em seis anos, mesmo se considerarmos que o acesso a água e esgoto era praticamente universal em 2001. O Rio chegou, em 2006, em condições habitacionais melhores do que em 2001, ainda que a melhoria tenha ocorrido a taxas inferiores às registradas no Estado e, em parte, no País.

O capítulo 2 analisa a evolução do perfil demográfico, migratório e familiar dos cariocas entre 2001 e 2006. O período é curto para que se detectem mudanças importantes de tendência populacional, já que mudanças, nesse nível de agregação, são de larga maturação, e a realidade é dotada de grande inércia estrutural. Assim, observou-se a permanência de características históricas da população carioca, como a maior presença de mulheres na população, a participação importante de pessoas com mais de 60 anos no total, a proporção relativamente alta de famílias unipessoais e de domicílios chefiados por mulheres. A maior velhice relativa da população carioca faz com que a proporção de domicílios chefiados por pessoas não economicamente ativas seja maior na Município do que no restante do País, e parte importante desses chefes compõe-se de mulheres (em boa medida sozinhas). A migração e a fecundidade não sofreram mudanças nos anos recentes. O Rio permanece com um peso muito alto de

migrantes antigos, mais do que no caso do Estado e do País. E a fecundidade continua afetando as chances de trabalho das mulheres, sobretudo as mais jovens.

O capítulo 3 analisa as condições educacionais da população carioca. Chama-se a atenção, desde logo, para o *peso do passado* na dinâmica educacional global, já que as taxas de escolarização ainda cobram o preço da maior idade e da maior participação de mulheres na população da capital, vis-à-vis o restante do Estado e o País. Como o acesso à escola era mais difícil no passado, sobretudo para as mulheres, a grande participação desses contingentes na população total ainda impacta os indicadores educacionais agregados. Ainda assim, o Rio se sai melhor do que o Estado e o País na maioria dos casos. E mesmo quando os dados parecem desfavoráveis, como no caso da evolução dos anos médios de estudo entre 2001 e 2006, maior no Brasil e no Estado, o fato é que o Rio partiu de patamar bem mais elevado no início do período. Por outro lado, é bastante alta a participação de pessoas com segundo grau completo ou mais (41% da população com pelo menos 10 anos de idade em 2006) na população do Município, os habitantes com nível superior compondo quase 16% do total, muito mais do que no Estado e no País. Nesse sentido, o Município do Rio de Janeiro, em que pese o resíduo decorrente da maior longevidade de sua população, vis-à-vis as outras duas regiões de referência, continua em posição privilegiada quanto ao acesso a níveis de educação mais elevados, o que é uma vantagem comparativa importante num ambiente global de grande competição inter-empresarial por mão de obra qualificada.

No capítulo 4 analisa-se a evolução da renda. Demonstra-se que, até 2005, a renda média global dos cariocas cresceu a taxas inferiores ao registrado no Estado e no País, com aumento importante do peso relativo das rendas provenientes de outras fontes que não o trabalho, incluindo-se aposentadorias e pensões. Porém, em 2006 o mercado de trabalho do Rio mostrou mais dinamismo do que o das outras duas áreas de comparação. É notória a reversão da tendência de maior precarização das ocupações, que resultara no achatamento da remuneração média dos ocupados até 2005, na contramão do que ocorria no País como um todo. Além disso, os novos postos de trabalho criados são de melhor qualidade em termos de formalidade e renda, uma vez mais revertendo tendência anterior.

O capítulo 5 trata especificamente do mercado de trabalho, aprofundando alguns temas adiantados no capítulo anterior e esmiuçando novas dimensões da dinâmica do emprego e da renda. Outras evidências da melhoria das condições de ocupação são

apresentadas. O desemprego mostra leve tendência de queda, acompanhando o movimento geral da economia brasileira, e aumenta a proporção de ocupados procurando outro emprego, o que denota percepção de que as condições do mercado de trabalho estão melhorando. O emprego com carteira assinada cresceu de maneira importante em 2006, para homens e mulheres igualmente, o que se reflete no aumento do número de pessoas trabalhando 44 horas por semana ou menos, e isso tanto no Rio quanto no Estado e no País. O Rio de Janeiro apresentava, também, taxas de contribuição à Previdência Social em 2006 maiores do que o Estado e o País, independentemente da faixa etária das pessoas. E refletindo ainda o “peso do passado” na dinâmica sócio-econômica global do Município, o peso relativo de aposentados e pensionistas é bem maior do que nas outras duas áreas. Um em cada 5 cariocas com 10 anos ou mais de idade auferia renda previdenciária, contra 1 em cada 7,7 brasileiros.

Cabe esclarecer, por fim, que os textos dos analistas convidados já estavam prontos quando o IBGE liberou os dados de 2006. Com isso, coube a Adalberto Cardoso, com a colaboração dos técnicos do IPP, que atualizaram os gráficos e tabelas para incluir 2006, rever os estudos e os textos originais. Assim, o resultado final nem sempre corresponde ao que havia sido encontrado pelas análises originais, especialmente no caso dos textos sobre renda e mercado de trabalho, já que 2006 foi um ano de grandes mudanças na inserção ocupacional, na renda e na estrutura do mercado de trabalho no Município do Rio de Janeiro, assim como no Estado e no País como um todo.

Capítulo I: Características dos domicílios

Iniciemos a análise pelas características básicas dos domicílios do Município do Rio de Janeiro entre 2001 e 2006, que serão também comparadas com a situação dos domicílios do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil em 2006. As características investigadas são: a distribuição de renda; o tipo de domicílio e a condição de ocupação (alugado, próprio, cedido, e outros); o acesso a alguns bens básicos; o acesso a telefone e microcomputador; a carência ou não de serviços básicos; e a densidade de moradores por dormitório. A partir da análise da distribuição destas características é possível avaliar as condições socioeconômicas que caracterizam os domicílios cariocas. As três principais perguntas são: (i) Quais são as principais características

habitacionais do Município do Rio de Janeiro entre 2001 e 2006? (ii) Em que medida as condições de vida nos domicílios cariocas melhoraram? (iii) Como se situa o Município do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro e ao Brasil em termos de condições habitacionais e de bem estar nos domicílios?

Cabe marcar, antes de mais nada, que o período de seis anos é muito curto para que ocorram grandes mudanças nas condições de vida e habitação da população. Diferentemente do que ocorre com os números no mundo das finanças, que costumam variar ao sabor de mudanças na conjuntura econômica mundial ou de turbulências políticas locais, os números descrevendo as condições de vida e de habitação estão estreitamente relacionados a características demográficas, que costumam variar de forma mais lenta, na medida em que envolvem mudanças na composição da população e processos de transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens nas condições de vida. Ademais, tenhamos sempre em mente as limitações dos dados disponíveis, sobretudo a impossibilidade de fazerem-se cruzamentos entre variáveis de interesse para a compreensão da dinâmica habitacional do Município (por exemplo, entre níveis de renda e a cor dos moradores; ou entre renda e acesso a microcomputadores etc.). Ainda assim uma leitura cuidadosa das informações disponíveis permite apreender aspectos relevantes das condições de vida dos domicílios cariocas.

Distribuição de renda

A renda é um dos principais meios para adquirir bens e serviços valorizados na sociedade moderna. Portanto, qualquer estudo sobre as condições de vida da população deve levar em conta a renda disponível. No capítulo 4 o tema será abordado em maior profundidade. Aqui, interessa-nos apenas avaliar a evolução da *distribuição* de renda média e da *desigualdade* de renda entre os domicílios cariocas, aspectos salientes de sua estrutura. A Tabela 1.1 apresenta a renda média no Município como um todo e em algumas faixas de salário mínimo entre 2001 e 2006. Informações semelhantes são apresentadas para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil em 2006⁶.

⁶ Para evitar repetições inúteis, evitou-se indicar, nas tabelas e gráficos deste livro, a fonte dos dados utilizados. Como afirmado na introdução, todos os gráficos e tabelas têm a mesma fonte: quando retratam o Município do

Tabela 1.1
Renda domiciliar média segundo faixa de rendimento (em valores de maio de 2007);
razão entre a renda média dos mais ricos (mais de 20 salários mínimos) e dos mais
pobres (até 1 salário mínimo) no Município do Rio de Janeiro (2001 a 2006), no Estado do
Rio de Janeiro (2006) e no Brasil (2006).

Renda média	Ano (Município do Rio)							Estado (Urbano) 2006	Brasil (Urbano) 2006
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006 /2001		
Total	2.633	2.564	2.402	2.443	2.538	2.802	6,4	2.079	1.727
Até 1 salário mínimo	244	238	257	259	283	303	24,2	312	274
Mais de 1 a 2 sal. mínimos	430	460	452	461	521	576	34,1	579	563
Mais de 2 a 3 sal. mínimos	692	726	717	728	832	924	33,5	918	912
Mais de 3 a 5 sal. mínimos	1.101	1.126	1.135	1.155	1.279	1.414	28,4	1.412	1.408
Mais de 5 a 10 sal. mínimos	1.968	2.009	1.991	2.088	2.323	2.542	29,1	2.506	2.514
Mais de 10 a 20 sal. mínimos	3.856	3.979	4.004	4.096	4.512	5.077	31,7	5.035	5.013
Mais de 20 sal. mínimos	10.651	9.643	10.118	10.337	11.688	13.360	25,4	12.942	12.590
Razão entre renda média dos dom. mais ricos e mais pobres	44	41	39	40	41	44	0,0	41	46

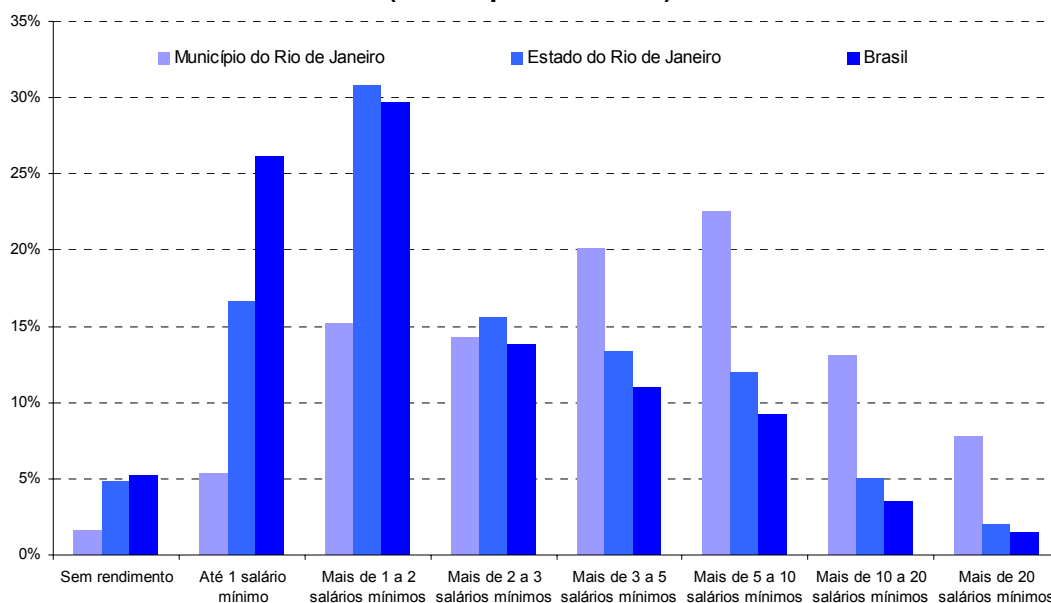
Houve aumento significativo da renda média em todas as faixas de renda domiciliar entre 2001 e 2006. Por exemplo, em 2001 o ingresso médio nos domicílios com renda média de até um salário mínimo era de 244 reais (a preços de maio de 2007), e dos domicílios com mais de 20 salários mínimos era de pouco mais de 10.600 reais. Em 2006 essas rendas passaram a ser respectivamente 303 reais e 13.360 reais. Os aumentos entre 2001 e 2006 foram de 24% para os mais pobres e 25% para os mais ricos. Mas o que chama a atenção é o aumento expressivo da renda média domiciliar nas faixas de 1 a 3 salários mínimos, bem superior ao observado nas faixas superiores de renda. Esse aumento reflete, como é sabido, a política federal de concessão de aumentos reais ao salário mínimo. Contudo, como em 2006 a renda dos mais ricos deu um salto importante em relação aos anos anteriores, o movimento de redução da desigualdade que se vinha processando até 2005 foi interrompido, e a diferença entre domicílio muito ricos e muito pobres voltou ao patamar de 44 vezes em 2006, mesmo valor de 2001. Importa insistir, porém, que a desigualdade voltou a aumentar numa situação de melhoria na renda média em todas as faixas de renda domiciliar.

Rio de Janeiro, utilizam-se as PNADs de 2001 a 2006. Quando se compara o Município com o Estado do Rio e o

A Tabela 1.1 também revela que a renda domiciliar média do Município do Rio de Janeiro cresceu um pouco (6,4%) entre 2001 e 2006, e manteve-se significativamente acima da renda média do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil no mesmo ano de 2006. Além disso, a desigualdade de renda domiciliar no Município (ricos ganhavam 44 vezes mais do que pobres) é mais alta do que a do Estado (41 vezes mais) e um pouco menor do que a do País (46 vezes mais) em 2006.

Avaliando a relação entre os percentuais de domicílios em cada faixa de renda no Município, no Estado e no País em 2006 (Gráfico 1.1), vê-se que o percentual de domicílios nas faixas de renda mais baixas (de “sem rendimentos” até “3 salários mínimos”) é menor no Município do que no Estado e no País. Inversamente, há um maior percentual de domicílios nas faixas mais ricas (“mais de 5 salários mínimos”) no Município do que no Estado e no País. Isto é, em 2006 havia mais domicílios relativamente ricos no Município do Rio de Janeiro do que no Estado e no País.

Gráfico 1.1
Proporção de famílias por faixa de renda (em salários mínimos) da pessoa de referência no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2006

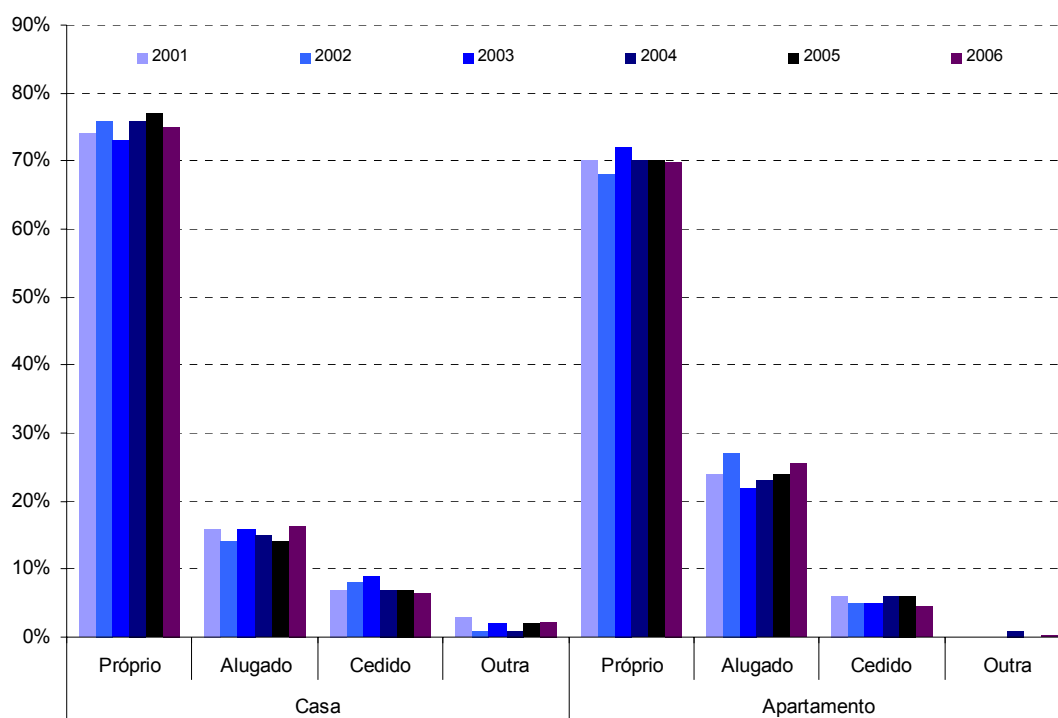


Tipo de domicílio e condição de ocupação

Outras características importantes dos domicílios são o tipo e a forma de ocupação. Há informações sobre dois tipos de domicílios: casas e apartamentos. Estes

tipos são muito genéricos, na medida em que podem variar muito em tamanho e localização, tendo, desta forma, valores muito diferentes. Outra informação importante diz respeito à propriedade do domicílio, que é a forma de riqueza mais difundida na sociedade. O Gráfico 1.2 apresenta as informações relevantes para o Município do Rio de Janeiro entre 2001 e 2006, tomando-se apenas casas e apartamentos, as moradias típicas das famílias⁷.

Gráfico 1.2
Condição de ocupação de casas e apartamentos no Município do Rio de Janeiro 2001-2006

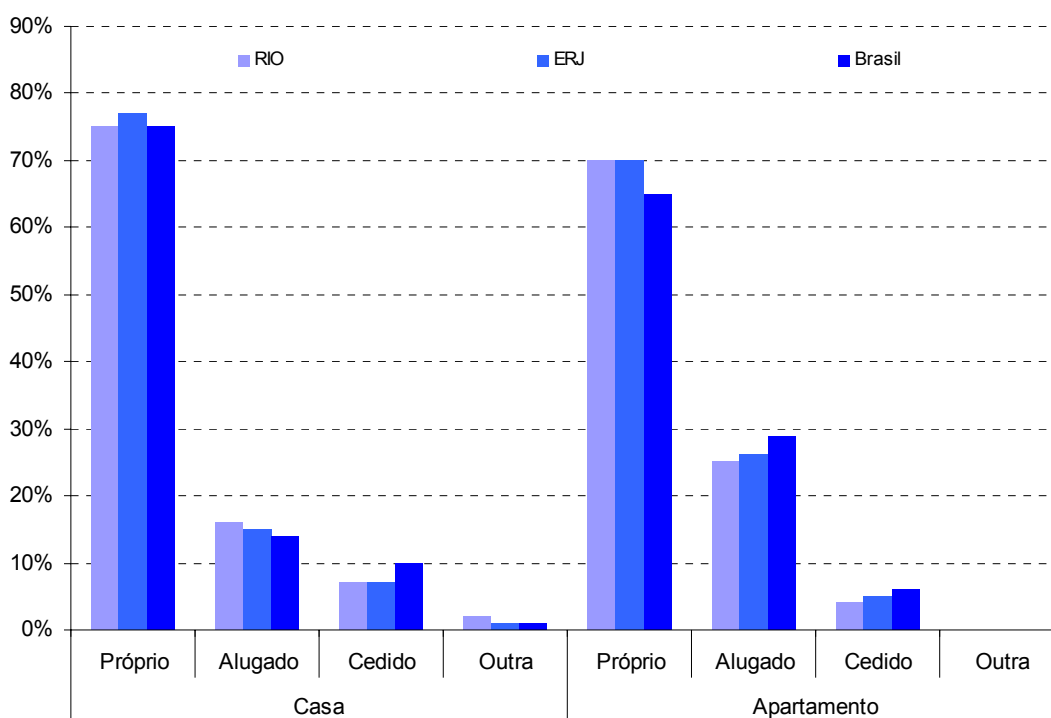


Como podemos ver, não há tendência de expansão do número de casas e apartamentos próprios. Cerca de 75% dos apartamentos e 70% das casas, em cada um dos seis anos pesquisados, eram próprios. Há um percentual relativamente maior de apartamentos alugados do que de casas, e o número de casas e apartamentos cedidos não passa, em nenhum dos anos, de 10%. Em suma, podemos dizer que a situação dos tipos de imóveis e formas de sua ocupação não se modificou entre 2001 e 2006 no Município do Rio de Janeiro, o que, de resto, era de se esperar, uma vez que mudanças nesse quadro têm longo tempo de maturação.

⁷ O IBGE traz informações sobre outros tipos de domicílios, como moradias coletivas, conventos, prisões etc. Aqui, consideramos apenas casas e apartamentos.

Além disso, a situação no Município em 2006 era muito semelhante àquela do Estado e do País, como revela o Gráfico 1.3. A única diferença é que, no Município do Rio, há um percentual ligeiramente maior de apartamentos próprios do que no País, e conseqüentemente um percentual menor de apartamentos alugados. Essa diferença se deverá, de um lado, à maior verticalização do Município, por comparação com o Brasil como um todo; e de outro, à renda média mais alta dos cariocas, que os estará habilitando à conquista da moradia própria em maior proporção dos que os brasileiros.

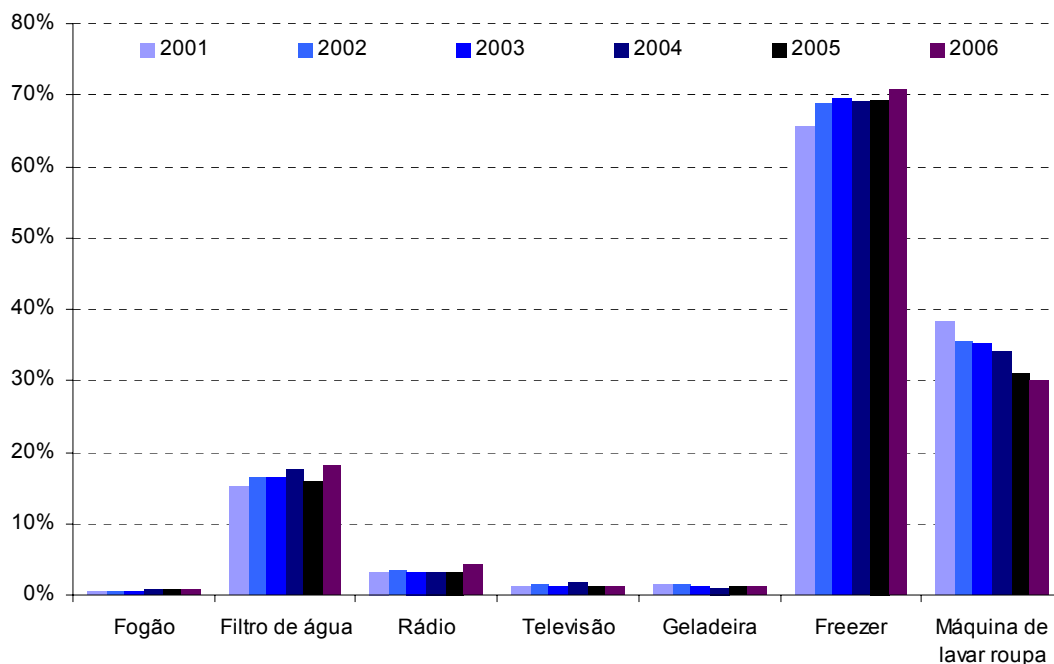
Gráfico 1.3
Condição de ocupação de casas e apartamentos no Rio de Janeiro (Município e Estado)
e no Brasil em 2006



Bens básicos

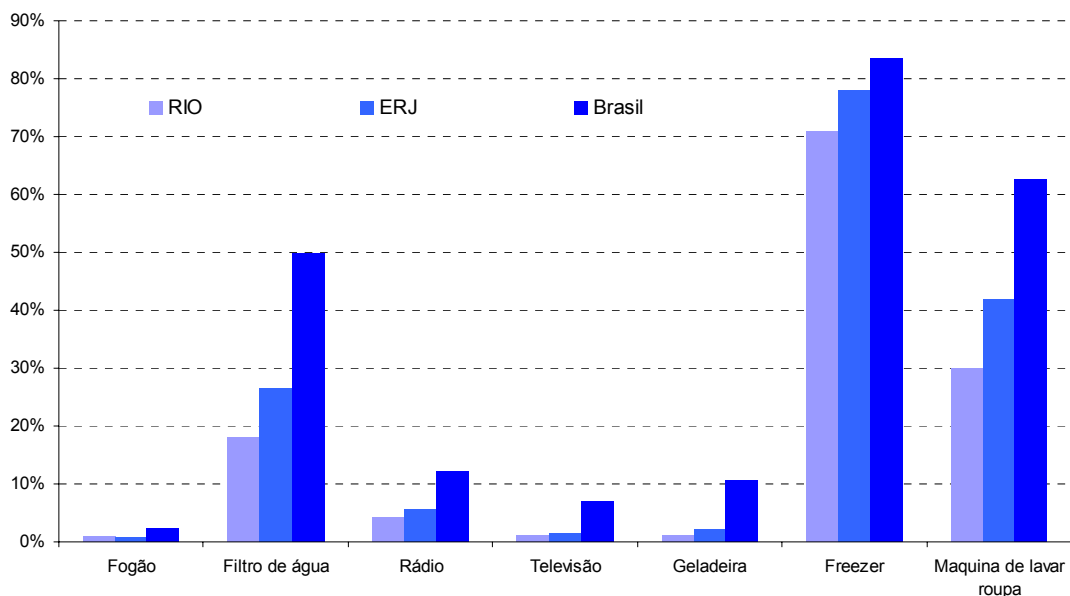
Além da propriedade de imóveis, a posse de alguns bens de consumo básicos nos domicílios parece ser um bom indicador de suas condições de vida. Para melhor visualizar essas condições, construiu-se uma medida do que se poderia denominar “taxa de privação” dos domicílios, composta pela proporção daqueles que *não têm* acesso a alguns bens básicos selecionados. É o que mostra o Gráfico 1.4.

Gráfico 1.4
Proporção de domicílios sem acesso a alguns bens básicos de consumo no Município do Rio de Janeiro – 2001-2006



A primeira informação que salta aos olhos é que praticamente não há domicílios sem fogão, rádio, televisão e geladeira, bens que podem ser considerados, hoje, como básicos para o bem estar da população. Interessante notar, também, o aumento quase contínuo, se bem que pequeno de um ano para outro, de domicílios sem filtro d'água. Embora isso pareça preocupante à primeira vista, pode, ao contrário, estar indicando melhoria das condições de vida de alguns domicílios, que estarão, provavelmente, migrando para outras formas de potabilidade, como a água mineral ou a água potável da rede geral. Essa hipótese vai na mesma direção da redução da carência de máquinas de lavar roupa (de quase 40% dos domicílios sem o bem em 2001, para 30% em 2006), indicador importante de melhoria de condições de vida. Ao que parece, a melhoria da renda e as facilidades de crédito estão permitindo o acesso a mais facilidades domésticas a número crescente de domicílios cariocas. Em termos desses bens básicos a situação do Município do Rio de Janeiro era melhor do que a do Estado e bem melhor do que a do País em 2006, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1.5
Proporção de domicílios sem acesso a alguns bens básicos de consumo no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2006



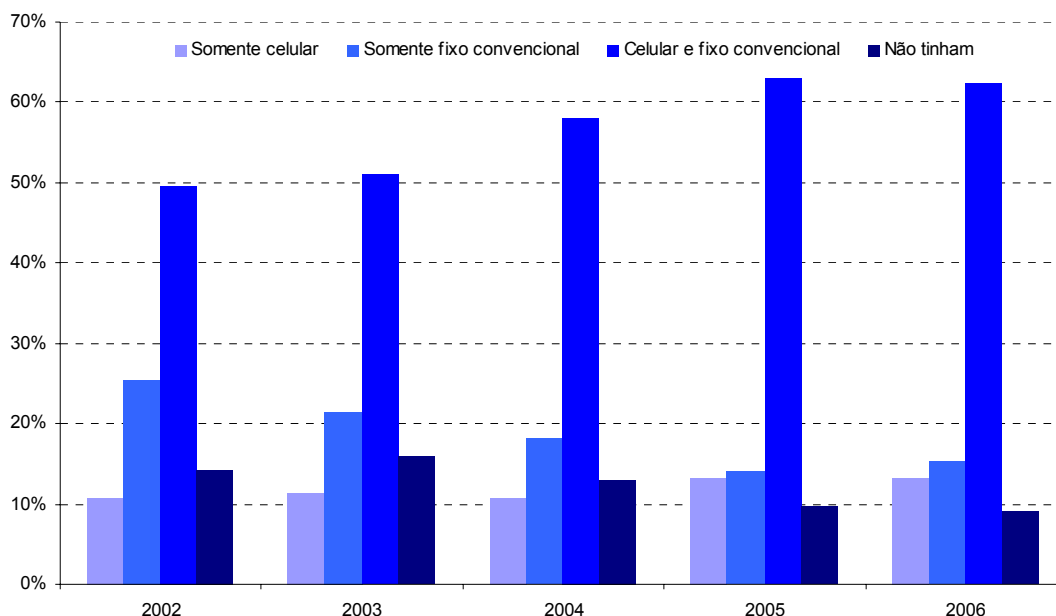
Telefone e microcomputador

As tecnologias de informação ganharam grande impulso no Brasil nos últimos 10 ou 15 anos, em razão da entrada de novos competidores num mercado antes monopolizado pelo Estado. O Brasil tem, hoje, uma das maiores taxas de utilização de telefones celulares por habitante do mundo, embora o acesso a outras tecnologias de informação, como o computador e a internet, ainda seja bastante restrito nas faixas mais baixas de renda.

A partir de 2002 o IBGE incluiu o acesso a telefones celulares por parte dos domicílios na cesta de bens pesquisados, o que vem permitindo uma real mensuração da evolução nos padrões de acesso. O Gráfico 1.6 mostra o percentual de domicílios que tinham somente telefone celular; somente telefone fixo; celular e fixo; ou que não tinham um ou outro. Fica claro que, entre 2002 e 2006, a grande mudança foi o aumento no acesso à telefonia celular. Em 2002, somando-se os domicílios que tinham apenas telefone celular (11%) com os que tinham celular e fixo (perto de 50%), pouco mais de 60% tinham acesso a celular na capital fluminense. Em 2006 essa taxa já era de quase 76%, um aumento de 27% na taxa de acesso à telefonia móvel. Ao mesmo tempo, o aumento da mescla fixo/celular, que ocorre à custa dos domicílios que tinham apenas telefone fixo (e em menor parte dos que não tinham telefone algum), sugere que a maior parte das famílias *acrescentou* o celular à sua cesta de tecnologias de

informação, da qual já fazia parte o telefone fixo. Por fim, é bom salientar a queda quase constante da proporção de domicílios sem telefone algum, atingindo menos de 10% em 2006. O celular representou uma melhoria significativa no acesso dos cariocas aos serviços telefônicos, o que, é sabido, tem impactos substanciais nas condições de vida das pessoas. Ocorre que o telefone (e outras tecnologias de informação) permite, por exemplo, que as pessoas acionem e sejam acionadas por suas redes de relacionamentos, o que, por seu lado, tem impactos significativos nas chances de emprego, na ativação de redes de amizade, na busca de apoio em caso de problemas de saúde etc.

Gráfico 1.6
Proporção de domicílios com acesso a telefonia no Município do Rio de Janeiro – 2002-2006

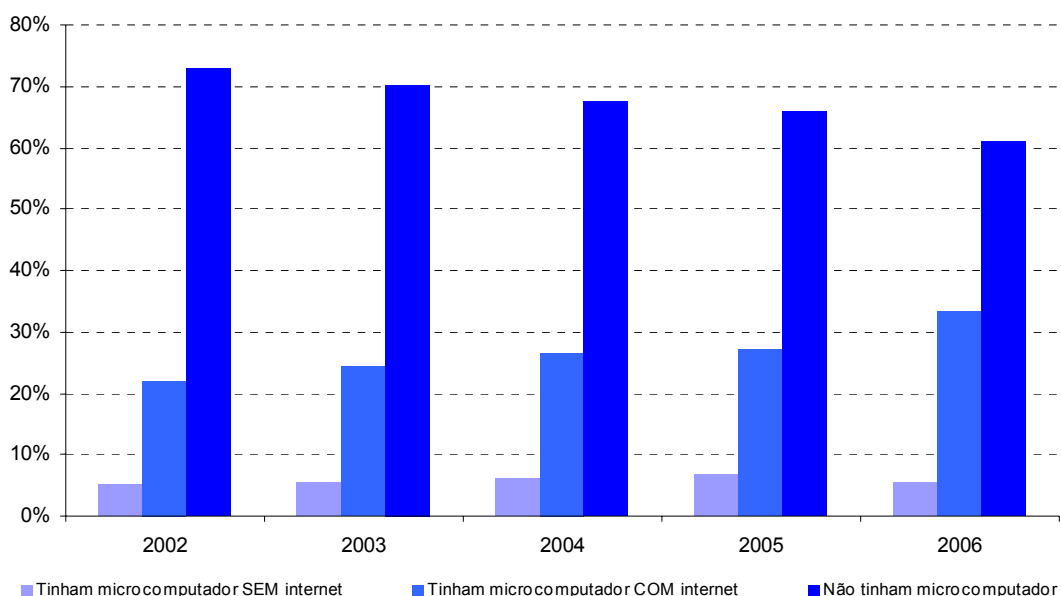


Tal como nos demais indicadores de acesso a bens, a situação do Município do Rio em 2006 era consideravelmente melhor do que a do Estado e do País no caso da telefonia. Se no Município menos de 10% dos domicílios não tinham telefone, no Estado havia 15% nesta situação e, no País, 25,5%. No Brasil e no Estado do Rio de Janeiro havia um número maior de domicílios com acesso apenas ao telefone celular (27,7% e 19% respectivamente) do que no Município (13%). A rede de telefonia fixa, portanto, é melhor no Município do Rio de Janeiro do que no Estado e no País.

Outro bem extremamente importante na sociedade moderna é o microcomputador e, em particular, o acesso à internet. E, tal como no caso da telefonia, vem aumentando o percentual de domicílios com acesso a microcomputador com e sem internet no Município do Rio, como mostra o Gráfico 1.7. A taxa global de acesso,

contudo, permanece baixa. Em 2002 cerca de 5% dos domicílios tinham computador sem internet e 22% com internet, e em 2006 esses números eram, respectivamente, para 5,5% e 33,4%. Em outras palavras, 27% dos domicílios em 2002 e 40% em 2006 tinham microcomputadores. Ou, lendo de outra forma, 60% dos domicílios cariocas eram carentes deste bem tão essencial à dinâmica informacional contemporânea. É claro que a carência de computador em casa não quer dizer que as pessoas não tenham acesso a ele em outros lugares, como a escola, o trabalho ou as casas especializadas em acesso à internet. O computador, na verdade, tal como o freezer ou a máquina de lavar, é um indicador *de bem estar* das famílias, ou de sua riqueza material, e é de se esperar que, se esta continuar a aumentar, aumentará também o acesso a esses bens.

Gráfico 1.7
Proporção de domicílios segundo acesso a micro-computador no Município do Rio de Janeiro, 2002-2006

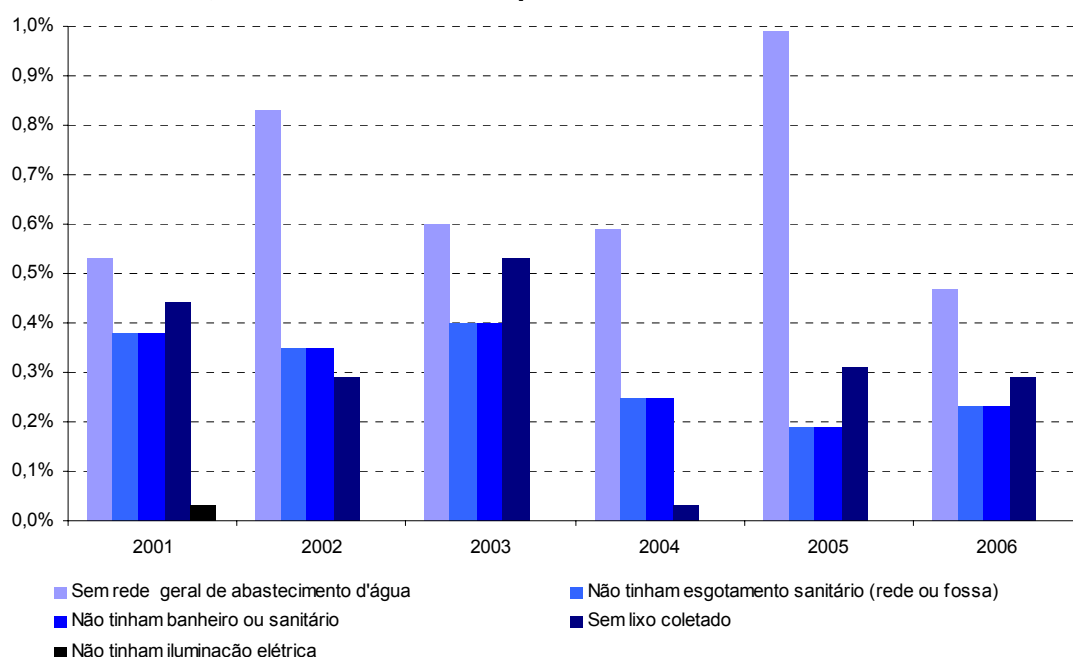


Mais uma vez a situação no Município do Rio é melhor do que no Estado e no País. Enquanto perto de 40% dos domicílios cariocas tinham microcomputador em 2006, apenas 30% das residências do Estado do Rio de Janeiro e 22% das do Brasil tinham o bem. Seja como for, como indicam os dados da PNAD 2006, a proporção de famílias com acesso próprio à internet continua a aumentar, refletindo a queda nos preços dos computadores devida à apreciação do câmbio, e o maior acesso ao crédito por parte de todas as faixas de renda.

Serviços básicos

Além da renda, da moradia e de certos bens de consumo, o acesso a serviços urbanos essenciais é fundamental para o bem estar da população. A literatura contemporânea sobre pobreza, por exemplo, vem operando com a idéia de necessidades básicas satisfeitas como medida mais adequada das carências da população, por oposição à renda pura e simples, a partir da qual se definem as linhas de pobreza⁸. Isso porque boas condições sanitárias e de saneamento reduzem a incidência de inúmeras doenças, sobretudo na infância, com impactos importantes na mortalidade e na morbidade da população. Com isso em mente, vejamos como os domicílios cariocas se comportam nesse pormenor. Tal como antes, avaliamos a carência, e não a presença de serviços de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, lixo coletado e iluminação. O Gráfico 1.8 resume as informações.

Gráfico 1.8
Evolução da proporção de domicílios sem acesso a banheiro ou sanitário e certos serviços básicos no Município do Rio de Janeiro, 2001-2006

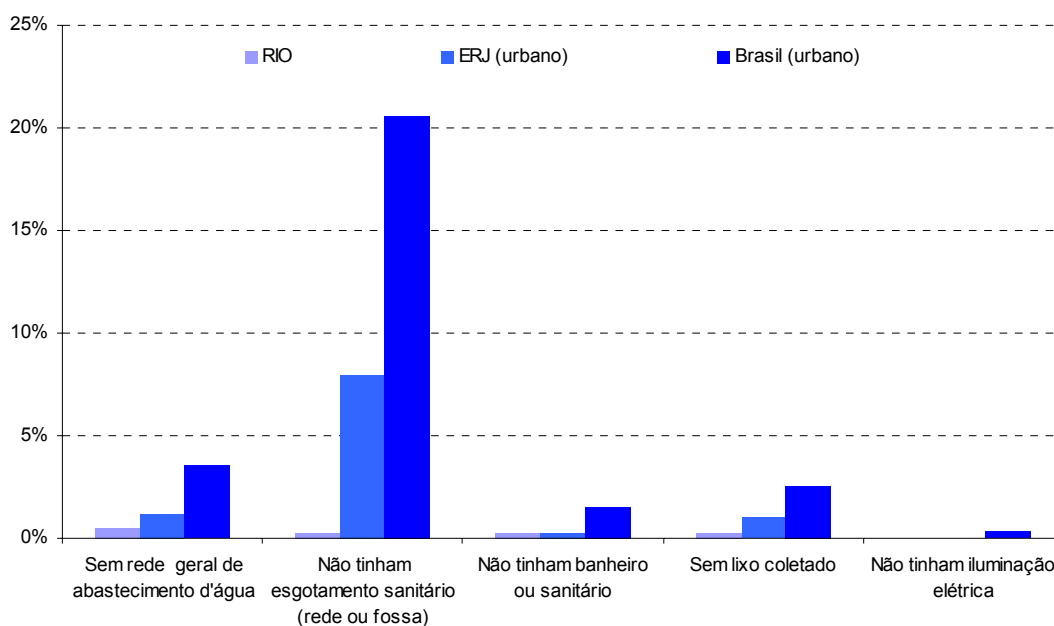


Em termos de acesso a estes serviços a situação do Município do Rio de Janeiro é bastante boa, uma vez que menos do que 1% dos domicílios não têm acesso a pelo

menos um deles. A iluminação, por exemplo, alcança toda a população. A situação do Município em relação ao Estado e ao País também é bastante favorável, como mostra o Gráfico 1.9. É verdade que a situação do Município é muito semelhante à do Estado, com exceção do esgotamento sanitário (incluindo-se fossa séptica), do qual carecem 8% dos domicílios urbanos estaduais. No Brasil urbano como um todo, a falta de acesso a todos estes serviços é consideravelmente maior do que no Município do Rio. É importante notar que os gráficos desta sessão resumem os dados apenas para as regiões urbanas, ou seja, o Município do Rio de Janeiro está em situação bem melhor do que a média das cidades no Brasil.

Gráfico 1.9

Proporção de domicílios sem acesso a banheiro ou sanitário e certos serviços básicos no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro urbano e no Brasil urbano – 2006



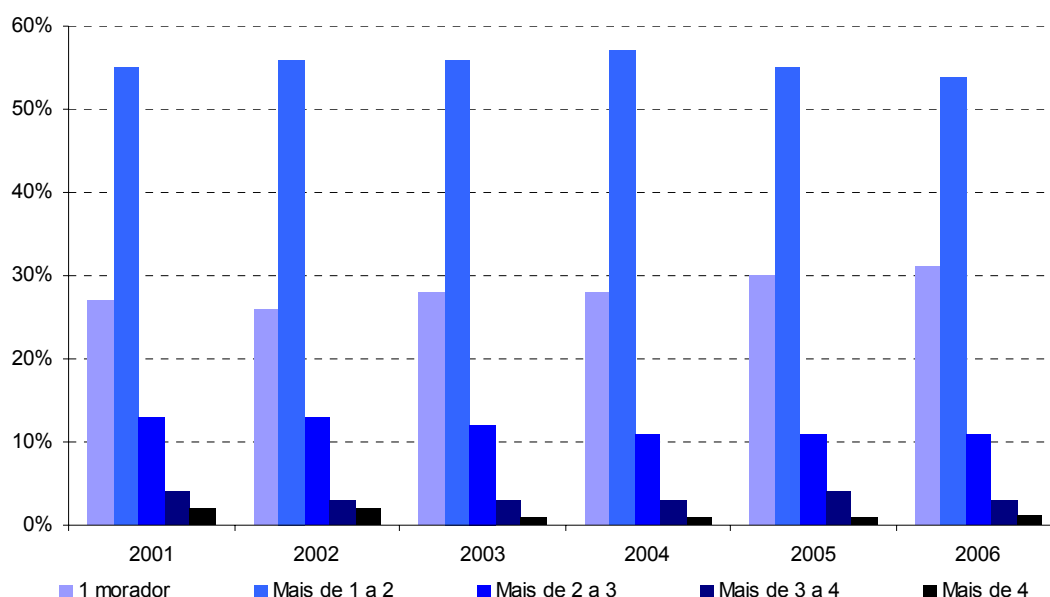
Densidade de moradores por dormitório

Um último aspecto merece breve comentário, e tem a ver com a densidade de moradores por dormitório. Este indicador pode ser tomado, dentre outras coisas, como medida do conforto em que vivem as pessoas; como indicador das condições de salubridade do domicílio; das condições para o exercício da privacidade, necessária aos estudos e, em parte, ao lazer; e da renda dos domicílios. O Gráfico 1.10 resume

⁸ Ver, por exemplo, Sonia Rocha (2003), *Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro, FGV; e Schwartzman, Simon (2004), *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro, FGV.

esta informação para o período de 2001 a 2006 no Município do Rio de Janeiro. No período, observa-se lento crescimento das faixas de um ou dois moradores por dormitório, que, somadas, perfaziam percentual de 81% em 2001 e de 85% em 2006. Esse crescimento deve-se sobretudo ao aumento da faixa “1 morador”, o que vem se somar aos demais indicadores de lenta mas constante melhoria das condições de vida da população do Município nos últimos anos.

Gráfico 1.10
Proporção de domicílios segundo faixas de densidade de moradores por dormitório no Município do Rio de Janeiro, 2001-2006



Conclusão

Os principais resultados encontrados nas análises deste capítulo são, de forma esquemática, os seguintes:

(1) Distribuição de renda entre domicílios:

- Entre 2001 e 2006 há, no Município, um aumento da renda média das famílias em todas as faixas de renda. O aumento é mais acentuado em 2006.
- Entre 2001 e 2006, no Município, a desigualdade de renda entre domicílios diminuiu ligeiramente até 2005, voltando ao patamar inicial em 2006.
- Ao se comparar o Município do Rio de Janeiro com o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil em 2006, observa-se que há um percentual maior de domicílios nas faixas de renda mais elevadas e menor nas mais baixas.

Estes resultados sobre a distribuição de renda devem ser interpretados com cautela, porque a medida é em faixas de salários mínimos. O valor real do salário

mínimo vem aumentando mais do que a renda média da população, resultando no aumento da participação de pessoas nas faixas menores de salários mínimos, o que não quer dizer que haja mais domicílios com renda menor. Sua renda é menor em salários mínimos, mas, em termos reais, maior em 2006 do que em 2001.

(2) Tipos de domicílio:

- a. Não há tendências de mudança entre 2001 e 2006 no Município do Rio de Janeiro.
- b. Há mais casas e apartamentos próprios do que os outros tipos.
- c. Há mais apartamentos do que casas alugadas.
- d. A distribuição no Município é muito semelhante às do Estado e do País, embora haja um número ligeiramente maior de apartamentos alugados no Município.

(3) Bens Básicos:

- a. Praticamente não há domicílios sem fogão, rádio, televisão e geladeira no Município.
- b. No Município, há uma diminuição da quantidade de domicílios sem máquina de lavar roupa e um aumento daqueles sem freezers. Este último movimento pode ser resultado de mera variação amostral.
- c. De um modo geral há menor proporção de domicílios no Município do que no Estado e no País sem estes bens básicos.

(4) Telefone e microcomputador:

- a. Entre 2002 e 2006, no Município, houve aumento expressivo do percentual de domicílios com acesso a celular e telefone fixo. Este aumento se deve principalmente ao fato de os domicílios que já tinham telefone fixo passarem a ter também telefone celular.
- b. No Município do Rio há maior percentual de domicílios com telefone fixo do que no Estado e no País, o que mostra que o sistema de telefonia é mais difundido no Município.
- c. Entre 2002 e 2006, no Município, houve importante incremento no acesso a microcomputador, com e sem internet.
- d. Há maior percentual de domicílios com microcomputadores no Município do Rio do que no Estado e no País.

(5) Serviços básicos:

- a. No Município do Rio era menor do que 1% a proporção de domicílios sem rede de água (a variação em 2005 decorre, muito provavelmente, de erro amostral), ao passo que menos de 0,5% não tinham acesso aos demais serviços urbanos básicos (lembrando que se está considerando, no caso de esgotamento, o acesso à rede geral ou a fossa séptica). Está-se diante de virtual universalização do acesso a esses serviços.
- b. Em termos destes serviços o Município do Rio está em melhor situação do que a média das outras cidades do Estado e muito melhor em comparação com o Brasil urbano.

(6) Densidade de moradores por dormitórios

- a. No Município do Rio houve, entre 2001 e 2006, aumento do percentual de domicílios em que há 1 ou 2 moradores por dormitório e uma diminuição do percentual com mais moradores por quarto.
- b. Neste ponto o Rio também está em melhor situação do que o Estado e País.

Essas conclusões indicam ligeira, mas constante melhoria na situação socioeconômica dos domicílios cariocas, com destaque para o ano de 2006.

Capítulo II: Características de Demografia, Migração e Família

Introdução

Vejamos agora como evoluíram as características demográficas do Município do Rio de Janeiro entre 2001 e 2006, e comparemos a situação do Município com aquela do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil em 2006. As características investigadas são: estrutura etária; cor ou raça; imigrantes de dentro e de fora do Estado do Rio de Janeiro; atividade econômica de naturais e não-naturais do Município; tipos de famílias de acordo com as características das pessoas de referência (sexo, idade, anos de estudo, condições de atividade, e renda); percentual de cada tipo de famílias sem cônjuge; e percentual de filhos em cada tipo de família. Esta análise é importante por permitir delinear as tendências demográficas do Município nos anos estudados e, ao mesmo tempo, possibilitar a elaboração de prognósticos quanto ao futuro.

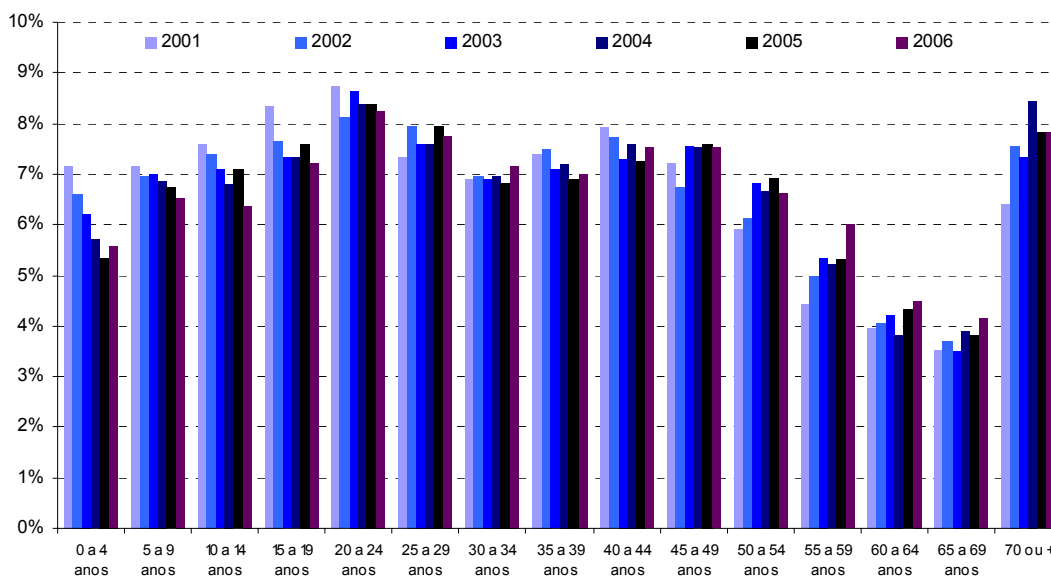
É preciso dizer, desde logo, que configurações demográficas são extremamente estáveis, porque resultantes de lentos movimentos de população determinados por decisões familiares, políticas públicas ou dinâmicas econômicas de larga maturação que, uma vez postas em marcha, adquirem grande inércia social. Por exemplo, se a fecundidade declina e a mortalidade também, então podemos prever que a população se tornará cada vez mais velha. Esta tendência só se modificará se algo extraordinário acontecer, como por exemplo, uma epidemia de grande monta ou uma mudança radical na taxa de fecundidade. Estes acontecimentos, no entanto, são raros, e as mudanças, quando ocorrem, tendem a ser muito lentas, o que permite previsões razoavelmente seguras sobre o futuro, algo essencial, por exemplo, para o planejamento e a formulação de políticas públicas.

População

Como era de se esperar, a distribuição da população segundo o sexo no Município permaneceu sendo de 46% de homens e 54% de mulheres durante os anos estudados. Essas proporções são muito semelhantes às do Estado do Rio de Janeiro em 2006, e ligeiramente diferentes das do Brasil, que tinha 49% de homens e 51% de mulheres. Em outras palavras, no Município do Rio há maior proporção de mulheres do que no País. Estas proporções variam entre os grupos de idade. Na faixa etária mais jovem, que vai de 0 a 30 anos, há percentual ligeiramente maior de homens; na faixa de 30 aos 69 anos há um percentual um pouco maior de mulheres, e no grupo de idade com 70 anos ou mais há um percentual ainda mais alto de mulheres. Esse quadro confere grande especificidade ao Município vis-à-vis o Estado e o País, e terá importantes conseqüências para temas como o acesso à educação e à renda, como veremos mais adiante neste livro.

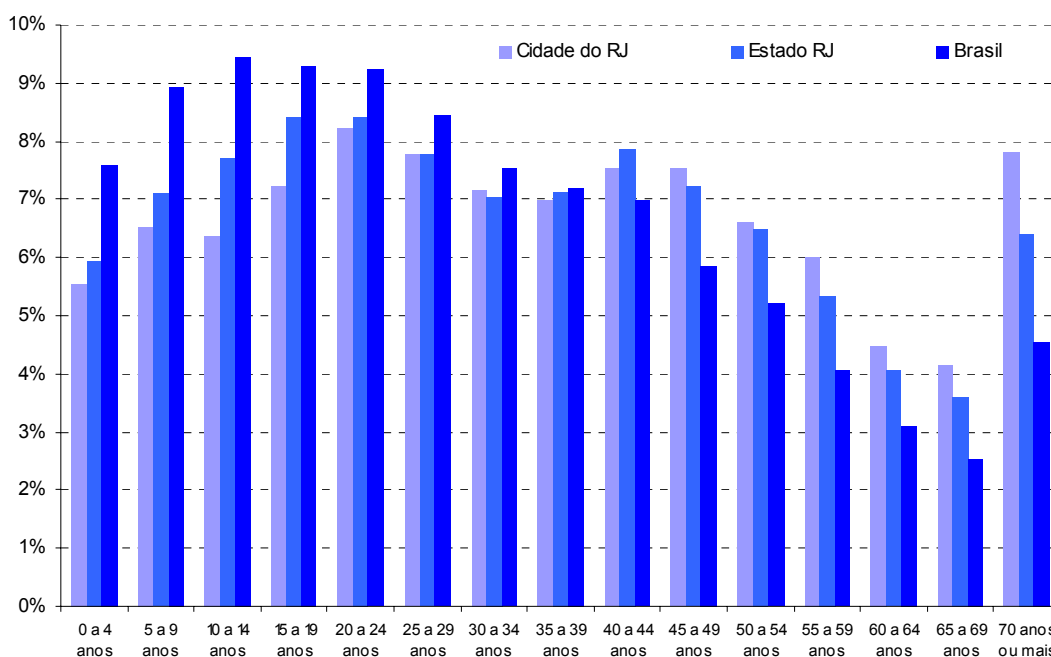
Tendo em vista que esta proporção de homens e mulheres não varia entre 2001 e 2006, os próximos dois gráficos apresentam dados para homens e mulheres em conjunto. O gráfico 2.1 mostra a distribuição percentual da população do Município do Rio de Janeiro de acordo com diversos grupos etários entre 2001 e 2006. Neste período o maior grupo etário na população é o de jovens entre 20 e 24 anos. O Rio de Janeiro continua a ser um Município de pessoas predominantemente jovens, embora a proporção de pessoas com 55 anos de idade ou mais venha aumentando a cada ano. Além disso, o grupo de pessoas com mais de 70 anos cresceu significativamente, passando de 6,4% em 2001 para cerca de 8% em 2006. Outra tendência que observamos no Gráfico 2.1 é a diminuição do percentual de crianças de 0 a 4 anos que passou de 7,2% em 2001 para pouco mais de 5% em 2006. O fato de haver tendência de aumento do grupo de pessoas idosas e diminuição do grupo de crianças pequenas, significa que a população carioca está se tornando cada vez mais velha. Em 2001 as pessoas com mais de 55 anos eram pouco mais de 18% do total. Em 2006 já compunham 22% da população, um crescimento de 22% em 6 anos que, se repetido nos próximos 6 anos, resultará em 27% e assim sucessivamente. Ou seja, se esta tendência se mantiver, o que é muito provável, num futuro não muito distante haverá mais idosos do que jovens no Rio de Janeiro.

Gráfico 2.1
Distribuição da população do Município do Rio de Janeiro segundo faixa etária – 2001-2006



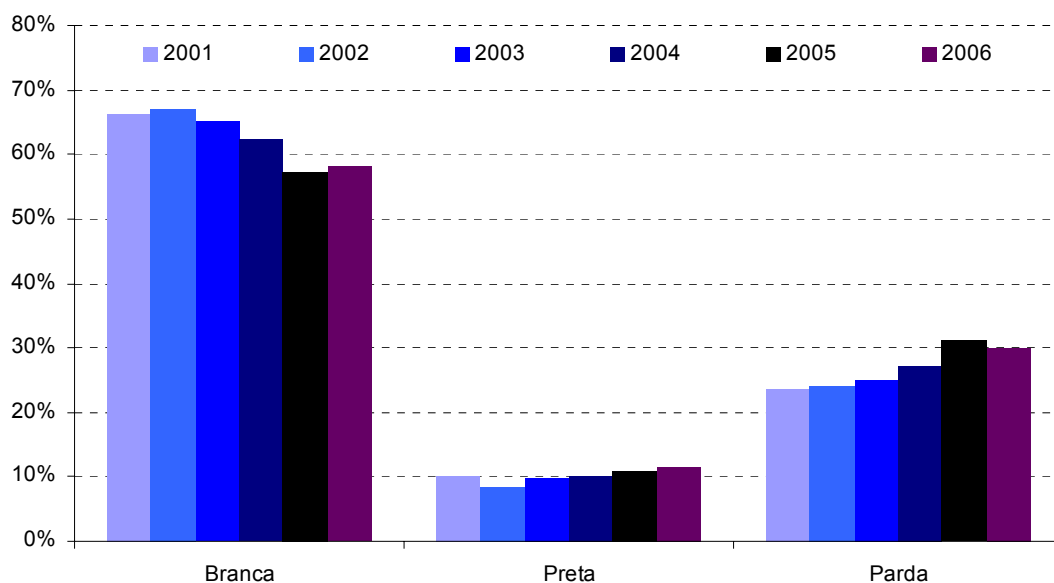
Esse envelhecimento relativo fica mais evidente quando comparamos o Município com o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil (Gráfico 2.2). Há percentual bem maior de jovens no Estado e no País do que no Município; e, de forma correlata, há percentual bem maior de pessoas mais velhas no Município do que no Estado e no País. Está-se diante de tendência demográfica consistente e, aparentemente, irreversível.

Gráfico 2.2
Distribuição da população do Rio de Janeiro (Município e Estado) e do Brasil segundo faixa etária – 2006



Outro aspecto demográfico de relevo, também capaz de captar tendências de longo prazo, é a distribuição de cor da população do Município do Rio. Como não há diferenças marcantes entre homens e mulheres, analisamos a informação para a população como um todo. O Gráfico 2.3, então, sugere que se está diante de tendência de queda na participação de brancos e aumento na de pretos e pardos no Município, apesar do estancamento do movimento de mudança na passagem de 2005 para 2006. Uma provável causa desse fenômeno é o fato de haver número relativamente alto de casamentos inter-raciais no Rio de Janeiro, que pode estar resultando em nascimentos crescentes de pessoas pardas. No caso do aumento do número de pretos, o mais provável é que isso se deva às políticas recentes de ação afirmativa, que estariam estimulando o auto-reconhecimento como “pretos” de pessoas que antes se declaravam “pardos”. A confirmação dessa hipótese, porém, requer pesquisas mais aprofundadas e séries históricas mais longas.

Gráfico 2.3
Distribuição da população do Município do Rio de Janeiro segundo cor – 2001-2006



Da comparação entre a composição racial ou de cor da população do Município e as do Estado e do País (não apresentada no Gráfico 2.3), ressalta que no Município há proporcionalmente mais pardos e menos brancos e pretos do que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Isto é, o Município é um pouco mais mestiça do que os outros dois agregados.

Migração

O Rio de Janeiro é historicamente o Município de imigrantes. No século XIX foram europeus, principalmente portugueses e espanhóis, que vieram para o Rio, juntamente com os africanos, cujo influxo cresceu sobremaneira com a vinda da Corte portuguesa em 1808. Mais recentemente, desde meados do século XX, houve aumento crescente da entrada de pessoas vindas de outros estados da federação. O Município cresceu tremendamente desde a década de 1960. Essas características, no entanto, não são particularidades do Rio, dado que o Brasil, como o restante do novo mundo, foi construído, primeiro, pelo trabalho do imigrante estrangeiro e, depois, pelo dos próprios nacionais, sempre em busca de melhores condições de vida em diferentes regiões do País. Ainda hoje a migração interna é característica distintiva do mercado de trabalho nacional.

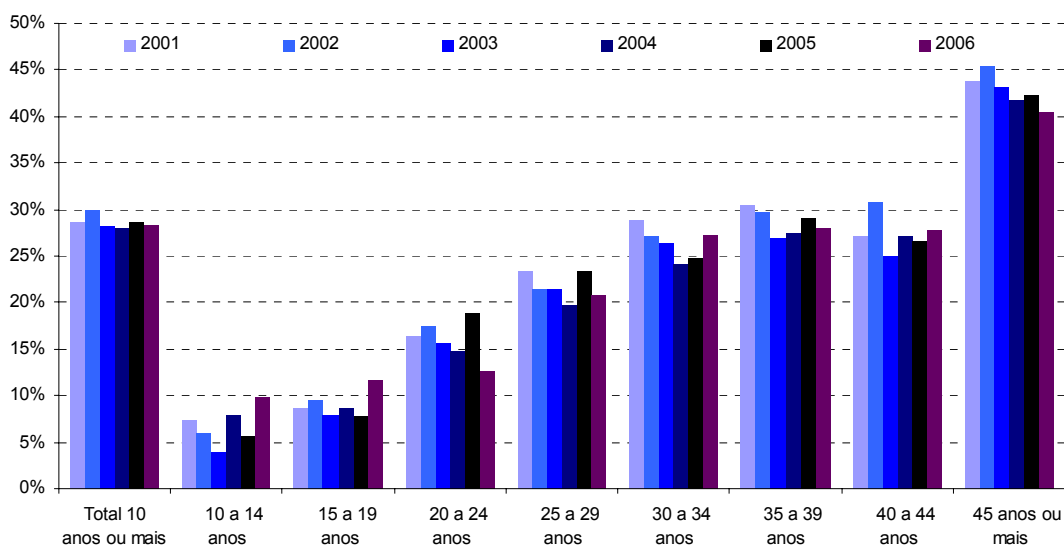
Os dados disponíveis nos permitem avaliar certas características dos imigrantes de outros estados residentes no Município do Rio de Janeiro, bem como comparar o Município com o Estado e o País. O Gráfico 2.4 apresenta a distribuição percentual de habitantes do Município do Rio de Janeiro que são naturais de outros municípios do Estado e do País, segundo faixas etárias. O primeiro grupo de colunas (que agrupa todas as faixas etárias iguais ou superiores a 10 anos) sugere que a taxa de migrantes na população é estável no Município, variando em torno de 28% em média nos 6 anos estudados. E quando avaliamos as faixas etárias de forma mais desagregada, com exceção da queda quase contínua na participação de imigrantes na faixa etária mais alta (45 anos ou mais) a partir de 2002, o gráfico não revela outras tendências entre 2001 e 2006.

A queda nas faixas superiores de idade pode dever-se a uma série de fatores. Para sua compreensão, é preciso lembrar que o percentual de imigrantes tende a ser maior nos grupos de idade mais velhos. Esta tendência estatística reflete dois fatos sociológicos. Por um lado, as pessoas migram a partir de certa idade (provavelmente em torno dos 15 a 30 anos), e, por outro lado, a migração foi maior no passado do que no presente, ou seja, as pessoas com mais de 45 anos provavelmente imigraram para o Rio quando tinham cerca de 20 anos, o que ocorreu antes de 1980. De fato, o maior fluxo migratório para o Município do Rio se deu entre as décadas de 50 e 80, mas, infelizmente, os dados disponíveis não permitem diferenciar imigrantes recentes e antigos, o que possibilitaria uma exploração mais detida desta hipótese. Com isso em

mente, a queda na proporção de migrantes nas faixas etárias superiores decorrerá: da emigração dos mais velhos; da morte de antigos migrantes e ascensão a esta faixa por pessoas nativas do Município; ou mesmo alguma variação amostral espúria, que talvez seja anulada nos anos por vir. De qualquer modo, a tônica da taxa de migrantes é, de fato, a estabilidade no tempo.

Dentre os imigrantes, pelo menos 80% em cada faixa de idade são provenientes de outros estados da federação (informação não apresentada no gráfico). Cerca de 30% da população total do Município é de imigrantes diretos, ou seja, pessoas que nasceram em outro município, sendo que 6% nasceram em outros municípios do Estado e 24% em outros estados. Isso significa que, de cada quatro moradores do Município, um nasceu em outro estado da federação.

Gráfico 2.4
Proporção da população do Município do Rio de Janeiro natural de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, segundo idade – 2001-2006

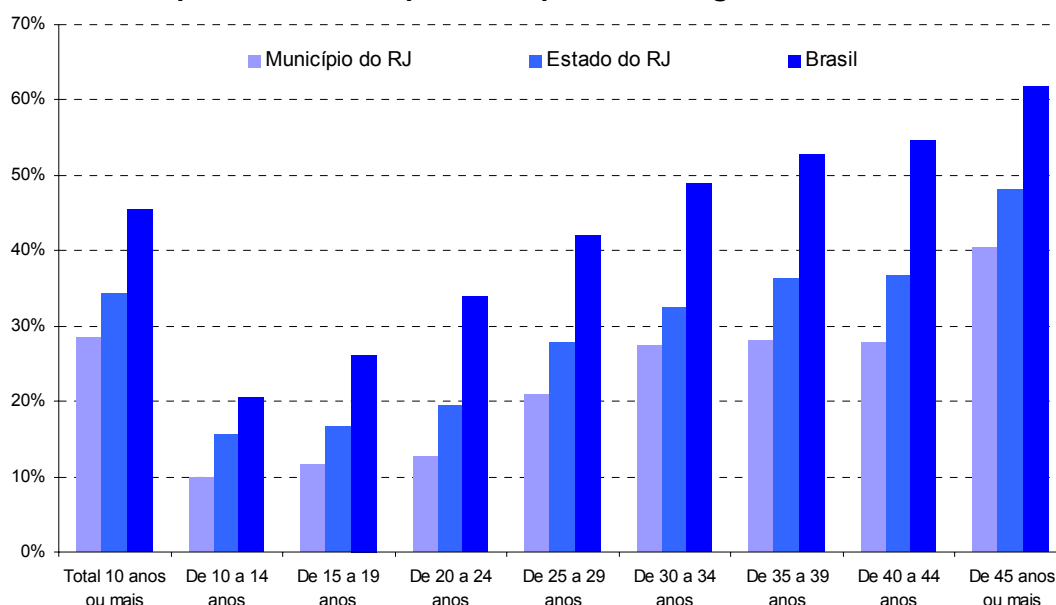


Embora a informação não esteja no gráfico, vale um registro importante. Ao comparar o percentual da população de não-naturais (imigrantes) e naturais do Município do Rio de Janeiro, segundo a condição de atividade, descobre-se que praticamente não há diferença nas proporções em todos os grupos de idade, a não ser no grupo de pessoas entre 15 e 19 anos. Nesta faixa de idade, 40% dos migrantes (não-naturais) são economicamente ativos, contra apenas 30% dos naturais do Rio. Este fato indica que os migrantes nesta faixa etária estão no Rio para trabalhar, enquanto os jovens nascidos no Rio, têm probabilidade mais alta de estarem fora do

mercado de trabalho, provavelmente porque um grande número ainda está estudando, como veremos no capítulo seguinte.

Quando comparada ao Estado do Rio de Janeiro e ao Brasil, o Município do Rio apresenta um percentual bem menor de pessoas nascidas em outros municípios, como evidencia o Gráfico 2.5. Isto é, se mais de $\frac{1}{4}$ dos moradores do Rio não nasceram no Município, visto em perspectiva este dado revela, na verdade, grande estabilidade populacional, já que no Estado a proporção era de 1 em cada 3 e, no Brasil, quase 1 em cada 2. O Brasil é, ainda, um país de migrantes, e o Rio o é apenas em parte.

Gráfico 2.5
Proporção da população do Rio de Janeiro (Município e Estado) e do Brasil, natural de município diferente daquele em que mora, segundo idade – 2006



Família

As características da pessoa de referência dos domicílios (antes denominado “chefe de família” nas pesquisas domiciliares do IBGE) são importantes indicadores da condição socioeconômica em que vivem as famílias. A pessoa de referência é geralmente aquela que traz mais recursos para o domicílio. Portanto, vale à pena definir os tipos de família de acordo com as características dos chefes de domicílio, dentre outras coisas, porque, de acordo com diversos estudos sociológicos, as chances de mobilidade social dos indivíduos são fortemente determinadas pelas características de seus pais. Por exemplo, há forte correlação entre a escolaridade do pai ou da mãe e a do filho ou filha. Nesse sentido, conhecer as características das pessoas de

referencia (geralmente o pai ou a mãe) nos permite imaginar em que condições os filhos e/ou crianças nestes domicílios estão crescendo e, conseqüentemente, qual a distribuição real de recursos e a desigualdade inicial que influenciará suas chances de ascensão social no futuro.

O Gráfico 2.6 apresenta a distribuição percentual dos domicílios de acordo com diversas características da pessoa de referência no Município do Rio de Janeiro entre 2001 e 2006 (cujos dados de origem podem ser consultados na Tabela 2.1, ao final do capítulo). De todas as famílias cariocas, em torno de 35% têm uma mulher como pessoa de referência (proporção que saltou a 40% em 2006, mas como esse valor é muito distante dos anos anteriores, provavelmente trata-se de erro amostral). O gráfico não mostra, mas mais de 90% desses domicílios em que as mulheres são chefes de família não têm cônjuges. Em contraste, só não há cônjuges em 15% das famílias em que os homens são a pessoa de referência. E o gráfico 2.7 revela que, no Município do Rio de Janeiro em 2006, havia significativamente mais famílias chefiadas por mulheres do que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Tendo em vista que as famílias em que as mulheres são a pessoa de referência são predominantemente famílias sem cônjuges (90% delas o são), é possível prever que contam com menos recursos de um modo geral. Isso porque as condições de vida são geralmente mais desvantajosas em famílias que contam apenas com um provedor ou que não têm um cônjuge para ajudar nas tarefas domésticas. Além disso, o fato de na grande maioria das famílias chefiadas por mulheres não haver cônjuge faz com que o percentual de filhos seja maior do que nas famílias chefiadas por homens (o gráfico não mostra, mas há 40% e 35% de filhos entre os moradores de domicílios chefiados por mulheres e homens respectivamente). Em outras palavras a “taxa de dependência” é mais alta, ou seja, há mais crianças para cada adulto no domicílio nas famílias que têm mulheres como pessoa de referência.

Gráfico 2.6

Proporção de famílias segundo características selecionadas da pessoa de referência no Município do Rio de Janeiro, 2001-2006

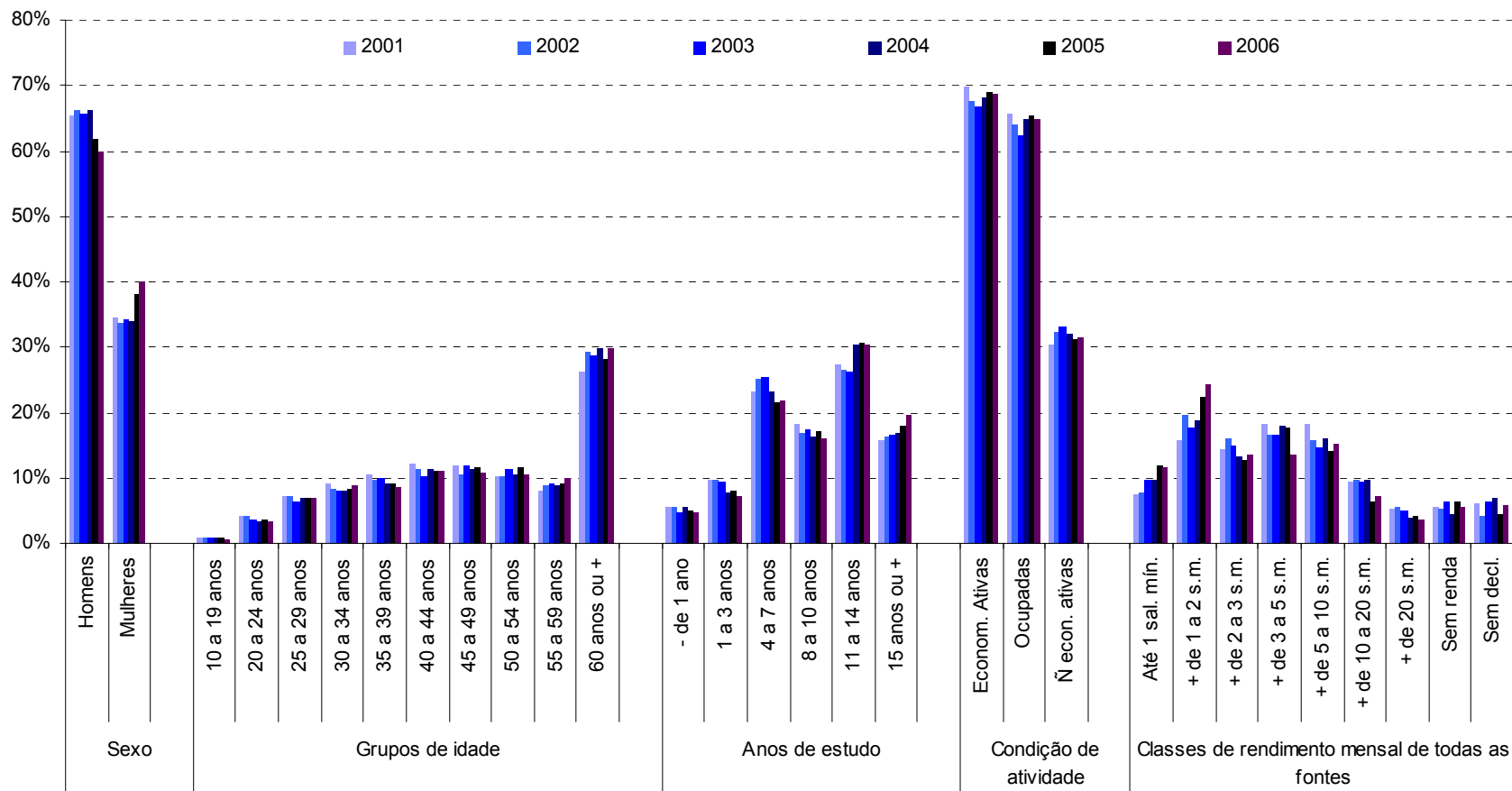
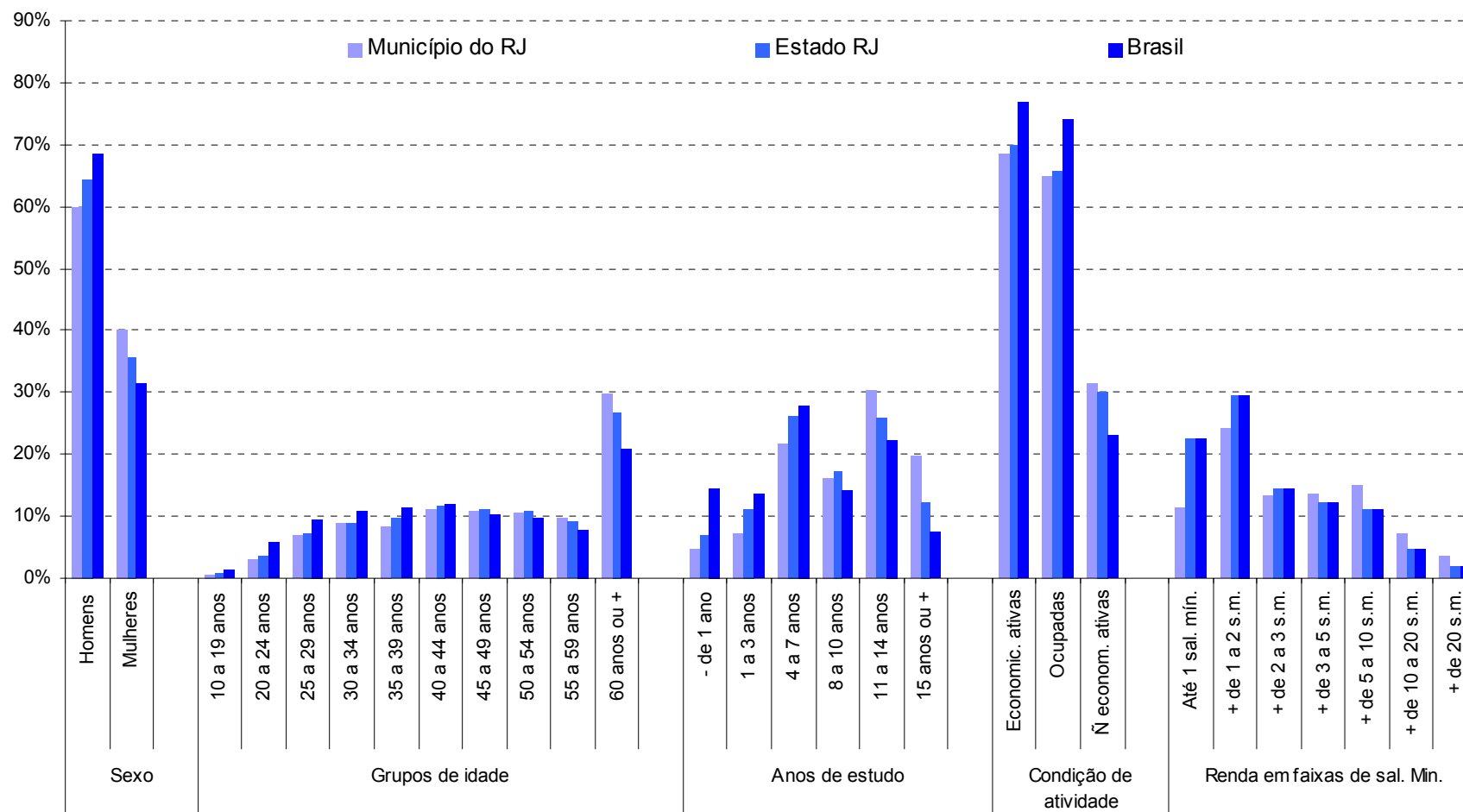


Gráfico 2.7

Proporção de famílias segundo características selecionadas da pessoa de referência no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2006



O Gráfico 2.6 apresenta também a distribuição percentual de famílias de acordo com a faixa etária da pessoa de referência. É preciso cautela ao interpretar esta distribuição etária, uma vez que o percentual na faixa de “60 anos ou mais” inclui um intervalo de idade maior do que aquele das faixas compostas por intervalos de 5 anos, que caracteriza os grupos mais jovens. Por isso é interessante agregar alguns grupos. Ao considerar as pessoas de referência entre 10 e 29 anos, encontramos 10% das famílias nesta faixa; na faixa entre 30 e 44 anos concentram-se cerca de 30% das famílias; entre 45 e 59 outros 30%; e com 60 anos ou mais outros 30%. Mesmo lendo o gráfico e os números desta forma, pode-se considerar alto o percentual de famílias em que a pessoa de referência tem 60 anos ou mais. É mais um indicador do elevado número de idosos na sociedade carioca. E de fato, como mostra o Gráfico 2.7, no Município do Rio há mais famílias em que a pessoa de referência tem 50 anos ou mais e menos famílias com chefes tendo 49 anos ou menos do que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Os gráficos 2.6 e 2.7 também mostram a distribuição de famílias de acordo com a escolaridade da pessoa de referência. Neste caso é possível observar nítida tendência de crescimento no número de famílias em que a pessoa de referência tinha 11 anos ou mais de educação (pelo menos o segundo grau completo). Somando as duas últimas faixas de escolaridade (“11 a 14 anos” e “15 anos ou mais”) observa-se que, em 2001, cerca de 43% das famílias tinham chefes com segundo grau completo ou mais, mas em 2006 a proporção havia subido para 50%. Esta tendência está relacionada à expansão do acesso ao sistema educacional, analisado de forma mais detida no capítulo seguinte. Neste aspecto o Município do Rio está claramente em situação melhor do que as do Estado e do País, que têm percentuais bem mais baixos de famílias chefiadas por pessoas com segundo grau completo ou mais (ver Gráfico 2.7).

As informações sobre condição de atividade econômica dos chefes nos gráficos 2.6 e 2.7 também são importantes. No Município do Rio de Janeiro, uma em cada três pessoas de referência não é economicamente ativa. Dentre as economicamente ativas há um pequeno número sem ocupação, cerca de 3% ou 4%. No Brasil e no Estado do Rio de Janeiro o percentual de famílias chefiadas por pessoas economicamente ativas é mais alto do que no Município do Rio (ver Gráfico 2.7). Ou, inversamente, há mais famílias chefiadas por pessoas inativas no Município do Rio do que no Estado e no País. Esse fato está, provavelmente, relacionado ao fato de haver mais pessoas idosas

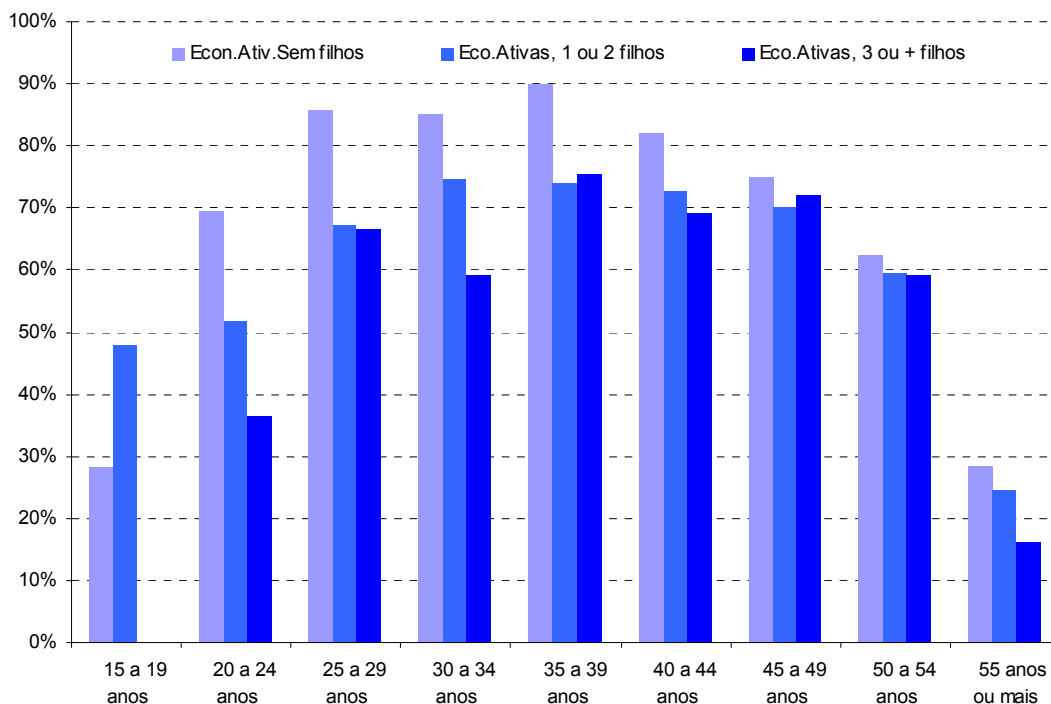
e mulheres chefiando famílias no Município do Rio de Janeiro. Muitos idosos podem já estar aposentados, e as mulheres apresentam maior probabilidade de estar fora do mercado de trabalho. Esses temas serão abordados em detalhe nos capítulos 4 e 5.

Finalmente, a distribuição de famílias por diferentes faixas de renda da pessoa de referência, última variável apresentada nos gráficos anteriores, revela algumas tendências. Neste caso, e pelas razões apresentadas no capítulo anterior, entre 2001 e 2006 aumenta o número de famílias em que a pessoa de referência ganha até 3 salários mínimos, enquanto diminui o percentual dos que ganham mais do que 3 salários mínimos. Esses movimentos são explicados pelo aumento real do salário mínimo, que não foi acompanhado, na mesma intensidade, de aumento real na renda média das famílias. Em consequência, elas passaram a perceber menos salários mínimos, ainda que a renda real tenha aumentado no período. Em relação ao Estado e ao País, o Município do Rio de Janeiro tem proporcionalmente mais famílias com pessoas de referência auferindo renda de 3 salários mínimos ou mais.

Fecundidade

O nascimento de uma criança sempre traz modificações para as perspectivas das famílias e principalmente para a atividade econômica das mulheres. Mas esse processo não é unívoco. Enquanto algumas mulheres com filhos se afastam por algum tempo do mercado de trabalho, outras se vêem obrigadas a trabalhar. Estas escolhas estão relacionadas à escolaridade das mulheres, à sua situação socioeconômica e de suas famílias, e à faixa etária em que se encontram. Os dados disponíveis permitem investigar a relação entre atividade econômica de mulheres com filhos e sem filhos de acordo com a faixa etária. Tendo em vista que uma análise preliminar indicou que não há tendências claras entre 2001 e 2006, o Gráfico 2.8 apresenta os dados apenas para o ano de 2006, uma vez que os dados para os anos anteriores são muito semelhantes.

Gráfico 2.8
Proporção de mulheres por condição de atividade e número de filhos, segundo faixas etárias no Município do Rio de Janeiro - 2006



Este gráfico caracteriza de forma bastante clara a atividade econômica das mulheres com e sem filhos em diversas fases da vida. As mulheres entre 15 e 19 anos com um filho tendem a trabalhar mais do que as mulheres sem filhos: enquanto perto de 50% das primeiras trabalham, menos de 30% das segundas o fazem. Isto se deve ao fato de que mulheres muito jovens com filhos tendem a parar de estudar e começar a trabalhar para sustentar seu filho. Estas mulheres muito jovens com filhos também têm chances muito altas de não serem casadas.

Para as mulheres entre 20 e 24 anos a situação se inverte, uma vez que 52% das que tem um ou dois filhos e 36% das que tem três ou mais trabalham, enquanto 70% das que não têm filho trabalham. Nesta fase as mulheres com filhos, principalmente aquelas com mais de dois, são casadas e tendem a deixar o mercado de trabalho para se dedicar a atividade de cuidar dos filhos (que também é um trabalho, obviamente). Já para o grupo entre 25 e 29 anos a situação das mulheres com um ou dois filhos é praticamente igual à daquelas com 3 ou mais, ou seja, passam a trabalhar menos do que as que não têm filhos.

A taxa de atividade aumenta uma vez mais entre 30 e 34 anos no caso das mulheres com 1 ou 2 filhos, atingindo 75% delas, permanecendo constante no caso das que não tinham filhos. A queda na taxa de atividade das com 3 filhos ou mais

provavelmente decorre de variação amostral, já que volta a crescer na faixa etária seguinte (35 a 39 anos). A partir dos quarenta anos a atividade econômica das mulheres passa a apresentar taxas declinantes. Todos esses movimentos expressam duas tendências demográficas típicas de uma população cada vez mais velha: as mulheres, mesmo com filhos, permanecem no mercado de trabalho, ou retornam a ele à medida que os filhos crescem; e a partir dos 40 anos os filhos deixam de ter relevância para explicar a presença ou não das mulheres no mercado de trabalho.

Interessante notar que essa distribuição encontrada no Município do Rio de Janeiro não difere muito das distribuições para o Estado e para o País. A única diferença é que, quando observamos os dados para o Brasil como um todo, as mulheres entre 15 e 24 anos mostram maior tendência de ser economicamente ativas, o que é provavelmente consequência do fato de os dados para o Brasil incluírem regiões rurais e urbanas sem distinção. Na realidade, o que é mais impressionante é o fato de que o Gráfico 2.8, construído a partir dos dados para o Município do Rio de Janeiro em 2006, é muito semelhante aos outros gráficos para os anos de 2001 a 2005 no Município, e para o Estado e para o País em 2006.⁹

A semelhança na situação das mulheres deve-se a alguns fatores bastante gerais que caracterizam seus ciclos de vida:

As mulheres muito jovens (15 a 19 anos) com filhos trabalham mais do que as sem filhos porque estas últimas, em geral, estão na escola nesta idade, e aquelas deixam a escola em maior proporção, estando, portanto, disponíveis para o trabalho.

. As mulheres entre 20 e 29 anos com filhos trabalham menos do que as sem filhos, em grande medida porque as chances de terem filhos pequenos são altíssimas, o que as afasta do mercado de trabalho.

. As mulheres entre 30 e 45 anos têm chances baixas de ter filhos pequenos, ou seja, os filhos das que foram mães já não são bebês, o que aumenta a probabilidade de que voltem ao mercado de trabalho.

O declínio da atividade a partir dos 50 anos de idade deve-se ao aumento do percentual de mulheres se aposentando.

⁹ Estes gráficos foram elaborados para a análise, mas não foram incluídos, por razões de economia de espaço.

Conclusão

Os principais resultados encontrados nas análises deste capítulo são, de forma esquemática, os seguintes:

População:

a. Há percentual maior de mulheres do que de homens no Município do Rio. No Brasil como um todo há um percentual menor de mulheres do que no Rio, embora também haja mais mulheres do que homens.

b. Nos grupos de idade mais jovens há mais homens do que mulheres e nos mais velhos há mais mulheres do que homens.

c. Os pontos a. e b. indicam que o maior percentual de mulheres no Rio se deve ao fato de haver mais mulheres do que homens mais velhos.

d. O percentual de pessoas idosas no Município está crescendo sensivelmente.

e. Entre 2001 e 2006 ocorre aumento do percentual de pretos e pardos no Município (possivelmente em razão das políticas de ação afirmativa).

Migração:

Não há tendências de mudança entre 2001 e 2006 no Município do Rio de Janeiro. Há mais migrantes mais velhos do que mais novos. Isso se deve a dois fatos que não podem ser distinguidos a partir dos dados disponíveis: as pessoas tendem a migrar a partir de certa idade, e houve mais migração no passado (das pessoas hoje mais velhas) do que em períodos recentes.

Família:

a. O percentual de famílias chefiadas por mulheres é maior no Município do Rio do que no Estado e no País.

b. O percentual de famílias chefiadas por pessoas mais velhas é maior no Município do Rio do que no Estado e no País.

c. Entre 2001 e 2006 aumentou o percentual de domicílios chefiados por pessoas com pelo menos o segundo grau completo, e este percentual é maior do que os do Estado e do País.

d. Há maior proporção de famílias nas quais as pessoas de referência não são economicamente ativas no Município do que no Estado e no País.

e. Há um maior percentual de famílias chefiadas por pessoas mais ricas e um menor percentual das chefiadas por pessoas mais pobres no Município do Rio do que no Estado e no País.

f. Embora os dados não permitam o cruzamento das variáveis que caracterizam as pessoas de referência, podemos imaginar alguns tipos. Por exemplo, deve haver muitos domicílios nos quais as pessoas de referência são mulheres idosas e aposentadas. Seria importante, para efeito de políticas públicas, definir estes tipos fazendo distinções mais detalhadas, ou seja, a partir do cruzamento das variáveis.

Fecundidade:

a. Não há diferenças entre 2001 e 2006 no Município, nem entre o País, o Estado e o Município.

b. As mulheres muito jovens (15 a 19 anos) com filhos trabalham mais do que as sem filhos porque as chances de abandonarem a escola são altas.

c. As mulheres entre 20 e 29 anos com filhos trabalham menos do que as sem filhos em grande medida porque as chances de serem casadas e terem filhos pequenos são altíssimas, o que as afasta do mercado de trabalho.

Tabela 2.1
Características selecionadas da pessoa de referência da família,
Município do Rio de Janeiro, 2001-2006

Características	Categorias	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Sexo	Homens	65%	66%	66%	66%	62%	60%
	Mulheres	35%	34%	34%	34%	38%	40%
Grupos de idade	10 a 19 anos	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	20 a 24 anos	4%	4%	4%	3%	4%	3%
	25 a 29 anos	7%	7%	6%	7%	7%	7%
	30 a 34 anos	9%	8%	8%	8%	8%	9%
	35 a 39 anos	10%	10%	10%	9%	9%	8%
	40 a 44 anos	12%	11%	10%	11%	11%	11%
	45 a 49 anos	12%	11%	12%	11%	12%	11%
	50 a 54 anos	10%	10%	11%	11%	12%	10%
	55 a 59 anos	8%	9%	9%	9%	9%	10%
	60 anos ou mais	26%	29%	29%	30%	28%	30%
	Idade ignorada	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Anos de estudo	Sem instrução e menos de 1 ano	6%	5%	5%	5%	5%	5%
	1 a 3 anos	10%	10%	9%	8%	8%	7%
	4 a 7 anos	23%	25%	26%	23%	22%	22%
	8 a 10 anos	18%	17%	17%	16%	17%	16%
	11 a 14 anos	27%	26%	26%	30%	31%	30%
	15 anos ou mais	16%	16%	17%	17%	18%	20%
	Não determinados e sem declaração	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Condição de atividade na semana de referência	Economicamente ativas	70%	68%	67%	68%	69%	69%
	Ocupadas	66%	64%	62%	65%	65%	65%
	Não economicamente ativas	30%	32%	33%	32%	31%	31%
	Sem declaração	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Classes de rendimento mensal de todas as fontes	Até 1 salário mínimo	7%	8%	10%	10%	12%	12%
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	16%	20%	18%	19%	22%	24%
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	14%	16%	15%	13%	13%	13%
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	18%	17%	16%	18%	18%	14%
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	18%	16%	14%	16%	14%	15%
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	9%	10%	9%	10%	6%	7%
	Mais de 20 salários mínimos	5%	6%	5%	4%	4%	4%
	Sem rendimento (2)	5%	5%	6%	4%	6%	6%
	Sem declaração	6%	4%	6%	7%	5%	6%

Capítulo III: Educação

Introdução

A análise da situação educacional do Município do Rio de Janeiro requer alguns esclarecimentos iniciais. Em primeiro lugar, e como adiantado na introdução desta publicação, a natureza amostral dos levantamentos do IBGE, nos quais nos baseamos, implicará, muitas vezes, em limitação quanto às interpretações que podem ser feitas com confiabilidade, uma vez que os números envolvidos, especialmente aqueles referentes ao Município, têm magnitude relativamente pequena, apresentando variabilidade tal que impede estimação dentro de níveis de significância aceitáveis.

O segundo aspecto a marcar diz respeito ao fato de que as análises efetuadas a seguir, quando forem feitas comparações com o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, estarão sujeitas a efeitos ligados a diferenças de natureza demográfica entre as áreas sendo comparadas. Assim, uma diferença significativa tem a ver com a estrutura etária. Já vimos que o Município do Rio de Janeiro se caracteriza por uma estrutura etária bem mais velha do que as do Estado e do Brasil. Como já foi demonstrado no capítulo 2, a proporção de pessoas idosas é expressivamente maior no Município do que nas demais áreas (Ver Gráfico 2.2, à página 22). Apenas para recordar a magnitude numérica dessa diferença, importante para a análise neste capítulo, enquanto a proporção da população total com 65 anos de idade ou mais no Brasil estava na casa de 7% em 2006, as cifras correspondentes se situavam no nível de 10% para o Estado do Rio de Janeiro e nada menos do que 12% para o Município. Ou seja, a população idosa no Município do Rio é, relativamente, quase o dobro do nível nacional. Em outras palavras, isso implica em dizer que o *peso relativo do passado* é bem mais elevado no Município do que nas demais áreas.

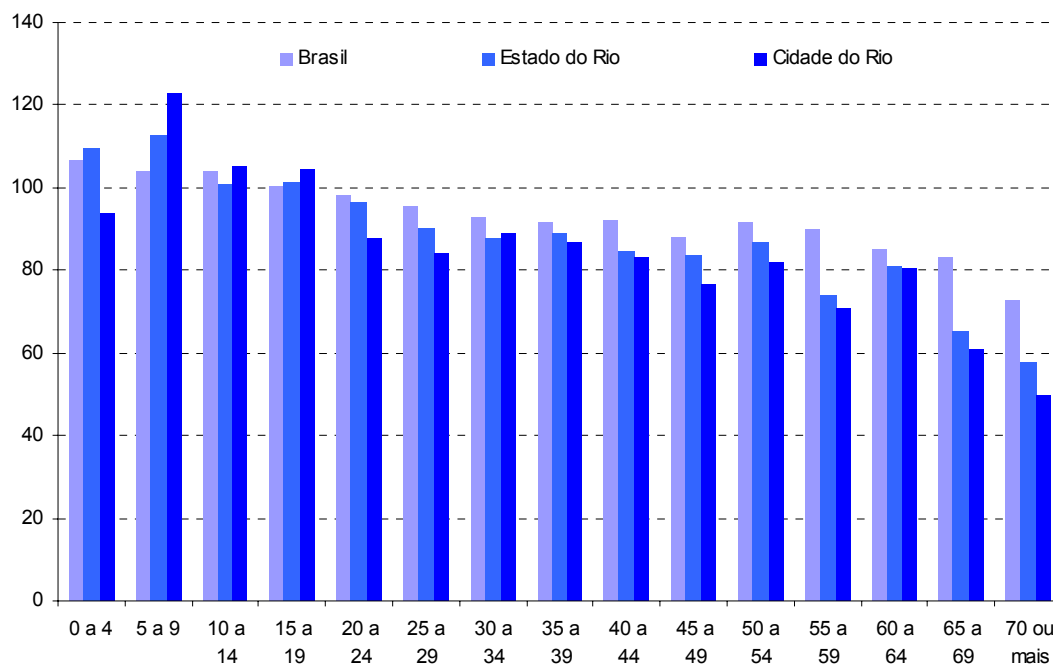
Por outro lado, observamos na estrutura etária de todas as três áreas, que as coortes mais jovens – aquelas em idade escolar – vêm historicamente se reduzindo de tamanho em relação às que as precederam. Uma implicação importante desse fato é que essa redução do tamanho absoluto das coortes jovens tem representado um crescente enfraquecimento da demanda escolar, o que tem, certamente, contribuído de forma significativa para a melhoria dos índices educacionais brasileiros. Essa grande oportunidade histórica que a dinâmica da população, que tem origem na acentuada redução da fecundidade da mulher brasileira, oferece para o avanço educacional (contribuindo especialmente para sua universalização), é muitas vezes referida pelos

demógrafos como a “fase de ouro da transição demográfica” brasileira. O fato do Rio de Janeiro ter tido um papel de liderança nesse processo, e a intensidade com que ele ocorreu, faz com que já há mais de 20 anos as coortes entrando no sistema escolar municipal sejam cada vez menores em tamanho absoluto; em contraste, para o Brasil, o fenômeno não só é um tanto mais recente (o tamanho relativo das coortes jovens é maior), como são menores as diferenças entre elas. Como consequência, pode-se dizer que o Município tem usufruído dessa fase de ouro da transição demográfica há mais tempo e em maior intensidade do que as outras áreas sendo comparadas.

O último aspecto preliminar a ser salientado diz respeito à chamada “Razão de Masculinidade” ou “Razão de Sexos”, isto é, a razão entre pessoas do sexo masculino em relação às do sexo feminino na população. O tema já foi abordado no capítulo 2, mas vale acentuar aspecto de relevo para esta análise. Como se sabe, aquela Razão se situa abaixo do valor 1 no País, indicando maior número de mulheres do que de homens em nossa população. Para a população brasileira como um todo, temos cerca de 95 homens para cada 100 mulheres. Pois para o Município do Rio essa razão cai para apenas 87 homens por 100 mulheres.

Ora, o que interessa quanto a essa Razão é o fato de ela cair fortemente com a idade dos indivíduos, passando de uma predominância masculina nas idades mais jovens para o seu inverso nas idades mais velhas. Com isso, enquanto que na população brasileira com 65 anos ou mais a razão é de cerca de 72 homens para 100 mulheres em 2006, no Município do Rio essa proporção é de somente 50 homens. Em outras palavras, a proporção de mulheres é o dobro da de homens. Abstraindo-se as inevitáveis flutuações amostrais do caso do Município do Rio, essa queda na razão de sexos em todas as áreas consideradas pode ser vista no Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1
Razões de sexo (homens/mulheres)*100 no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



Essas duas características demográficas – estrutura etária mais velha e amplíssima predominância de mulheres na população idosa – combinadas ao fato de que, no passado, as mulheres tinham nível educacional médio inferior ao dos homens, resultarão em conseqüências importantes para as comparações feitas a seguir entre o nível educacional da população do Município, do Estado e do País.

O perfil da alfabetização no Município do Rio de Janeiro

Iniciemos pela taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos e mais de idade. O primeiro fato a ser observado é que a proporção de pessoas alfabetizadas no Município do Rio de Janeiro ficou relativamente estável em torno da média de 95,3% durante o período de 2001 a 2006. Considerando a população do Município em 2006, esse valor implicava na existência residual de cerca de 261 mil analfabetos.

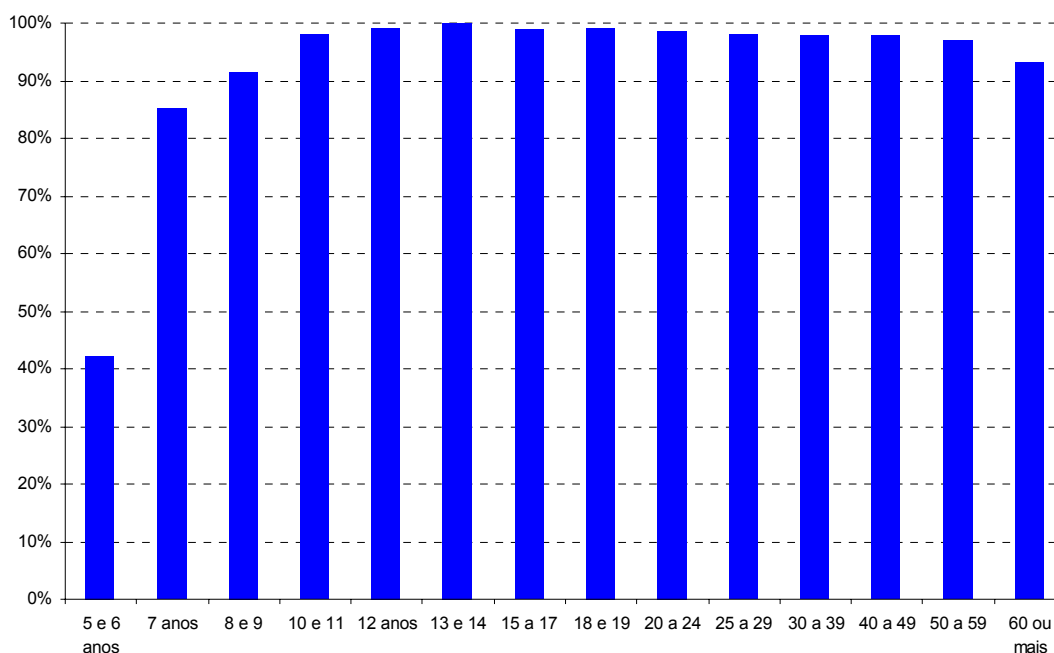
Mas examinando-se a composição etária dessa população analfabeta, verificamos que 43,6% dela era composta de crianças com idade entre 5 e 7 anos e, no outro extremo, que 35,9% dela tinha 50 anos ou mais de idade. Ou seja, a taxa era composta, por um lado, pelos indivíduos que ainda não haviam entrado nas faixas de alfabetização propriamente dita e, por outro, pelas pessoas que há muito já haviam passado pela idade de alfabetização regular. Esses dois grupos, como vemos, compõem quase 80% do total de analfabetos no Município. Entre essas faixas

extremas, a alfabetização é uma característica praticamente universal, atingindo mais de 99% das pessoas. Com isso, é útil distinguir analiticamente nos dados sobre alfabetização a parte relativa à produção atual de alfabetização, observável nas coortes de idade mais jovens, daquela produzida no passado mais ou menos distante, observável nos seus resíduos entre as coortes mais velhas.

O Gráfico 3.2, que mostra a evolução da proporção de pessoas alfabetizadas por sua idade, revela claramente a dinâmica desse processo. Como a alfabetização é basicamente um evento que ocorre em certo período da vida dos indivíduos, seu perfil ao longo da idade/tempo de vida individual apresenta uma forma geral de tipo S, ou seja, inicia-se lentamente durante o período de educação pré-escolar, acelera-se fortemente nos primeiros anos de idade escolar, período em que a grande maioria dos jovens é, de fato, alfabetizada, para então começar a diminuir de ritmo até atingir uma estabilidade a partir de certa idade, após a qual dificilmente alguém se alfabetiza. Dessa forma, o valor da assíntota superior dessa curva representa a proporção final de pessoas alfabetizadas (e, obviamente, o seu complemento, a proporção de analfabetos) que é concretamente produzida pelo sistema escolar atual.

Como se pode observar no Gráfico 3.2, a alfabetização das crianças no Município do Rio de Janeiro se dá maciçamente em torno dos 7 anos, idade de início do período de escolarização obrigatória, e rapidamente converge para seu limite superior. A inclinação desse segmento inicial da curva nos indica o ritmo em que esse processo de alfabetização se dá, e quanto mais forte for essa inclinação, mais rápido será o ritmo desse processo. Como podemos ver também, no Rio esse processo já está esgotado quando a criança atinge cerca de 12 anos de idade, quando atinge o seu limite superior (atualmente se situando em torno de 99,5% das crianças) e se torna estável daí em diante. Assim, pode-se dizer que o sistema educacional do Município do Rio de Janeiro basicamente atingiu o objetivo da universalização da alfabetização de suas crianças.

Gráfico 3.2
Taxas de Alfabetização segundo a idade no Município do Rio de Janeiro em 2006



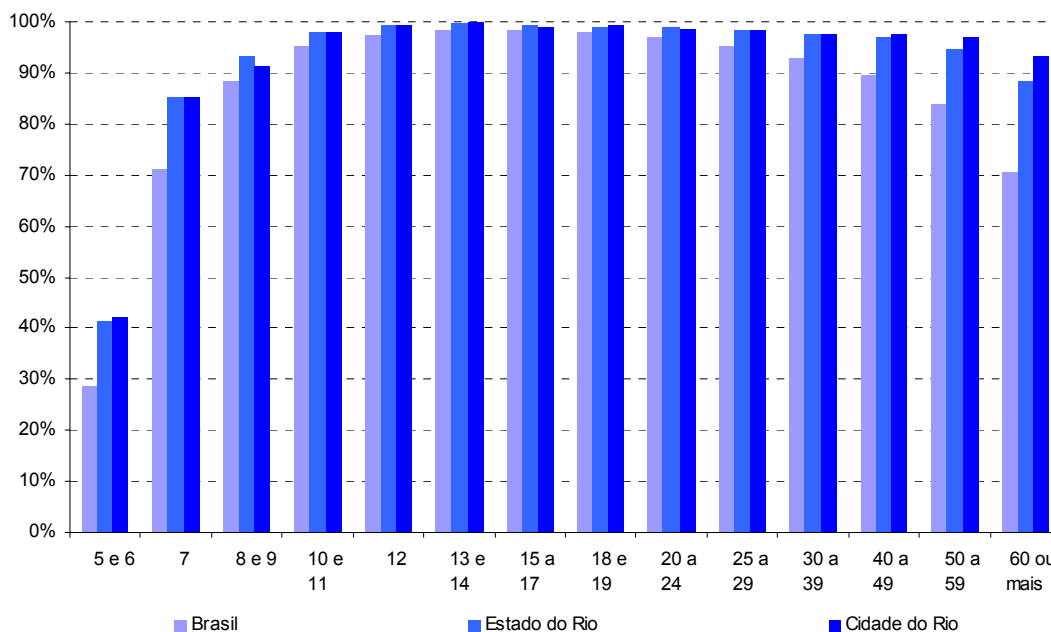
Mas, como também pode ser observado no mesmo gráfico, após atingir esse limite superior que, no caso do Rio, se estende até cerca de 30 anos de idade, a proporção de alfabetizados começa a declinar suavemente, chegando a atingir o valor de pouco mais de 93% entre as pessoas com 60 anos ou mais. Essa proporção declinante representa a herança do analfabetismo de nosso passado, herança que se tem mostrado bastante difícil de erradicar completamente.

A comparação do Município do Rio com o Estado (no qual, aliás, ela própria tem um peso muito importante) e com o País como um todo, mostra-se amplamente favorável à primeira. Para começar, enquanto que o nível médio de alfabetização no Município do Rio, como vimos, se situa em cerca de 95,3%, os valores correspondentes para o Estado e para o Brasil são 94,2% e 87,7%, respectivamente. Deve-se ressaltar, no entanto, que no caso do Brasil, como existe um espaço maior para melhoria desse indicador, a taxa de alfabetização aumentou ligeiramente nos últimos 5 anos, passando de 85% em 2001 para quase 88% em 2006.

O Gráfico 3.3 abaixo nos permite uma análise comparativa mais completa do processo de alfabetização em termos dos dois grandes componentes identificados acima, a produção atual da alfabetização e a herança histórica do analfabetismo. Três características ficam evidentes nessa comparação: em primeiro lugar, o processo de alfabetização é significativamente mais lento no País como um todo do que no Estado e no Município do Rio de Janeiro. De fato, não só a idade média ao se alfabetizar é

mais elevada (mais próxima dos 8 anos de idade) como o teto superior do processo leva mais tempo para ser atingido; em segundo lugar, o valor assintótico da curva de alfabetização (que só atinge seu teto quando a criança tem entre 13 e 14 anos), é de 97,7% no caso do Brasil, abaixo do observado nas outras duas áreas em comparação. Em outras palavras, pode-se dizer que o sistema educacional brasileiro ainda está produzindo cerca de 2,3% de analfabetos por ano; e, finalmente, a herança histórica do analfabetismo é muito mais forte no caso do País como um todo do que nas outras áreas. Assim, enquanto que a taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 60 anos no Município do Rio é de menos de 7%, no Estado do Rio de Janeiro ela é de mais de 14% e, no Brasil, chega a atingir quase 1/3 dessa população. A contrapartida desse quadro é que, evidentemente, enquanto o Município do Rio já partiu de um patamar elevado, com pouco espaço para melhorias, a população tem apresentado níveis de progresso muito fortes nesse indicador, cabendo lembrar aqui o provável papel facilitador da “fase de ouro” da transição demográfica, que ainda beneficia o Município no caminho da universalização do acesso ao ensino básico.

Gráfico 3.3
Taxas de Alfabetização segundo a idade no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006

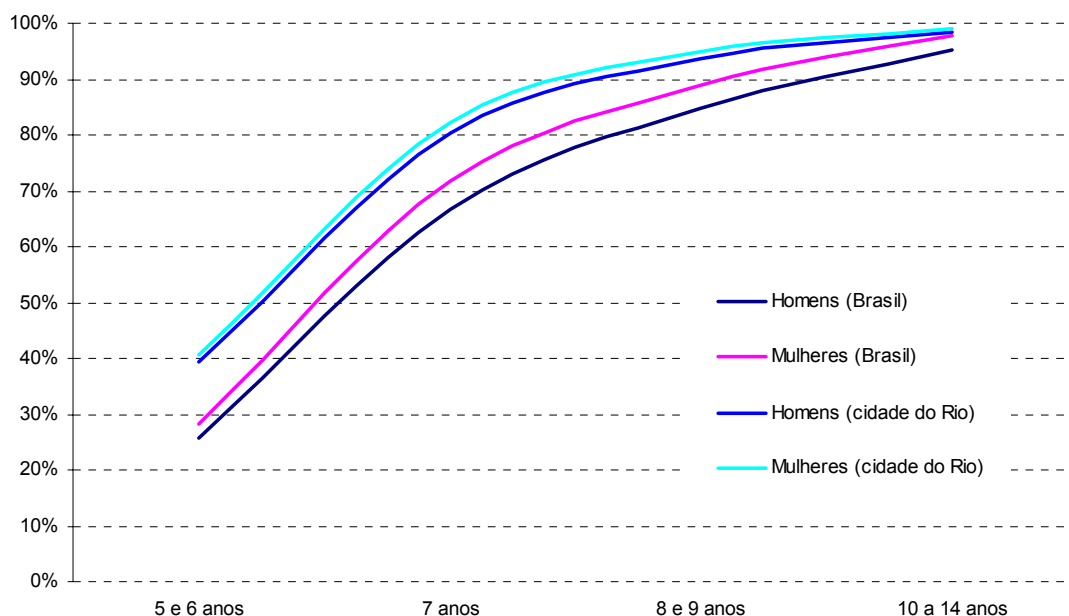


Comparando-se as taxas de alfabetização por sexo verificamos que praticamente inexitem diferenças a esse respeito entre homens e mulheres no Município do Rio. Em termos de nível médio, a taxa masculina é de 95,4% e a feminina de 95,2%, diferença que se encontra dentro da margem de erro amostral. Nesse

sentido, trata-se de um caso que contrasta significativamente com a situação do País como um todo. O gráfico 3.4 abaixo nos apresenta as taxas de alfabetização (médias dos anos 2001 a 2006) por sexo e por idade para jovens entre 5 e 14 anos para o Município do Rio e o Brasil. Em contraste com o Rio, as taxas nacionais não só são inferiores como, de fato são maiores para as mulheres do que para os homens: 86,7% e 85,6%, respectivamente.

Mas, mais que isso, existe um contraste nítido no que diz respeito ao processo de alfabetização entre essas áreas. Em particular, note-se que, no caso do Brasil, os homens não só atingem um teto de alfabetização inferior ao das mulheres (as quais atingem, no final do processo, um nível comparável ao observado no Município do Rio de Janeiro), como o processo em que essa alfabetização se dá é sensivelmente mais lento.

Gráfico 3.4
Taxa de alfabetização de jovens por sexo, Brasil e Município do Rio de Janeiro
Taxas médias do período 2001-2006



O nível de instrução da população do Município do Rio de Janeiro

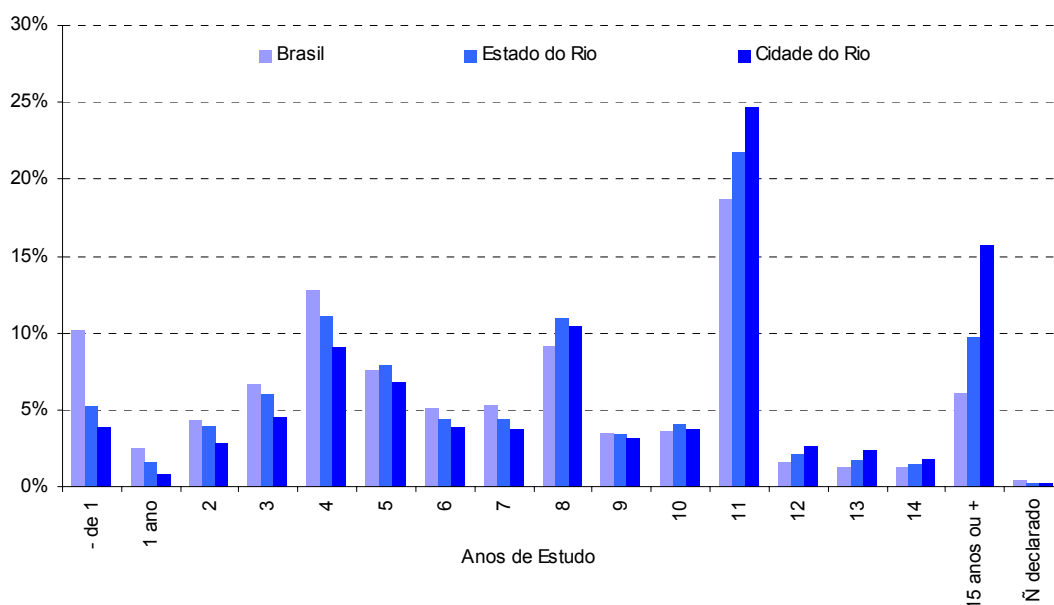
Outro conjunto de dados de interesse diz respeito ao perfil por anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade. Examinando-se os dados relativos ao Município do Rio de Janeiro, verificamos que, em média, o carioca tem atualmente quase nove anos de estudo completos com aprovação. Ressalta ainda nesse quadro não só a proporção elevada de pessoas com o 2º Grau completo, que atinge quase

25% da população, como, sobretudo, a grande percentagem de pessoas com curso superior completo, que em 2006 chega a atingir a cifra de 15,7% do total.

Aspecto importante a ser destacado é o crescimento consistente da média de anos de estudo, que cresce monotonicamente ao longo dos seis anos em exame, passando de 8,2 anos em 2001 para 9,2 anos em 2006, o que representa um aumento de 12,1% no período. Esse crescimento do nível médio de escolaridade reflete essencialmente a vigorosa expansão do nível superior de ensino que, nesse período cresce de 11,6% da população 2001 para os 15,7% já mencionados, um crescimento de quase 25% num espaço de apenas seis anos. Coerentemente com essa tendência, do outro lado do espectro educacional, a proporção de pessoas sem escolarização formal cai de 4,6% no início do período para 3,8% seis anos depois.

Novamente, a comparação dos dados do Município do Rio de Janeiro com o Estado do Rio de Janeiro e com o Brasil tende a ser favorável à primeira área no que diz respeito aos níveis absolutos. Como seria de se esperar, o contraste maior se dá em relação ao total da população brasileira. Assim, como pode ser visto no Gráfico 3.5, o nível médio de anos de estudo no Brasil está situado em 7,6 anos em 2006, enquanto que a proporção de pessoas com nível superior completo é de 6,1% da população total, e a percentagem de pessoas sem instrução formal chega a atingir 10,2% nesse mesmo ano.

Gráfico 3.5
Anos de estudo da população residente no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



Em termos dinâmicos, no entanto, a situação relativa se modifica de forma significativa. Como mostra a Tabela 3.1, a escolaridade média se expande um pouco mais rapidamente no Brasil do que no Estado do Rio de Janeiro e em sua capital. A média de anos de estudo no Brasil cresce de 6,02 anos em 2001 para 6,79 anos em 2006, o que corresponde a cerca de 12,8% de aumento durante o período. Numa posição intermediária entre e o Brasil e o Município, o Estado do Rio de Janeiro apresenta um crescimento desse nível médio de 7,09 anos para 7,81 anos no mesmo período (ou pouco mais de 10% de aumento). Na capital fluminense o crescimento foi de apenas 8,9% (8,1 para 8,82 anos de estudo, em média).

Tabela 3.1
Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais, e
Proporção com nível superior completo – Rio de Janeiro
(Município e Estado) e Brasil – 2001 a 2006

Ano	Média de Anos de Estudo			Proporção com Nível Superior		
	Município	Estado	Brasil	Município	Estado	Brasil
2001	8,10	7,09	6,02	11,55	7,48	4,78
2002	8,24	7,23	6,21	12,49	7,67	5,03
2003	8,35	7,39	6,38	12,88	8,23	5,29
2004	8,54	7,49	6,48	13,57	8,48	5,48
2005	8,59	7,57	6,61	13,62	8,72	5,64
2006	8,82	7,81	6,79	15,68	9,71	6,09

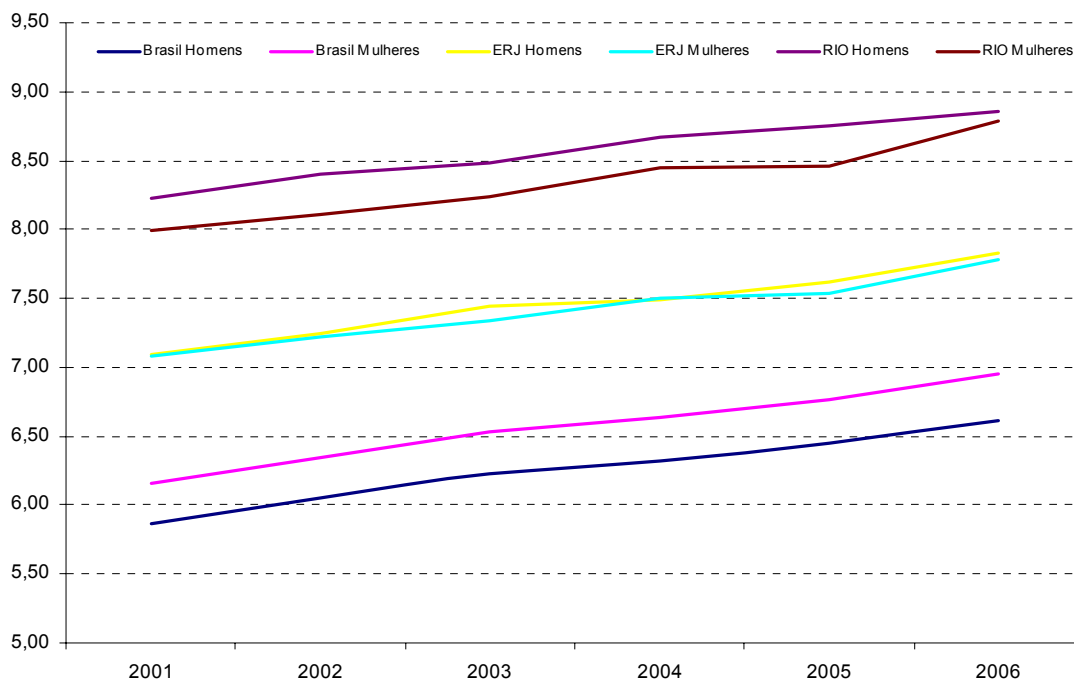
É importante ressaltar a expansão substancial do ensino superior nas três áreas em análise, com destaque, uma vez mais, para o Município do Rio de Janeiro. De fato, no Estado a expansão desse nível de ensino foi de quase 30% em seis anos, enquanto no País chegou-se a 27,4%. Já no Município do Rio o crescimento foi de nada menos que 35,7% no período, fazendo com que o Município continuasse se distanciando das outras regiões de comparação.

No que diz respeito às diferenças por sexo, deve-se assinalar que o Município do Rio de Janeiro apresenta uma discrepância em relação às demais áreas, no mesmo sentido que já foi apontado anteriormente: no Município o nível educacional médio masculino é mais elevado do que o feminino. Assim, enquanto que a população masculina com 10 anos ou mais de idade apresentava nível médio de 8,86 anos de estudo em 2006, o valor correspondente para a população feminina era de 8,79 anos (Gráfico 3.6). Note-se que a distância entre homens e mulheres se estreita em 2006. Isso decorre de que, em 2005, a diferença entre os sexos era, essencialmente,

derivada da maior participação de homens no nível superior de ensino (13,3% para os homens versus 12,4% para mulheres). Em 2006 as mulheres ultrapassam os homens nesse nível escolar (15,8% para elas contra 15,6% para eles). Por outras palavras, a população feminina experimentou crescimento mais vigoroso na sua participação no nível superior do que os homens: em 2001, o percentual de mulheres com esta escolaridade era de 11,19%, e a dos homens, 11,98%. Ou seja, enquanto a escolaridade masculina aumentava de 30,0% nesses seis anos, a participação feminina crescia de 40,8% no mesmo período.

Essa situação contrasta com o que ocorre no restante do País, em que o nível médio de escolaridade feminino é superior ao dos homens, embora em ambos os casos esses níveis sejam inferiores aos observados nas respectivas populações no Município do Rio. Assim, no Brasil como um todo, enquanto os homens apresentam um nível médio de escolaridade de 6,61 anos em 2006, na população feminina o valor chega a 6,96 anos. No caso do Estado do Rio de Janeiro, esse ainda reflete a influência do peso da população da capital, também apresentando um nível educacional médio masculino ainda um pouco superior ao feminino (7,83% versus 7,78%).

Gráfico 3.6
Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais, segundo o sexo, no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2001-2006

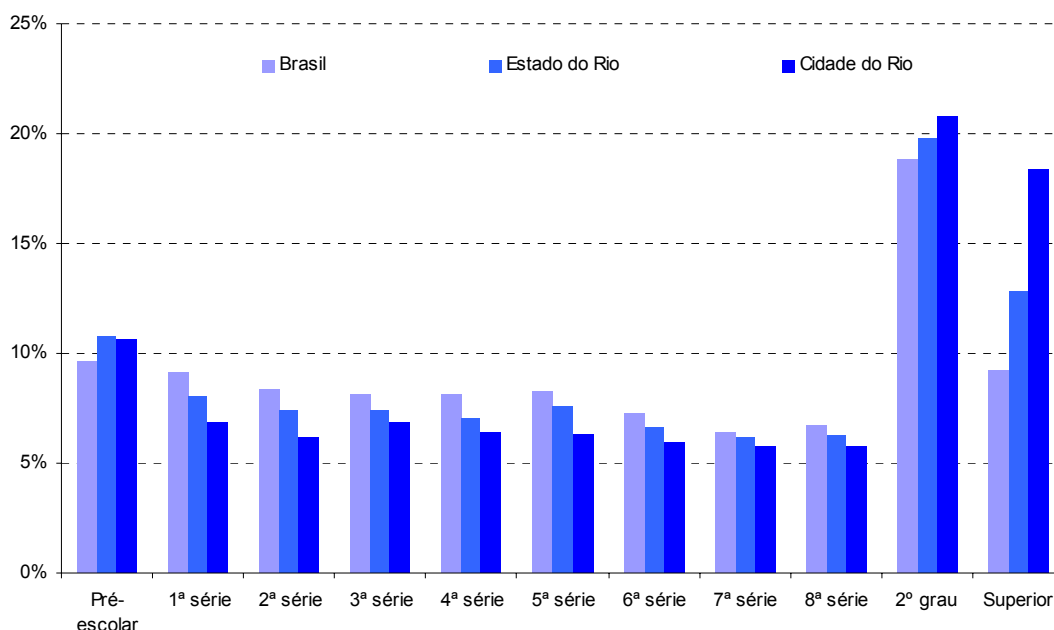


Distribuição da população escolar no Rio de Janeiro

Um terceiro conjunto de dados de interesse diz respeito à distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais de idade segundo o grau e a série que freqüentavam. Grosso modo, pode-se dizer que no caso do Município do Rio de Janeiro, esses estudantes se dividiam da seguinte maneira, tomando-se a média do período 2001-2006: cerca de 10,6% deles freqüentavam a pré-escola; 50,2% estavam matriculados no ensino fundamental; 20,8% estavam cursando o 2º grau; e os restantes 18,3% estavam matriculados no nível superior (Gráfico 3.7). E como já foi salientado antes, a modificação mais notável, durante o período que estamos analisando, se refere à forte expansão do nível superior de ensino. Partindo de um patamar de 226.263 alunos inscritos em 2001, essa matrícula se expande para um total de 341.237 alunos em 2006. Isso representa um crescimento da ordem de 50,8% num espaço de apenas seis anos.

Gráfico 3.7

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo série do ensino fundamental que freqüentam, e demais níveis escolares no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – média 2001-2006



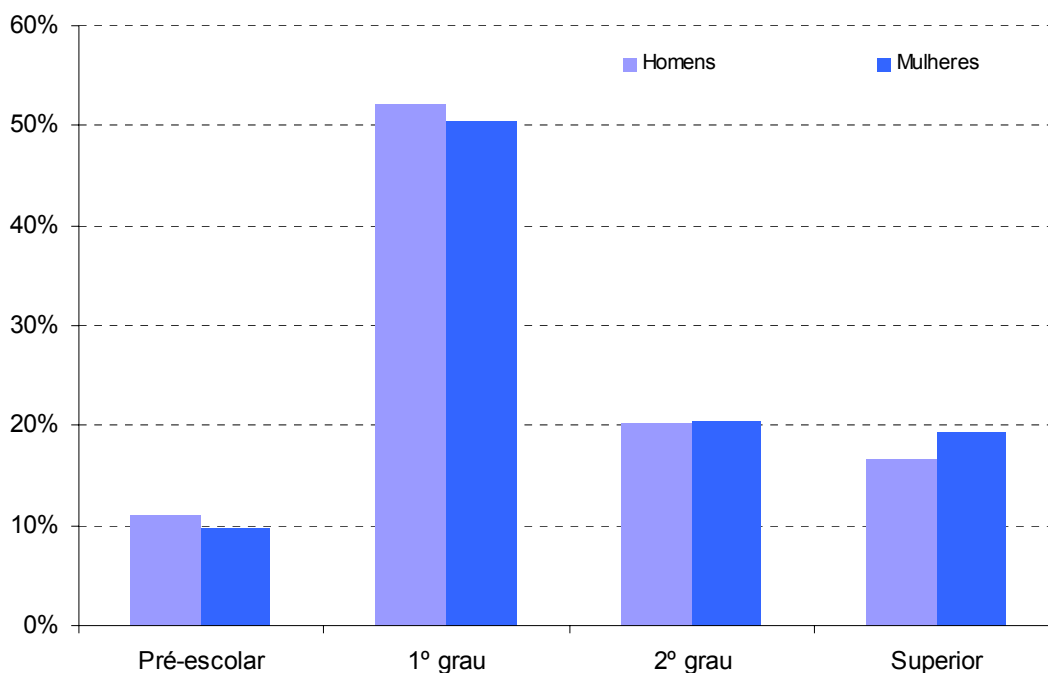
Quando procedemos ao exame comparativo dos dados do Município com os do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, alguns contrastes e similitudes merecem ser destacados. Como se pode observar no mesmo Gráfico 3.7, o grande contraste entre o Município e as demais áreas se dá na participação dos estudantes matriculados no

nível superior. Assim, enquanto que no Município do Rio, como já vimos, a proporção de alunos no nível Superior é de cerca de 18,3% do estudentado total, a proporção equivalente no Brasil é de apenas 9,2%, o que vale dizer, metade da proporção no Município do Rio. Como antes, refletindo o grande peso da capital, o valor para o Estado do Rio de Janeiro é de 12,8%.

No entanto, tal como no Município do Rio (de fato, ainda mais que nela), no Brasil o Ensino Superior tem se expandido vigorosamente: em 2001, segundo a PNAD, o País tinha um total de 3.7 milhões de alunos matriculados neste nível do sistema escolar; já em 2006, a mesma pesquisa registrava um total de quase 5.9 milhões de alunos, uma expansão de nada menos de 57,4% em apenas seis anos, um pouco superior, portanto, ao registrado no Município do Rio de Janeiro.

Comparando-se a distribuição do alunato ao longo dos diversos graus de ensino segundo o sexo, e tomando-se a média do período 2001-2006, fica claro que, no Município do Rio, já se observa a mesma tendência vista no resto do País. Ou seja, é maior a escolaridade das mulheres do que dos homens, reforçando a idéia que o resultado invertido encontrado no caso do nível médio de escolaridade se deve à maior herança do passado na população carioca, o que redundou, pelo menos até 2005, em menor participação feminina nos níveis superiores de escolaridade. De fato, a proporção de matriculados no nível superior entre os alunos homens é de 16,6%, enquanto que entre as mulheres essa proporção é de 19,3%. Mais ainda, as mulheres prevalecem em termos absolutos no nível superior de ensino, podendo-se estimar que cerca de 57,2% dos alunos nesse nível em 2006 era de mulheres. A distribuição relativa média para o período 2001 a 2006 das populações masculina e feminina por grau de ensino cursado é apresentada no Gráfico 3.8.

Gráfico 3.8
Estudantes de cinco anos ou mais segundo o grau escolar que freqüentavam e o sexo, Município do Rio de Janeiro, média do período 2001-2006

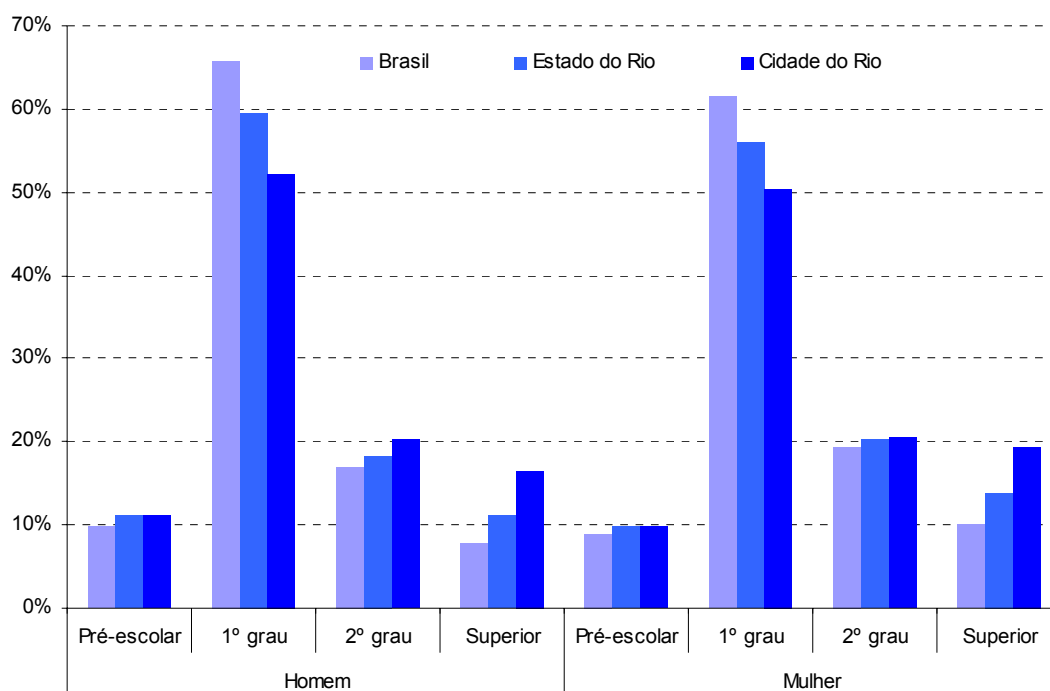


Ao que tudo indica, essa diferença educacional a favor das mulheres deve continuar, pelo menos no curto e médio prazos. Isso porque as taxas de crescimento da participação feminina no nível Superior durante o período estudado se colocaram significativamente acima da masculina. Assim, entre os homens, o total de alunos registrados em 2001 era de quase 111 mil pessoas, total que cresce para 146 mil alunos em 2006, uma expansão de 31,8% durante o período. Já quando fazemos o exame paralelo entre a população feminina, observamos que a expansão de sua participação foi da ordem de 69,0%, mais do dobro da dos homens, pulando de 115,5 mil alunas para pouco mais de 195 mil ao fim do período.

A comparação da distribuição dos estudantes por sexo no Município do Rio de Janeiro com suas correspondentes no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil revela algumas diferenças importantes. Em primeiro lugar, seguindo um padrão já visto anteriormente, as diferenças na distribuição entre homens e mulheres na capital são relativamente menores do que o observado em outras áreas. Calculando o conhecido “Índice de Dissimilaridade”, indicador que mede a diferença percentual no perfil de duas distribuições, observamos que as diferenças entre homens e mulheres na distribuição por grau de ensino no Município do Rio de Janeiro resultam num $D=2,27\%$, indicando que bastaria realocar 2,27% das pessoas de uma das duas distribuições para que ambas se tornassem perfeitamente iguais. Observe-se que, neste caso da capital fluminense, as mulheres apresentam predomínio nos níveis mais elevados de ensino, o

2º grau e o nível superior. Já no caso tanto do Brasil como do Estado do Rio de Janeiro, embora o padrão de dominância feminina nos graus mais elevados seja o mesmo, os Índices de Dissimilaridade são mais elevados, com D=4,57% no caso do Estado e D=4,78% no caso do Brasil.

Gráfico 3.9
Estudantes de cinco anos ou mais segundo o grau escolar que freqüentavam e o sexo, no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – média do período 2001-2006



Conclusão

Procurou-se chamar a atenção, neste capítulo, para o *peso do passado* na dinâmica educacional global do Município do Rio de Janeiro, já que as taxas de

escolarização ainda cobram o preço da maior idade e da maior participação de mulheres na população da capital, vis-à-vis o restante do Estado e o País. Como o acesso à escola era mais difícil no passado, sobretudo para as mulheres, a grande participação desses contingentes na população total ainda impacta os indicadores educacionais agregados. Ainda assim, o Rio se sai melhor do que o Estado e o País na maioria dos casos. Uma exceção é a evolução dos anos médios de estudo entre 2001 e 2006, maior no Brasil e no Estado, se bem que o Rio tenha partido de patamar bem mais elevado no início do período.

Por outro lado, é bastante alta a participação de pessoas com segundo grau completo ou mais (41% da população com pelo menos 10 anos de idade em 2006) na população do Município, os habitantes com nível superior compondo quase 16% do total, muito mais do que no Estado e no País. Nesse sentido, o Município do Rio de Janeiro, em que pese o resíduo decorrente da maior longevidade de sua população, vis-à-vis as outras duas regiões de referência, continua em posição privilegiada quanto ao acesso a níveis de educação mais elevados, o que é uma efetiva vantagem comparativa num ambiente global de grande competição inter-empresarial por mão de obra qualificada. Isso é ainda mais importante no caso das mulheres, que, ao contrário do Estado e do País, estão em proporção mais elevada no nível superior de escolaridade. Ainda assim, dever ser motivo de preocupação do poder público o fato de que o Estado e o País melhoraram seus indicadores educacionais a um ritmo bem superior ao do Município, incluindo-se aqui o acesso ao nível superior de ensino, o que pode reduzir aquela vantagem comparativa no médio prazo.

Capítulo IV: Evolução da Renda

Introdução

O objetivo, agora, é sistematizar a informação disponível sobre a evolução recente da renda da população residente no Município do Rio de Janeiro. Foram consideradas a renda total e a renda do trabalho (principal e todas as fontes), vis-à-vis as médias fluminense e nacional. Para facilitar a leitura de tal evolução, apresentamos valores constantes, deflacionados para maio de 2007. A primeira seção trata mais especificamente da evolução das distintas formas de renda identificadas, ao longo do período 2001-2006. Na seção seguinte, observa-se a dinâmica recente do mercado de trabalho, através da concentração dos ocupados por estrato de renda, da densidade de

contribuição ao INSS e do perfil dos assalariados. A penúltima seção trata dos diferenciais salariais de gênero e, por fim, tecem-se algumas considerações acerca das tendências e características observadas. Cumpre lembrar que o capítulo resente-se, como os demais, da impossibilidade de cruzamentos mais finos e desagregações mais amplas das informações sobre rendimentos, pelas razões apontadas na introdução desta publicação.

Evolução da renda no período 2001-2006: dinâmica e diferenciais

Em 2006, o total de pessoas maiores de 10 anos de idade no Município do Rio de Janeiro somava 5.401.774 (2.414.236 homens e 2.987.539 mulheres). Deste total, 3.141.625 declararam-se economicamente ativos, o que significa uma taxa de atividade total próxima de 58,2%. É esse o universo de referência da análise que se segue.

A Tabela 4.1 indica que, considerando-se todos os rendimentos originários de todas as fontes (ocupação, benefícios, etc.), o valor médio da renda registrada em 2006 para o Município do Rio de Janeiro é de R\$ 1.090,00 mensais, patamar 11,6% superior ao encontrado em 2001. Interessante destacar que, no período em questão, observam-se duas dinâmicas distintas no que tange a variação da renda média municipal: retração no triênio 2001-2003 e recuperação constante nos anos subseqüentes (2004-2006). Isso significa que, vencida a primeira metade da presente década, praticamente perdida em termos de ganhos reais de renda, a segunda metade se inicia com reversão de expectativas no Município, embora não apenas nele.

De fato, essa variação em dois tempos (retração e recuperação) é consistente com a evolução observada tanto para o Estado do Rio de Janeiro, quanto para o Brasil (Tabela 4.1). Porém, o Estado foi o mais afetado pela variação negativa da renda entre 2001-2003, e sua recuperação, se bem que tenha ocorrido, ficou aquém do desempenho registrado tanto pelo Município quanto em nível nacional. Esse achado não deixa de surpreender, em razão de uma clara tendência à interiorização do crescimento em alguns pólos do Estado (áreas de gás e petróleo e indústria automobilística, dentre outros), com repercussões positivas sobre as oportunidades de trabalho e renda.

Tabela 4.1
Rendimento médio mensal (R\$) e número-índice no Rio de Janeiro
(Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006

Local	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var % 06/01
-------	------	------	------	------	------	------	----------------



Município RJ	976,57 100,0	969,05 99,2	913,36 93,5	940,19 96,3	968,85 99,2	1.090,32 111,6	11,6
Estado RJ	737,38 100,0	719,27 97,5	686,08 93,0	696,44 94,4	712,55 96,6	787,82 106,8	6,8
Brasil	556,08 100,0	557,31 100,2	518,62 93,3	529,23 95,2	560,47 100,8	606,89 109,1	9,1
Mun RJ / Est RJ	1,32	1,35	1,33	1,35	1,36	1,38	4,3
Mun RJ / BR	1,76	1,74	1,76	1,78	1,73	1,80	2,3

A mesma Tabela 4.1 permite perceber que o rendimento médio real no Município é superior em 38% ao observado no Estado em 2006, e 80% maior do que aquele registrado nacionalmente no mesmo ano, diferenciais esses que se mantiveram relativamente constantes nos cinco primeiros anos analisados, sofrendo aumento mais significativo em 2006.

O elevado grau de urbanização e “metropolização” do Rio de Janeiro, bem como as taxas de escolaridade acima da média nacional, associados ao significativo percentual de empregos públicos herdados da antiga condição de capital federal até a década de 60 (o já referido “peso do passado”), e o fato de o Município possuir um contingente importante de idosos aposentados, são elementos que contribuem para explicar o maior rendimento médio observado no Município em relação ao Estado e à média nacional. Se nos detivermos exclusivamente na análise dos rendimentos do trabalho, descritos na Tabela 4.2, a realidade mostra-se algo distinta daquela apontada acima, sugerindo que o peso dos benefícios e rendas do não-trabalho de fato explica parte importante da dinâmica assinalada na Tabela 4.1 (e não apenas no Rio de Janeiro, é bom marcar).

Com efeito, a exclusão da renda do não-trabalho resulta em *aumento* da renda média dos ocupados, o que sugere ser grande o número de aposentados que auferem baixos rendimentos tanto no Município quanto no Estado e no País. Por outro lado, a exclusão da renda de outras fontes não afeta de maneira importante o diferencial de rendimentos entre o Município e as outras duas áreas (os ocupados ganham no Rio 32% mais do que no Estado e 77% mais do que no País), mas o crescimento real dos salários é menor do que o crescimento das outras rendas. Isso provavelmente decorre dos já mencionados aumentos reais do salário mínimo, que remunera a maioria dos aposentados.

Note-se, ainda, que a renda do trabalho apresenta variação negativa até 2004, e a queda no Rio é maior do que nas outras duas áreas. Em compensação, a recuperação da renda dos cariocas ocupados foi mais vigorosa em 2006 do que no Estado e no País, revertendo a tendência de distanciamento negativo do período anterior. Assim, segundo os dados disponíveis, a recuperação dos rendimentos do trabalho mostrou-se mais favorável em nível nacional do que no âmbito do Município do Rio de Janeiro até 2005, o que parecia indicar o Município se estava beneficiando menos do que outras regiões da atual fase de retomada do crescimento econômico. Porém, essa tendência foi revertida em 2006, quando o mercado de trabalho no Município mostrou mais dinamismo do que o observado nacionalmente.

Tabela 4.2
Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (R\$) e número-índice, no
Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006

Local	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var % 06/01
Município RJ	1.392,48 100,0	1.381,97 99,2	1.286,04 92,4	1.240,56 89,1	1.248,55 89,7	1.440,76 103,5	3,5
Estado RJ	1.071,02 100,0	1.038,54 97,0	982,95 91,8	961,60 89,8	988,00 92,2	1.090,75 101,8	1,8
Brasil	799,84 100,0	780,47 97,6	723,72 90,5	722,41 90,3	752,96 94,1	812,64 101,6	1,6
Mun RJ / Est RJ	1,30	1,33	1,31	1,29	1,26	1,32	
Mun RJ / BR	1,74	1,77	1,78	1,72	1,66	1,77	

A Tabela 4.3 desagrega os dados contidos nas duas tabelas anteriores somente para o Município do Rio de Janeiro, segundo a fonte de rendimento do trabalho. Na comparação dos rendimentos médios das pessoas maiores de 10 anos entre economicamente ativos e ocupados (todos os trabalhos e trabalho principal), parece claro que, quanto menos fontes de renda são consideradas, menor a variação positiva no período 2001-2006. A renda média total cresceu quase 12%, mas o rendimento dos

economicamente ativos cresceu apenas 5,2%; o dos ocupados aumentou 3,5% (considerando todos os trabalhos); e a renda do trabalho principal cresceu apenas 2,8%. Nesse sentido, a *renda do trabalho* apresentou maior dificuldade para se recuperar do que as outras rendas (algo que ocorreu também no País e no Estado). Esse achado confirma o que se disse anteriormente: a política de recuperação do salário mínimo, com sua forte incidência na manutenção e aumento real dos benefícios previdenciários, resultou na *blindagem* do poder aquisitivo dos inativos, cuja participação é considerada quando se analisa o valor médio dos rendimentos de todas as fontes.

Tabela 4.3
Evolução dos rendimentos médios (R\$), total, dos economicamente ativos e do trabalho
(principal e todos os trabalhos) Município do Rio de Janeiro - 2001-2006

Tipo de Rendimento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var % 06/01
Rendimento médio total	976,57	969,05	913,36	940,19	968,85	1.090,32	11,6
Rendimento médio dos economicamente ativos	1.368,11	1.331,92	1.247,00	1.220,46	1.235,79	1.438,79	5,2
Rendimento médio de todos os trabalhos	1.392,48	1.381,97	1.286,04	1.240,56	1.248,55	1.440,76	3,5
Rendimento médio do trabalho principal	1.365,06	1.354,16	1.251,73	1.211,53	1.229,41	1.402,65	2,8

A Tabela 4.4 informa os diferenciais salariais e de renda entre o Município do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, em 2006. Constata-se que o hiato de rendimentos aumenta na comparação com a média nacional à medida que se amplia o conceito de renda. Assim, os rendimentos do trabalho principal são 60% mais elevados no Município do Rio de Janeiro que para o Brasil como um todo, e chegam a representar 80% a mais, considerando-se todas as fontes de renda. Novamente, salta aos olhos que outros tipos de rendimentos que não os do trabalho contribuem para a

manutenção da renda do Município em patamar bem superior à média nacional. Trata-se, como já se disse, da cobertura previdenciária, mais ampla no Município do Rio de Janeiro vis-à-vis o resto do País, e cujo poder de compra foi relativamente preservado nos últimos anos em razão da valorização do piso previdenciário (vinculado ao salário mínimo nacional). Sem dúvida, as outras fontes de renda captadas pela PNAD também devem ter contribuído para elevar o rendimento médio do Município bem acima do que é registrado no Estado ou no Brasil, mas seu peso é forçosamente menor que o dos benefícios do sistema de seguridade social. Já o diferencial médio de rendimentos entre o Município e o Estado varia em proporção bem menor, de 31% a 38% a mais apenas.

Tabela 4.4
Rendimentos médios (R\$), total, dos economicamente ativos
e do trabalho (principal e todos os trabalhos) Rio de Janeiro
(Município e Estado) e Brasil - 2006

Tipo de Rendimento	Rendimentos médios (em R\$)			Razão	
	Município RJ	Estado RJ	Brasil	Município/ Estado	Município/ País
Rendimento médio total	1090,32	787,82	606,89	1,38	1,80
Rendimento médio - economicamente ativos	1438,79	1061,80	824,01	1,36	1,75
Rendimento médio de todos os trabalhos	1440,76	1090,75	812,64	1,32	1,77
Rendimento médio do trabalho principal	1402,65	1073,17	876,74	1,31	1,60

Para tentar esclarecer a contribuição dos rendimentos do não-trabalho à formação da renda do Município do Rio, elaboramos a Tabela 4.5. Nela, está discriminada a proporção de ativos e inativos no Município para o ano de 2006. Observa-se que cerca de 40% dos inativos têm algum tipo de rendimento. Embora esse percentual possa parecer pequeno para justificar o porquê de o Rio de Janeiro ter renda média total superior em 80% à nacional, a peculiaridade do Rio consiste

justamente no elevado valor médio do rendimento dos inativos, muito próximo ao dos economicamente ativos, tal como assinalado na última coluna da direita da Tabela 4.5. De fato, os inativos que declararam ter alguma renda, registram valor médio de R\$ 1.478,00 em 2006, contra R\$ 1.585,00 dos economicamente ativos.

Como se depreende da referida tabela, o rendimento médio dos inativos é sempre muito alto em comparação com o dos economicamente ativos, inclusive no caso das mulheres, cuja cobertura previdenciária tende a ser menos expressiva em termos numéricos (embora, em termos percentuais, 41% das inativas tenham declarado dispor de alguma renda, tal como os homens inativos). Isso significa que essa população economicamente ativa, formada pelas pessoas que participam do mercado de trabalho seja na condição de ocupados ou de desempregados com algum rendimento, possui renda mensal apenas levemente superior à população não economicamente ativa, formada por aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho, mas que tinham algum rendimento, isto é, aposentados, pensionistas, licenciados e pessoas que não estavam procurando trabalho na semana de referência, segundo os critérios do IBGE.

Tabela 4.5
Ativos e Inativos por sexo e rendimento médio mensal (R\$) de
todas as fontes Município do Rio de Janeiro - 2006

Condição de atividade	Pessoas			Rendimento médio daqueles com rendimento
	Total (A)	Com rendimento (B)	Razão (B) / (A)	
Total	5.401.774	3.608.253	0,67	1.558,01
Economicamente ativos	3.141.625	2.673.126	0,85	1.585,85
Não economicamente ativos	2.260.149	935.126	0,41	1.478,40
Sem declaração	-	-	-	-
Homens	2.414.236	1.742.991	0,72	1.866,96
Economicamente ativos	1.652.535	1.423.588	0,86	1.880,20
Não economicamente ativos	761.701	319.403	0,42	1.807,95
Sem declaração	-	-	-	-
Mulheres	2.987.539	1.865.262	0,62	1.269,30
Economicamente ativas	1.489.091	1.249.538	0,84	1.250,50
Não economicamente ativas	1.498.448	615.724	0,41	1.307,45
Sem declaração	-	-	-	-

Esses dados não deixam de surpreender, já que, de um modo geral, a renda dos inativos costuma ser bem menor que a dos ocupados (estes, a grande maioria dos ativos). No caso do Brasil como um todo, por exemplo, os inativos recebiam, em 2006, apenas 30% da renda dos ativos (no Estado, 40,1%), enquanto no Rio essa proporção era de 93% no mesmo ano. O Município do Rio aparece, portanto, como uma excepcionalidade que, mais uma vez, pode ser interpretada a partir do que vimos denominando “peso do passado”, ou o efeito de características anteriores (na verdade, de décadas) do mercado de trabalho do Município, outrora capital da República e, portanto, beneficiária de cobertura previdenciária, tanto pelo lado do funcionalismo (maiores salários e, conseqüentemente, maiores benefícios no âmbito dos regimes próprios dos servidores), como pelo lado da formalidade (direitos previdenciários assegurados em maior escala).

Outro aspecto relevante com respeito aos dados da Tabela 4.5 é o diferencial de rendimentos¹⁰ entre mulheres e homens economicamente ativos e inativos. O aumento da renda em 2006 foi mais alto entre os homens economicamente ativos do que entre as mulheres, o que elevou a diferença salarial entre os sexos de 31% em 2005 para 50% em 2006. No caso dos inativos houve distanciamento menor, de 35% em 2005 para 38% no ano seguinte. Poder-se-ia esperar um hiato maior no caso dos inativos, pelo fato de o diferencial de rendimentos entre os sexos no passado ter sido mais acentuado. Sem dúvida, a uniformização do piso previdenciário de um salário mínimo para ambos os sexos, conquista da Constituição de 88, deve ter contribuído para corrigir distorções importantes no campo das relações de gênero.

Renda e mercado de trabalho: as transformações recentes

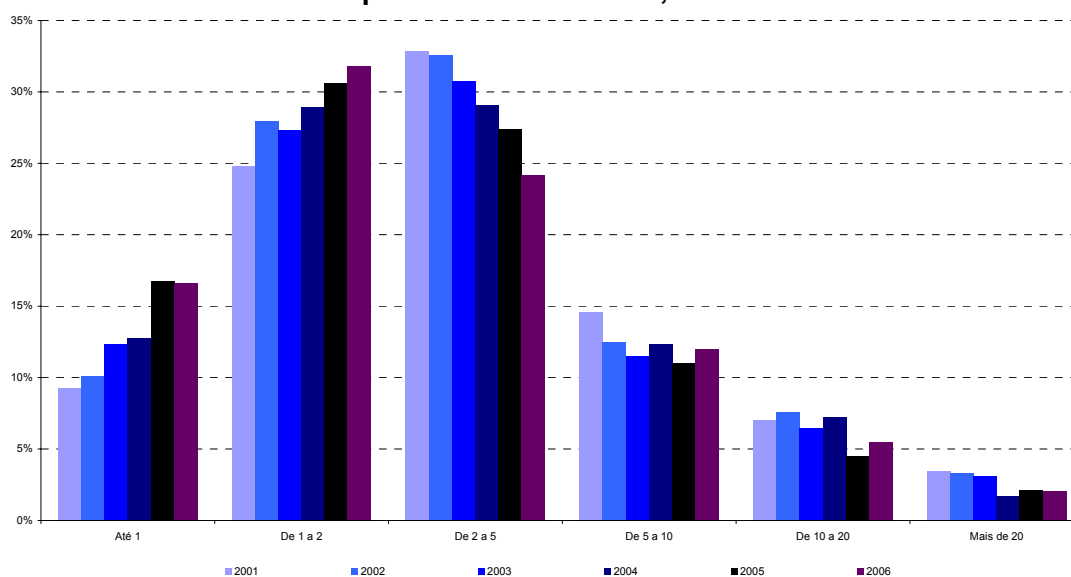
Os estudos recentes sobre o mercado de trabalho no Brasil vêm mostrando que os postos de trabalho criados nos últimos anos compõem-se, na sua grande maioria, de ocupações com remuneração na faixa de até dois salários mínimos; têm identificado, também, redução do número absoluto de ocupados sem rendimentos, e recuperação do ritmo de crescimento das atividades formalizadas em comparação com a queda contínua a partir da segunda metade dos anos 1990. No caso do Município do

¹⁰ Não há dúvida que o diferencial de gênero no que diz respeito aos rendimentos dos ativos é menor do que este calculado na Tabela 4.5. Haveria que considerar a renda padronizada no caso dos rendimentos do trabalho, o que não foi feito aqui.

Rio de Janeiro, o quadro parece convergir com o panorama descrito acima. Vamos aos dados.

O Gráfico 4.1, relativo à distribuição das pessoas ocupadas por classe de rendimentos, medida por salários mínimos, confirma que desde 2001 tem lugar uma expansão forte e quase sistemática de ocupações na faixa de até dois salários mínimos. A primeira classe de rendimentos de até um salário mínimo concentrava em 2001 menos de 10% da população ocupada, percentual esse que sobe para quase 17% em 2006. Na faixa de um a dois salários mínimos, a progressão é também significativa: são 32% dos ocupados remunerados nessa faixa em 2006, contra 25% em 2001. Portanto, se em 2001 o percentual de ocupados com remuneração mensal de até dois salários mínimos somava 34%, em 2006 essa proporção chega a 49%.

Gráfico 4.1
Remuneração média de todos os trabalhos em faixas de salários mínimos.
Município do Rio de Janeiro, 2001-2006



A contraface dessa tendência é o fato de que as classes de renda intermediárias – de dois até 10 salários mínimos – viram sensivelmente reduzida sua participação no mercado de trabalho: em 2001, 47,4% das pessoas ocupadas estavam concentradas nessa faixa intermediária, decrescendo de 11,3 pontos percentuais e chegando, assim, a 36,1% em 2006. Portanto, pode-se afirmar que houve um deslocamento do perfil de concentração do emprego por faixa de rendimento, dos níveis intermediários para os níveis inferiores, no caso do Município do Rio de Janeiro. E as faixas de renda mais elevadas (com remuneração superior a 10 salários mínimos) também registraram recuo no período em análise, conforme atesta o Gráfico 4.1. Concentravam 10,5% do emprego em 2001 e passam a reunir apenas 7,6% em 2006, o que, na verdade, representou leve melhoria em relação a 2005.

Esses dados parecem sugerir precarização do mercado de trabalho na capital do Estado. Os ocupados estão ganhando menos em números de salários mínimos, em razão, ao que tudo indica, do fato de que o salário mínimo teve seu valor real aumentado constantemente nos últimos anos, bem acima da inflação e, certamente, acima do que a maioria dos ocupados tem logrado, seja nas negociações coletivas, seja como fruto de seu negócio ou atividade informal. Isso quer dizer que o salário mínimo parece estar perdendo parte de seu papel de padrão salarial para a economia municipal, já que a renda real no Município, se aumenta consistentemente a partir de 2004, o faz em patamares inferiores ao aumento do salário mínimo. A precarização, pois, ocorre contra o parâmetro da política pública de valorização do salário mínimo, que tem impacto relevante sobretudo na renda dos aposentados, afetando em medida bem menor o mercado de trabalho.

A Tabela 4.6 revela que o percentual de ocupados sem rendimentos do trabalho é marginal no Município do Rio, isto é, de apenas 1,2% (contra 10,8% na média nacional), o que decorre muito provavelmente do alto grau de urbanização da metrópole carioca. Isso significa que, muito embora aumentem proporcionalmente mais rapidamente as ocupações com remuneração até dois salários mínimos, a ocupação sem rendimento não tem significância na economia do Município, o que também denota forte processo de individuação (i.e. retração das atividades em regime familiar).

Tabela 4.6
Proporção de ocupados sem rendimento no Rio de Janeiro
(Município e Estado) e no Brasil - 2006

Região	Proporção
---------------	------------------



Município RJ	1,2%
Estado RJ	1,8%
Brasil	10,8%

Resta saber qual o grau de formalização desse emprego que se expande crescentemente entre as menores faixas de remuneração. A resposta nos é dada pelas tabelas 4.7 e 4.8.

Tabela 4.7
Proporção de contribuintes à previdência no total da população ocupada na semana de referência - Rio de Janeiro (Município e Estado) e Brasil - 2001-2006

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Município RJ	64,7%	64,3%	64,2%	64,3%	62,3%	63,9%
Estado RJ	58,9%	59,0%	59,8%	59,2%	59,6%	61,1%
Brasil	45,7%	45,2%	46,4%	46,5%	47,4%	48,8%

Tabela 4.8
Total de contribuintes na população maior de 10 anos de idade ocupada
na semana de referência e número índice (2001=100), Rio de Janeiro
(Município e Estado) e Brasil - 2001-2006

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Município RJ	1.620.163	1.629.417	1.635.114	1.768.207	1.750.414	1.806.622
Estado RJ	3.588.467	3.709.733	3.789.186	3.911.683	3.973.000	4.203.000
Brasil	34.490.500	35.685.651	37.180.990	39.374.705	41.337.000	43.586.000
	Evolução					
Município RJ	100,0	100,6	100,9	109,1	108,0	111,5
Estado RJ	100,0	103,4	105,6	109,0	110,7	117,1
Brasil	100,0	103,5	107,8	114,2	119,9	126,4

Em 2006, do total da população ocupada, 1.806.622 (Tabela 4.8) trabalhadores contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho no Município do Rio de Janeiro. Como era de se esperar, a taxa de formalidade do mercado de trabalho no Município, medida por esse indicador, é superior à registrada no Estado e no País, 63,9%, contra 61,1% e 48,8%, em 2006, segundo a Tabela 4.7. A surpresa fica por conta da tendência observada nessa mesma tabela, no período assinalado. Enquanto assiste-se a um ligeiro mas persistente recuo da informalidade em nível nacional, entre 2001 e 2006, com aumento da proporção de contribuintes dentre os ocupados (de 45,7% para 48,8%), verifica-se o inverso no caso do Município do Rio, com redução do percentual de contribuintes. Em termos relativos, a taxa de contribuição do município sofreu uma redução de 0,8 pontos percentuais (2,4 pontos se considerarmos o período 2001-2005), enquanto a taxa estadual cresceu 2,2 pontos e a nacional cresceu 3,1 pontos percentuais. Portanto, em descompasso com a tendência nacional, a informalidade (medida por esse indicador) cresceu no Rio até 2005, voltando a perder terreno em 2006, mas sem retomar o patamar de 2001. Considerado contra o quadro da renda descrito antes, pode-se dizer que o mercado de trabalho municipal vive um quadro de precarização relativa (no caso da renda em salários mínimos) e absoluta (no caso da informalidade), embora tenhamos constatado a reversão da tendência de aumento desta última em 2006.

Esse quadro precisa ser refinado, porém, ou não se compreenderá a verdadeira natureza da aparente precarização do mercado de trabalho carioca. Iniciemos pelo detalhamento da distribuição dos contribuintes por classe de renda, expressa em salários mínimos, comparando o perfil do Município do Rio com a realidade observada em nível estadual e federal (Tabela 4.9).

Como era esperado, observa-se que, de forma geral, a contribuição aumenta à medida que se avança em direção às classes de renda superiores, pulando de um patamar de aproximadamente 30%, para aqueles que recebem até 1 salário mínimo, para níveis de 65% a 90% dependendo da classe de renda. O mesmo comportamento pode ser observado para o Estado e o Brasil. Por esses dados, não se compreende porque o Rio encontrou maiores dificuldades do que as outras duas áreas para manter ou mesmo aumentar seu grau de formalidade, tal como medido pela contribuição previdenciária. É preciso descer ainda mais nos detalhes.

Tabela 4.9
Proporção de contribuintes por classe de rendimento mensal de todos os trabalhos: Rio de Janeiro (Município e Estado) e Brasil - 2006

Faixas de Renda	Município RJ	Estado RJ	Brasil
Total	63,9%	63,1%	48,8%
Até 1/2 salário mínimo	3,7%	4,9%	2,7%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	31,7%	37,6%	36,4%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	65,9%	68,8%	69,1%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	68,5%	79,4%	76,8%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	80,2%	64,1%	64,0%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	80,1%	89,5%	87,2%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	84,7%	97,0%	85,8%
Mais de 20 salários mínimos	89,4%	90,2%	84,4%
Sem rendimento	10,9%	6,5%	2,4%

Ao replicar a tabela anterior para o intervalo 2001-2006 para o Município do Rio de Janeiro (Tabela 4.10), descobre-se que o principal responsável pela queda na proporção de contribuintes para a previdência é a categoria “Sem declaração”. Além desta, apenas os que percebiam entre 2 e 3 salários mínimos tiveram sua taxa de contribuição levemente reduzida. Todas as demais apresentaram variação positiva na taxa de formalidade, quase sempre superior a 5% no período. Logo, não se pode dizer que esteja ocorrendo uma precarização generalizada do mercado de trabalho municipal. A evidência sugere ser mais plausível a interpretação de que, nesse pormenor, o Rio manteve sua posição média relativamente estável em 6 anos, mas

com todas as categorias de renda melhorando sua cobertura previdenciária. Nesse sentido, o valor médio *esconde* a melhoria relativa das faixas mais detalhadas de renda. Note-se que o ganho mais expressivo em termos de contribuintes se deu nas faixas de renda de um a dois salários mínimos, revelando que os novos postos de trabalho criados – que tendem justamente a se concentrar nessa faixa de remuneração – podem ter sido notadamente formais.

Tabela 4.10
Proporção de contribuintes no total das pessoas maiores de 10 anos ocupadas na semana de referência, por classe de rendimento de todos os trabalhos
Município do Rio de Janeiro - 2001-2006

Faixas de Renda	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var (06-01)
Total	64,7%	64,3%	64,2%	64,3%	62,3%	63,9%	-0,9
Até 1/2 salário mínimo	3,0%	5,6%	6,3%	2,8%	2,2%	3,7%	0,7
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,0%	22,4%	31,2%	26,6%	28,6%	31,7%	3,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	58,5%	59,4%	60,7%	63,6%	65,0%	65,9%	7,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos	69,2%	67,7%	69,5%	76,8%	73,7%	68,5%	-0,6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	73,4%	74,0%	70,9%	73,0%	78,2%	80,2%	6,8
Mais de 5 a 10 salários mínimos	78,6%	80,5%	78,3%	76,3%	78,3%	80,1%	1,5
Mais de 10 a 20 salários mínimos	78,4%	82,8%	79,0%	81,8%	83,9%	84,7%	6,4
Mais de 20 salários mínimos	84,1%	88,1%	86,6%	86,1%	75,8%	89,4%	5,2
Sem rendimento	4,5%	3,0%	10,5%	5,0%	3,7%	10,9%	6,4
Sem declaração	72,0%	69,2%	78,4%	67,0%	65,5%	69,7%	-2,3

Outra maneira de investigar o que ocorreu no Município do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao emprego formal, com implicações, portanto, sobre o grau de contribuição dos ocupados, é observar a evolução do emprego assalariado com carteira assinada. Este exercício encontra-se na Tabela 4.11 e vem confirmar o que se disse antes, isto é, do ponto de vista relativo, o assalariamento formal não conheceu variação relevante no período 2001-2006 no Município do Rio: o percentual de assalariados com carteira varia muito pouco em torno da média de 44,5% no período. Contudo, se considerarmos a variação no interior das classes de rendimentos, as coisas apresentam outra configuração. Em primeiro lugar, o emprego com carteira está associado às faixas intermediárias de renda, sendo menor nas faixas extremas (até um salário mínimo, e 20 salários ou mais). A maior proporção de assalariamento com

carteira é encontrada na faixa de 2 a 3 salários mínimos, com média de 53,6% no período, a variação negativa em 2006 devendo ser creditada a simples erro amostral (coeficiente de variação acima de 10 pontos). Pode-se inferir que, embora a criação de novos postos de trabalho se faça em favor das classes de rendimento mais baixas, isso se dá em meio a um aumento da formalidade do emprego.

Tabela 4.11
Proporção dos empregados com carteira assinada no total da população ocupada e com rendimento positivo, por classe de rendimento - Rio de Janeiro, 2001-2006

Classe de Rendimento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	$\Delta(06-01)$
Total	44,8%	43,0%	44,7%	44,8%	45,1%	44,5%	-0,3
Até 1/2 salário mínimo	-	-	-	-	1,1%	0,6%	-
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19,8%	12,1%	20,1%	16,3%	18,8%	22,8%	3,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	47,1%	47,9%	47,6%	49,9%	52,3%	51,1%	4,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	53,1%	51,5%	51,3%	59,6%	57,6%	48,4%	-4,7
Mais de 3 a 5 salários mínimos	50,0%	43,1%	41,2%	44,1%	45,8%	48,0%	-2,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	37,2%	35,1%	37,9%	35,6%	43,1%	39,8%	2,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos	35,0%	37,7%	35,5%	35,8%	36,8%	43,7%	8,7
Mais de 20 salários mínimos	31,6%	32,8%	43,6%	34,9%	21,8%	34,1%	2,5

Em síntese, pode-se concluir que, na primeira metade da presente década, o Município do Rio de Janeiro registra dinâmica de mercado de trabalho que sinaliza uma recuperação da formalidade e da qualidade do emprego, embora em ritmo inferior àquele observado nos planos estadual e nacional.

Gênero e rendimentos no Município do Rio de Janeiro

Do total de indivíduos com mais de 10 anos, detentores de algum tipo de rendimento, que se declararam economicamente ativos no Município do Rio de Janeiro em 2006 (2,6 milhões), 47% são mulheres. Essa proporção é bem maior no caso dos inativos com rendimento (um total de 935 mil pessoas), onde o peso do sexo feminino chega a 66% em 2006. Uma análise do comportamento dos rendimentos por sexo dessas categorias está presente nas tabelas 4.12 e 4.13.

O rendimento médio real mensal de homens e mulheres maiores de 10 anos de idade variou na mesma direção entre 2001 e 2006 no Município do Rio de Janeiro, como indica a Tabela 4.12. Ambos os sexos viram seus rendimentos médios aumentarem em termos reais, sendo que as mulheres perderam renda até 2003, voltando a recuperá-la nos anos seguintes e chegando em 2006 com perto de 16% a mais; e os homens perdem renda real até 2004, a recuperação em 2005 e 2006 sendo menor do que a das mulheres, de tal modo que atingem, em 2006, 9,4% mais renda do que em 2001. Isso permitiu reduzir ligeiramente o hiato de rendimentos entre os sexos: a renda feminina passou a representar 58% da masculina em 2006, contra 55% em 2001.

Todavia, considerando a categoria dos economicamente ativos e dos ocupados, constata-se variação positiva bem menor nos rendimentos de ambos os sexos, com os homens economicamente ativos saindo-se melhor do que as mulheres (crescimento de 7,4% contra 4,6% respectivamente), o que fez aumentar o diferencial de renda em favor deles entre 2001 e 2006. No caso dos ocupados deu-se o mesmo, a renda do trabalho dos homens crescendo 5% e a das mulheres, 3%, com ligeiro aumento da disparidade na renda entre os sexos. Apesar disso, entre os economicamente ativos e os ocupados, a diferença de gênero é bem menor do que aquela verificada quando se considera a totalidade de rendimentos entre homens e mulheres, da ordem de 1/3 apenas, diferencial relativamente constante nos primeiros anos da presente década.

Tabela 4.12
Rendimento médio (R\$) total, dos economicamente ativos e de todos os trabalhos, por sexo, no Município do Rio de Janeiro - 2001-2006

Tipo de rendimento médio, por sexo, e razão do rendimento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var % 06/01
Rendimento médio							
Mulheres	711,48	682,64	672,01	712,40	728,50	824,15	15,8
Homens	1.302,60	1.330,53	1.215,05	1.220,46	1.258,13	1.425,22	9,4
<i>Razão Mulher/Homem</i>	<i>0,55</i>	<i>0,51</i>	<i>0,55</i>	<i>0,58</i>	<i>0,58</i>	<i>0,58</i>	
Rendimento médio dos economicamente ativos							
Mulheres	1.060,36	1.016,32	972,52	975,92	967,79	1.109,28	4,6
Homens	1.621,01	1.597,47	1.482,44	1.438,20	1.467,64	1.740,62	7,4
<i>Razão Mulher/Homem</i>	<i>0,65</i>	<i>0,64</i>	<i>0,66</i>	<i>0,68</i>	<i>0,66</i>	<i>0,64</i>	
Rendimento médio de todos os trabalhos, dos ocupados							
Mulheres	1.074,07	1.081,66	993,81	989,32	981,61	1.104,84	2,9

Homens	1.646,91	1.622,49	1.523,84	1.453,83	1.466,57	1.731,68	5,1
<i>Razão Mulher/Homem</i>	<i>0,65</i>	<i>0,67</i>	<i>0,65</i>	<i>0,68</i>	<i>0,67</i>	<i>0,64</i>	

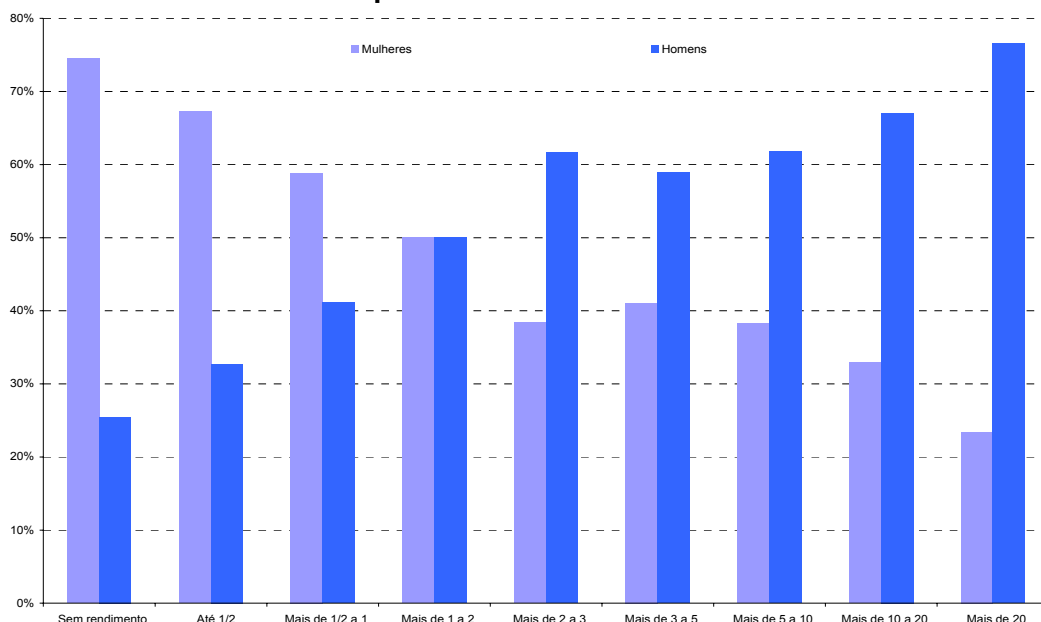
Essa proporcionalidade do rendimento das mulheres em relação ao dos homens verificada no Município do Rio é da mesma ordem de grandeza daquela encontrada para o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, tal como demonstrado pela Tabela 4.13. Isto é, entre os ocupados, o diferencial médio de remuneração das mulheres ocupadas vis-à-vis os homens ocupados não apresenta variação regional de monta. Vale ressaltar, no entanto, que, no Município do Rio de Janeiro, as mulheres percebem rendimentos superiores ao valor médio do Estado e do País (30% e 77% superiores, respectivamente). O mesmo ocorre no caso dos rendimentos do trabalho masculinos, confirmando que, no coração da área metropolitana do Estado, as oportunidades são melhores para homens e mulheres em termos de remuneração.

Tabela 4.13
Rendimento médio de todos os trabalhos (R\$) dos ocupados e razão Município/Estado e Município/Brasil, por sexo, no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006

Sexo	Município RJ	Estado RJ	Brasil	Município RJ / Estado RJ	Município RJ / Brasil
Mulheres	1104,84	852,96	624,47	1,30	1,77
Homens	1731,68	1272,72	952,21	1,36	1,82
<i>Razão Mulher/Homem</i>	<i>0,64</i>	<i>0,67</i>	<i>0,66</i>		

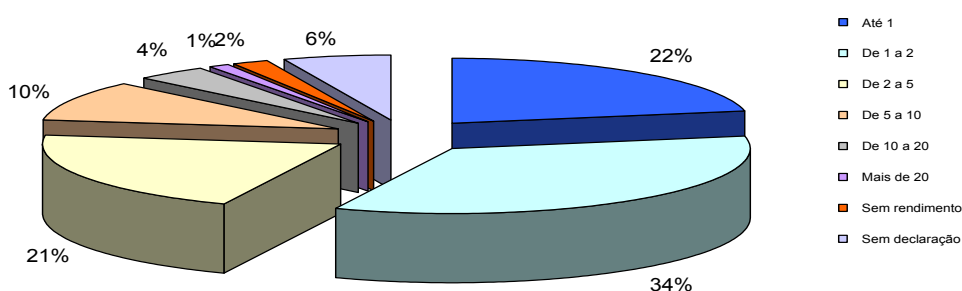
Já em relação à distribuição por classes de rendimento, observa-se um padrão de gênero no Município do Rio de Janeiro. Segundo os dados da PNAD relativos a 2006, ilustrados no Gráfico 4.2, à medida que crescem as faixas de renda, diminui monotonicamente a participação das mulheres. Elas representavam 75% dos ocupados sem rendimento, 67% daqueles com até $\frac{1}{2}$ salários mínimos de renda, 59% dos que ganhavam entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário, 50% daqueles na faixa de 1 a 2 salários e assim por diante, até chegar a 23% na faixa de mais de 20 salários mínimos.

Gráfico 4.2
Rendimento de homens e mulheres ocupados, segundo faixa de salários mínimos no Município do Rio de Janeiro - 2006



Para que não restem dúvidas acerca do grau de concentração das mulheres ao longo da curva de rendimentos, construiu-se o Gráfico 4.3, com base em dados de 2006. Ele dá um quadro inequívoco do perfil do emprego feminino no Município do Rio de Janeiro: 56% das ocupações estão concentradas na classe de rendimentos de até dois salários mínimos. Mais de $\frac{3}{4}$ não ultrapassam a linha divisória de cinco salários mínimos mensais. O percentual de mulheres ocupadas com remuneração mensal superior a 20 salários mínimos é da ordem de 1%. Ao que tudo indica, as mulheres ocupadas não apenas ganham menos do que os homens, em termos médios, como ainda se concentram em ocupações pior remuneradas.

Gráfico 4.3
Distribuição da renda das mulheres ocupadas na semana de referência no Município do Rio de Janeiro, segundo faixas de salário mínimo - 2006



Conclusão

Os dados sobre renda no Município do Rio de Janeiro revelam aspectos de interesse para a compreensão da dinâmica econômica local. Primeiramente, observou-se que, embora o rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade seja maior que o rendimento médio estadual e nacional, a evolução desse rendimento entre 2001 e 2005 ficou aquém da registrada para o País. Porém, essa tendência foi revertida em 2006, quando o mercado de trabalho do Município mostrou mais dinamismo do que o observado nacionalmente. Importante salientar que, ao considerar somente os rendimentos do trabalho, a evolução 2001-2006 foi da ordem de 3,5%, bem menor do que a evolução de todas as rendas tomadas em conjunto, mas ainda assim maior do que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Por outro lado, considerando que um dos pilares de um sistema de seguridade social é manter algo em torno de 75% do padrão de consumo das pessoas quando estas entram na inatividade, no Município do Rio de Janeiro o rendimento dos inativos vem se recuperando aceleradamente, fato que não ocorre no Estado do Rio de Janeiro nem no País na mesma proporção. Essa excepcionalidade pode ser justificada por uma

série de fatores, tais como o peso da cobertura previdenciária no Município (resultado da herança de um grande contingente de ex-funcionários públicos da antiga capital federal), os aumentos do salário mínimo nos últimos anos (que regula o piso previdenciário) e a elevada proporção de idosos residentes no Município, dentre outros fatores.

Especificamente em relação ao funcionamento do mercado de trabalho no Município, analisado sob a ótica dos rendimentos, nota-se, em 2006, a interrupção de um movimento em direção a maior precarização das ocupações, que resultara no achatamento das remunerações médias reais dos trabalhadores até 2005. Além disso, o Município apresentou uma queda na taxa de contribuição previdenciária entre 2001 e 2005, quadro também revertido em 2006. Do mesmo modo, aumentou a proporção de empregados com carteira assinada nas classes intermediárias de renda do trabalho, o que sugere maior formalização dos postos de trabalho que estão sendo criados. Nesse pormenor, o Rio de Janeiro demorou, mas finalmente (2006) parece ter encontrado o caminho da melhoria de seu mercado de trabalho, o que ocorre com alguma defasagem em relação ao Estado e ao País.

Capítulo V: Mercado de trabalho

Introdução

Tal como nos capítulos anteriores, a análise da inserção ocupacional da população carioca comporta três eixos simultâneos: i) o estudo dos indicadores do perfil do acesso ao mercado de trabalho por parte da população residente no Município do Rio de Janeiro; ii) a análise da evolução de alguns desses indicadores durante o período 2001 a 2006; iii) a comparação desses resultados com os indicadores para a população residente no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. Mas antes de iniciar a investigação, cabe uma nota de esclarecimento, importante para a correta compreensão da análise do mercado de trabalho, sobretudo de seus alcances e limites. Os dados acerca da população *carioca* e *fluminense* referem-se ao local de residência, e não necessariamente ao local onde são exercidas as atividades profissionais dos moradores. É muito comum que uma pessoa residente no Município do Rio de Janeiro exerça sua ocupação em outros municípios fluminenses (por exemplo, na Região Metropolitana) ou mesmo em outros estados, e vice-versa. Ou seja, o objeto da análise não é o mercado de trabalho carioca, mas a *força de trabalho* residente no Município

do Rio de Janeiro. Essa ressalva se aplica, igualmente, para a dinâmica da renda do trabalho analisada no capítulo anterior e aqui rapidamente retomada.

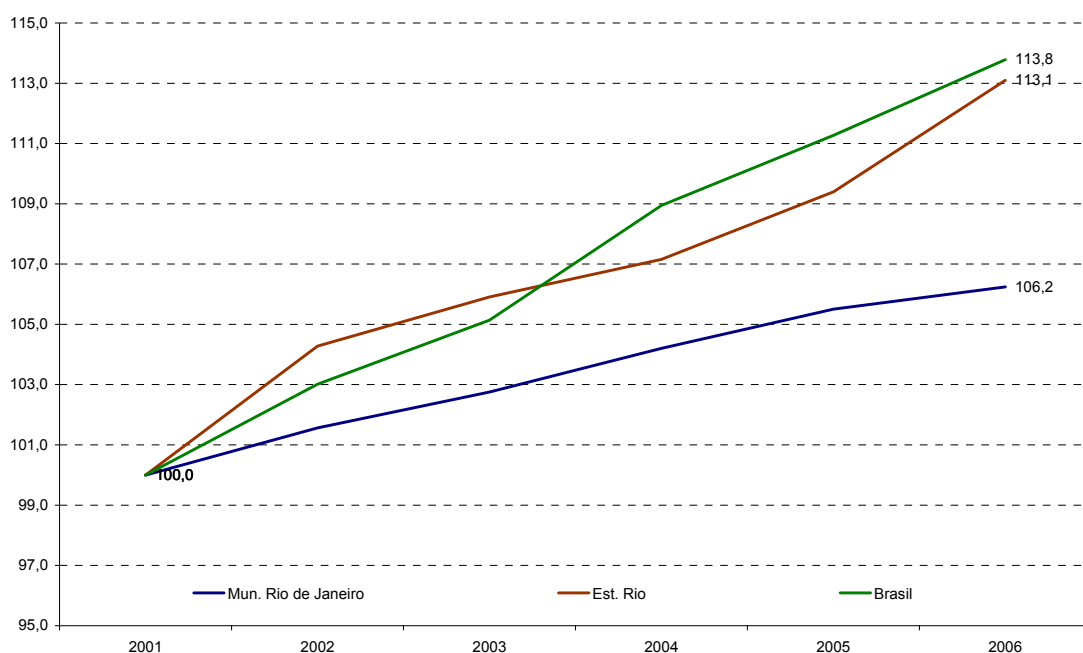
O capítulo descreve o perfil da População em Idade Ativa (PIA); a taxa de atividade da população residente no Município do Rio de Janeiro; caracteriza a população ocupada e a taxa de desocupação segundo vários indicadores de relevo, como sua escolaridade, sua ocupação, seu ramo de atividade, sua jornada de trabalho e outros; e analisa em maior profundidade os vínculos da população trabalhadora residente no Rio com a Previdência Social, na qualidade de contribuintes e de beneficiários. Na conclusão os resultados são sumariados.

Perfil da População em Idade Ativa (PIA) no Município do Rio de Janeiro

O conceito de População em Idade Ativa (PIA) corresponde ao contingente de pessoas com 10 anos ou mais de idade. A PIA residente no Município do Rio de Janeiro, no ano de 2006 totalizava 5.4 milhões de pessoas. Essa população correspondia no mesmo ano a 40% da PIA residente no Estado do Rio de Janeiro (cerca de 13,6 milhões de pessoas, incluindo-se a capital), refletindo a forte concentração demográfica que caracteriza esta Unidade da Federação. Comparativamente ao País no seu conjunto, a PIA residente no Município do Rio de Janeiro correspondia por 3,5% do contingente total.

A PIA carioca evoluiu, ao longo do período 2001-2006, a um ritmo nitidamente inferior ao encontrado no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. Enquanto o número de pessoas em idade ativa cresceu 6,2% no Município, no Estado do Rio de Janeiro essa evolução foi de 13,1% e, no Brasil, de 13,8%. Essa discrepância sugere que a população residente no Rio de Janeiro vem apresentando, muito provavelmente, taxas de fecundidade e saldo migratório inferiores às outras duas áreas de comparação (Gráfico 5.1). O fato de a população carioca ser mais velha do que a das outras duas áreas de comparação também deve estar influenciando este resultado.

Gráfico 5.1
Evolução da PIA do Rio de Janeiro (Município e Estado) e do Brasil – 2001-2006
(2001=100)



De fato, pela Tabela 5.1, vemos que as faixas etárias de 10 a 19 anos correspondiam, em 2006, a 15,5% da PIA carioca. Já no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os montantes eram, respectivamente, 19,6% e 22,7%. No extremo oposto, 18,7% da PIA carioca tinham 60 anos ou mais de idade, contra 14,5% no Estado e 12% no País. Ou seja, corroborando os achados dos capítulos anteriores, a PIA carioca é bem mais velha do que a estadual e a brasileira, 50% dela tendo 40 anos ou mais (contra 45% no Estado e 38% no País). Os dados não mostram, mas a maior velhice relativa da PIA do Município decorre, principalmente, do fato de que 53,1% das mulheres tinham 40 anos ou mais, contra 46,6% dos homens da PIA na mesma faixa etária.

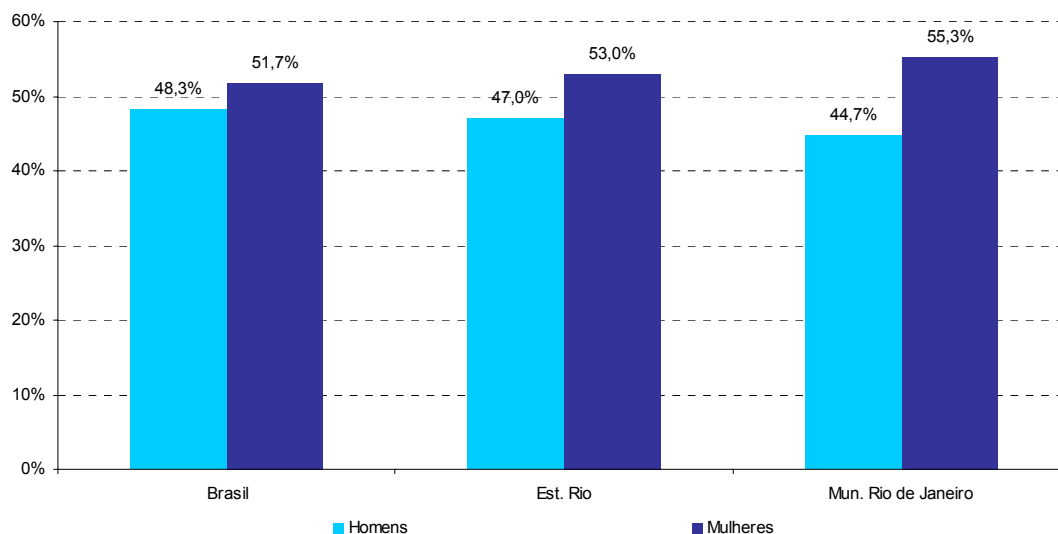
Tabela 5.1
Composição da PIA segundo faixas de idade, no Rio de Janeiro
(Município e Estado) e no Brasil - 2006

Faixas de idade	Município do Rio	Estado do Rio	Brasil

10 a 14 anos	7,3%	9,9%	11,5%
15 a 19 anos	8,2%	9,6%	11,3%
20 a 24 anos	9,4%	9,9%	11,1%
25 a 29 anos	8,8%	9,0%	10,2%
30 a 39 anos	16,1%	16,5%	17,7%
40 a 49 anos	17,1%	17,5%	15,3%
50 a 59 anos	14,4%	13,1%	11,0%
60 anos ou mais	18,7%	14,5%	12,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Adicionando a essa informação os indicadores do Gráfico 5.2, que ilustra a distribuição da PIA segundo os grupos de sexo, vê-se que no Município do Rio de Janeiro o peso da população feminina, 55,3% da PIA total, era superior ao que ocorria no Estado (53%) e no Brasil (51,7% da PIA total). Ou seja, em comparação com o restante do País, a PIA carioca é ao mesmo tempo mais velha e mais feminina.

Gráfico 5.2
Distribuição da PIA segundo o sexo no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



Taxa de atividade da população residente no Município do Rio de Janeiro.

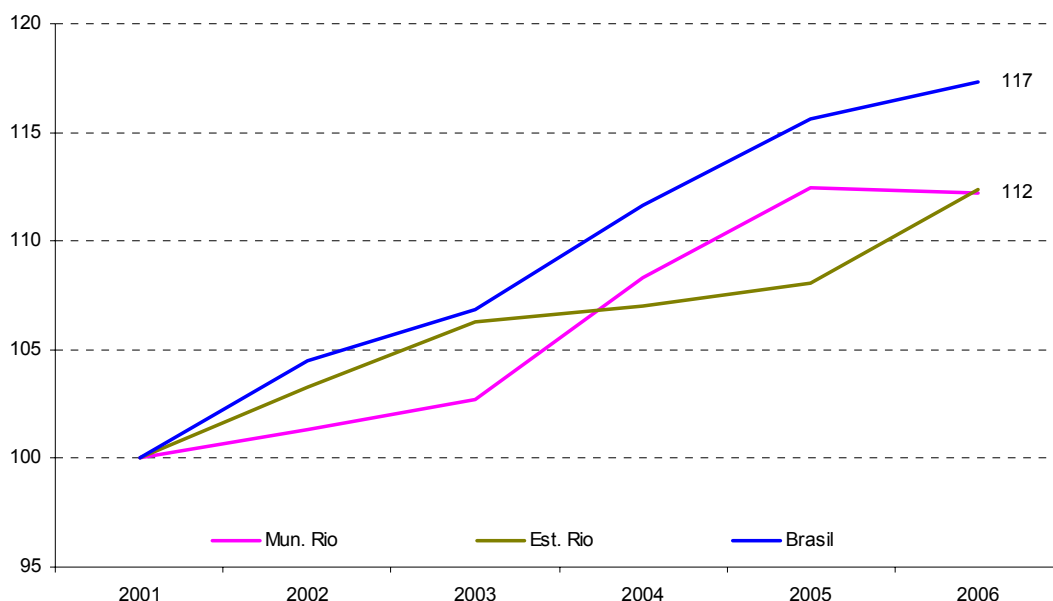
A População Economicamente Ativa (PEA) compreende o contingente da PIA que exerceu alguma ocupação por pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa, bem como o contingente que, estando desocupado, tomou providências para procurar emprego no mês de referência. Por taxa de participação no mercado de trabalho, então, entende-se a proporção da PIA que estava ocupada ou procurando emprego.

No ano de 2006, a PEA residente no Município do Rio de Janeiro totalizava 3,14 milhões de pessoas. Este número correspondia a 40,3% da PEA do Estado do Rio de

Janeiro e a 3,2% da PEA residente no País no seu conjunto. Esses números foram atingidos, no Município, depois de uma evolução de 12% em seis anos, como mostra o Gráfico 5.3, a mesma do Estado do Rio de Janeiro, ambas bem inferiores ao crescimento da PEA no Brasil¹¹.

¹¹ Cumpre marcar que os dados para o Estado foram calculados subtraindo-se o Município do Rio.

Gráfico 5.3
Evolução da PEA no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil, 2001-2006
(2001=100)



De acordo com a Tabela 5.2, no período compreendido entre 2001 e 2006, a taxa de participação (PEA/PIA), no mercado de trabalho, da população residente no Município do Rio de Janeiro passou de 55,1% para 58,2%. Comparando-se com uma realidade mais próxima, aquela da Região Metropolitana (exclusive a capital), as taxas de participação dos cariocas permaneceram inferiores até o ano de 2004, mas superaram as dos outros municípios da RMRJ nos anos seguintes. Tal fenômeno, dentre outros motivos, ocorreu em razão do aumento da taxa de participação da população residente no Município do Rio (3,1 pontos percentuais no período) ter se dado no mesmo compasso em que a taxa de participação da população residente na RMRJ ter perdido 1,6 pontos percentuais em 6 anos. Já em comparação com seis regiões metropolitanas selecionadas¹², as taxas de participação, no mercado de trabalho, da população residente no Município do Rio de Janeiro permaneceram fundamentalmente inferiores, apesar de uma ligeira redução naquele hiato entre 2001 e 2006.

¹² Embora extraídos da PNAD, o que permitiria, em princípio, ampliar o número de regiões metropolitanas comparadas, preferiu-se utilizar o critério do IBGE para a PME, que estuda, tradicionalmente, essas 6 regiões, além do Distrito Federal, incluído recentemente.

Tabela 5.2

Taxa de participação total e de ambos os sexos da população acima de 10 anos de idade no mercado de trabalho, no Município do Rio de Janeiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e em seis Regiões Metropolitanas selecionadas - 2001-2006

Ano	Município do Rio de Janeiro			Região Metropolitana do RJ			Total das seis RM (*)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2001	55,1%	67,2%	45,2%	57,5%	70,1%	46,2%	60,7%	73,1%	49,1%
2002	54,9%	67,1%	45,1%	56,9%	68,8%	46,2%	61,6%	73,4%	50,5%
2003	55,0%	66,5%	45,6%	57,6%	70,0%	46,5%	61,6%	73,1%	50,9%
2004	57,2%	67,2%	48,9%	57,4%	68,6%	47,4%	62,2%	73,4%	51,7%
2005	58,7%	68,9%	50,0%	55,5%	68,1%	44,4%	63,0%	73,7%	53,0%
2006	58,2%	68,4%	49,8%	55,9%	67,8%	45,5%	62,6%	73,0%	52,8%

(*) São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro (exclusive a capital)

A menor taxa de participação dos cariocas decorre, em primeiro lugar, do fato de que os jovens estão fora do mercado de trabalho em maior proporção no Rio do que no Estado e no País, e já vimos que isso decorre de estarem na escola em maior proporção. Em segundo lugar, como a PIA é mais velha no Município, em comparação com as outras duas áreas, era de se esperar que a taxa de participação fosse menor também no extremo final da distribuição etária (dados encontráveis na Tabela 5.3). Por fim, a PIA do Rio tem participação mais pronunciada de mulheres, e podemos perceber, pela Tabela 5.2 (acima), que elas tendem a apresentar taxas de participação muito mais baixas do que os homens, o que também contribui para reduzir a taxa de participação global.

Tabela 5.3

Taxas de participação no mercado de trabalho segundo faixas selecionadas de idade, no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2001-2006

Ano	Até 19 anos de idade			Mais de 60 anos de idade		
	MRJ	ERJ	BR	MRJ	ERJ	BR
2001	17,7%	24,4%	32,1%	18,8%	20,9%	31,7%
2002	17,4%	22,4%	32,3%	18,1%	20,4%	32,0%
2003	15,9%	21,3%	31,3%	18,7%	20,8%	32,0%
2004	17,9%	21,9%	31,6%	18,4%	20,8%	31,2%
2005	20,1%	22,3%	32,6%	21,3%	18,3%	31,5%
2006	18,2%	19,7%	30,8%	21,3%	20,3%	32,2%

Caracterização da população ocupada

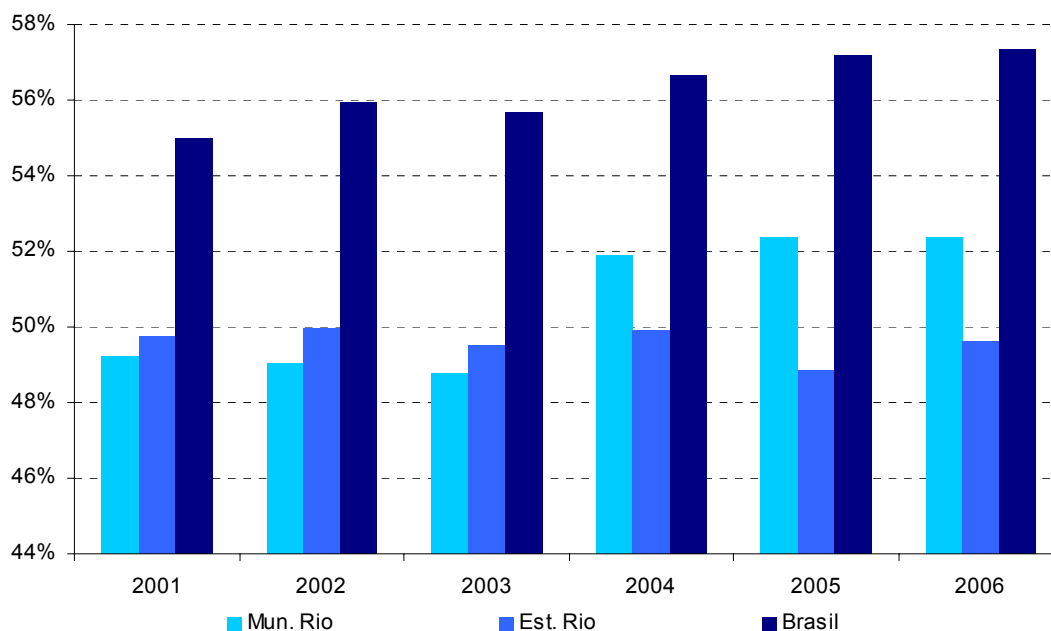
Avaliemos, agora, as principais características da população residente no Município do Rio de Janeiro, que estava ocupada em alguma atividade definida como econômica, comparando-as com os indicadores das populações fluminense e

brasileira. Como são muitos os indicadores estudados, a seção será subdividida, no intuito de tornar mais amigável a apresentação da análise.

a. Nível de Ocupação

Por nível de ocupação entende-se a proporção da PIA (população com 10 anos de idade ou mais) ocupada na semana de referência da pesquisa. Através do Gráfico 5.4 vemos que, ao longo do período 2001-2006, os níveis de ocupação da PIA residente no Município do Rio declinaram ligeiramente em 2002 e 2003, voltando a apresentar novo crescimento entre 2004 e 2006. Ademais, e tal como ocorreu com a taxa de atividade analisada na seção anterior, o nível de ocupação da população residente na capital foi menor do que a do Estado do Rio de Janeiro até 2003. Porém, a partir de 2004 esta situação se inverteu, sendo que no último ano da série, em 2006, aquele nível apresentava-se quase 2,8 pontos percentuais superior à dos residentes no Estado do Rio de Janeiro como um todo. Em relação ao Brasil, o mesmo gráfico informa que o Município tinha níveis de ocupação consistentemente inferiores, apesar do crescimento recente observado no Município.

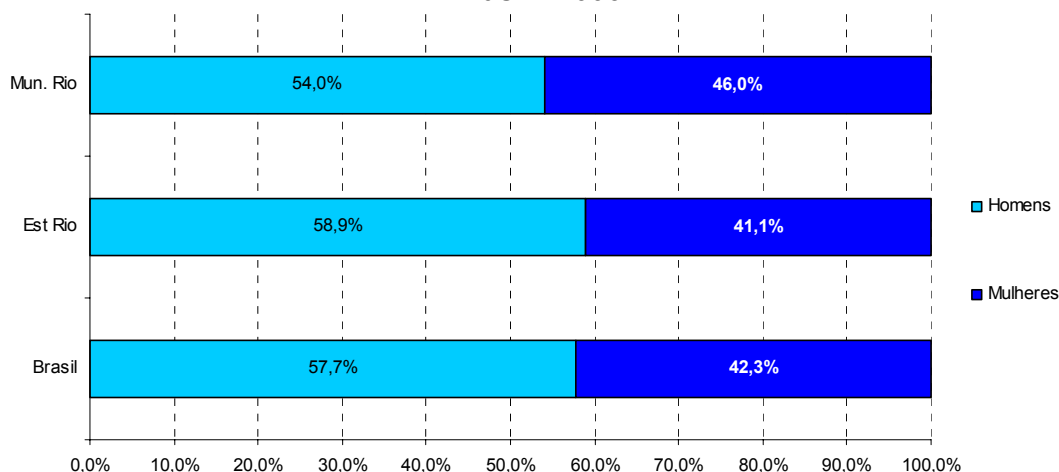
Gráfico 5.4
Nível de ocupação da PIA no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006



Já o Gráfico 5.5 permite notar que, tal como ocorrera no caso do perfil da PIA, no Rio a população ocupada apresenta participação feminina bem mais pronunciada do que no Estado e no País. Assim, enquanto no Estado elas eram 41,1% e, no País,

42,3%, na capital fluminense as mulheres compunham 46% das pessoas ocupadas em 2006.

Gráfico 5.5
Distribuição da população ocupada por sexo no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



b. Níveis de Escolaridade da População Ocupada

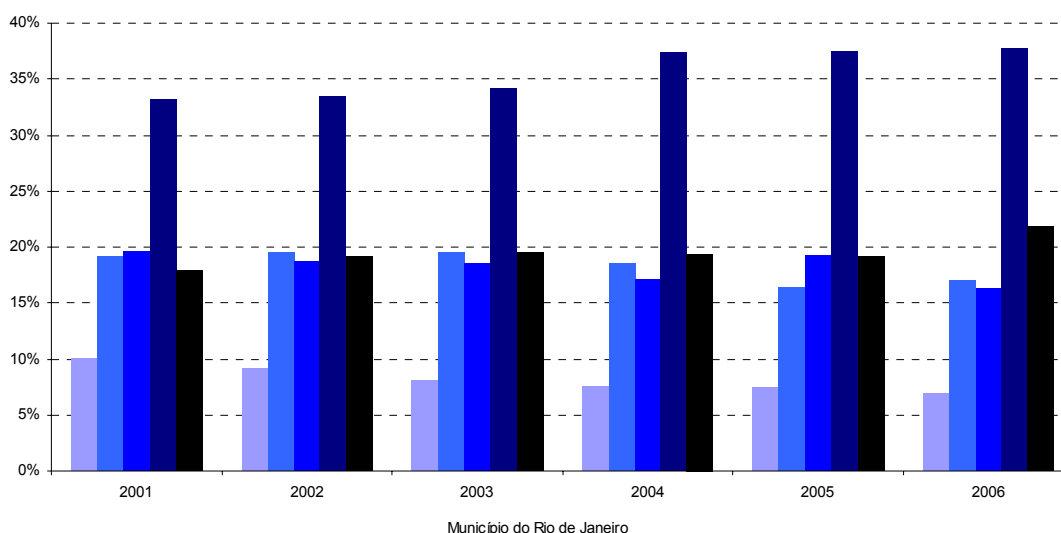
O Gráfico 5.6 ilustra a distribuição da população ocupada, residente no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, segundo faixas selecionadas de anos de estudo, no intervalo 2001-2006. Em todos os casos, é evidente o aumento da escolaridade dos ocupados, com destaque para aqueles com 11 a 14 anos de estudo. Esta se tornou, em 2006, a categoria modal nas três regiões de comparação, ainda que diferenças importantes mereçam ser apontadas. No Município do Rio essa categoria congregava 38% dos ocupados em 2006, num crescimento de quase 5 pontos percentuais em relação a 2001. No Estado o crescimento foi mais vertiginoso, quase 10 pontos percentuais, chegando-se em 2006 com 32,5% da população ocupada apresentando 11 a 14 anos de estudo. No Brasil o crescimento também foi alto (7 pontos percentuais), atingindo-se 28,5% da população nesta faixa de escolaridade. Ou seja, ainda que o crescimento no Rio tenha sido menor em termos percentuais, o fato de a população ocupada do Município já apresentar níveis de escolaridade altos em 2001, fez com que mantivesse a dianteira em relação ao Estado e ao País.

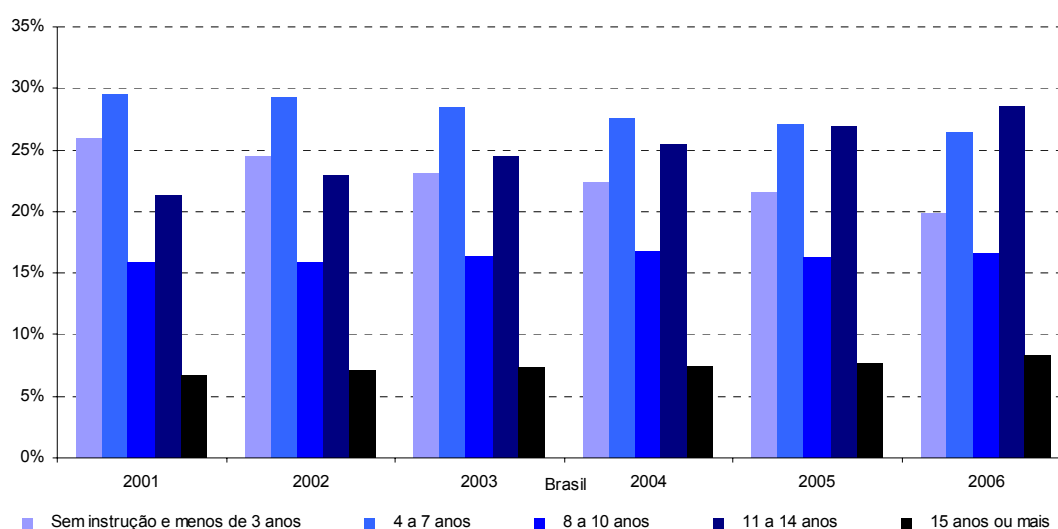
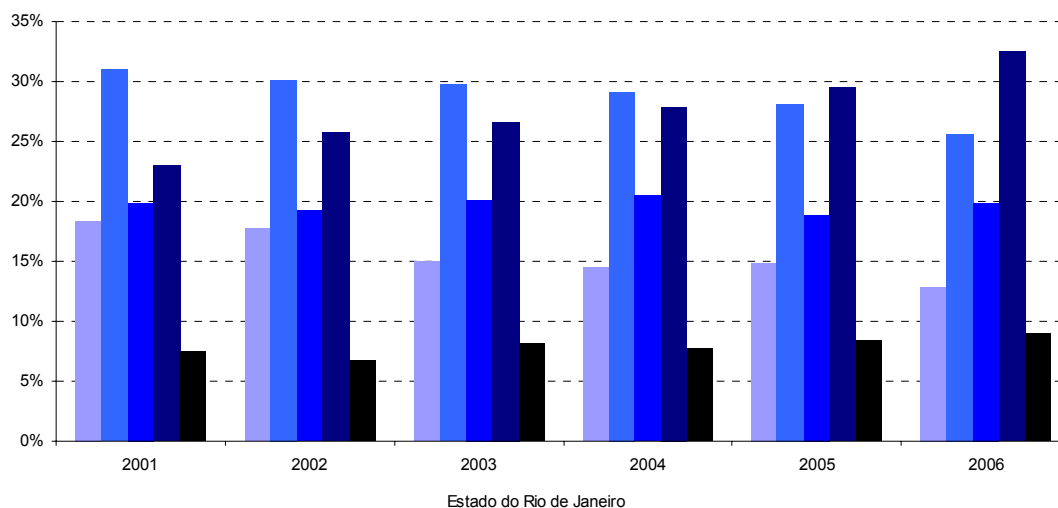
Deu-se algo semelhante com respeito à população com nível superior. No Rio ela compunha 18% dos ocupados em 2001, saltando para 22% em 2006, ou 4 pontos

percentuais a mais. No Estado o crescimento foi bem menor, de apenas 1,6 pontos, atingindo 9% dos ocupados em 2006; e no Brasil o crescimento foi igualmente de 1,6 pontos, para atingir 8,3% da população ocupada no final do período. Aqui como antes, pois, o Rio se destaca pela presença de mão de obra mais escolarizada, em acordo com a análise sobre o acesso à educação apresentada no capítulo 3.

A contraface desse movimento foi a queda constante na participação de pessoas menos escolarizadas entre os ocupados. Aqueles sem instrução ou com até 3 anos de estudo eram 26% dos ocupados no Brasil em 2001, e 20% em 2006. No Estado eles não chegavam a 13% (partindo de 18,4% em 2001), e no Município, meros 7% dos ocupados (10% em 2001). A queda, portanto, foi generalizada, e ocorreu também na faixa seguinte (4 a 7 anos) nas três regiões. A participação de ocupados com 8 a 10 anos de estudo, por seu lado, permaneceu praticamente constante no Município, no Estado e no País, em torno de 20% nos dois primeiros e de 16% no último caso. Logo, houve um deslocamento das menores faixas de anos de estudo para as duas faixas mais elevadas, o que sugere que o mercado de trabalho do País está incorporando os resultados da melhoria generalizada da escolaridade da população (ver cap. 3).

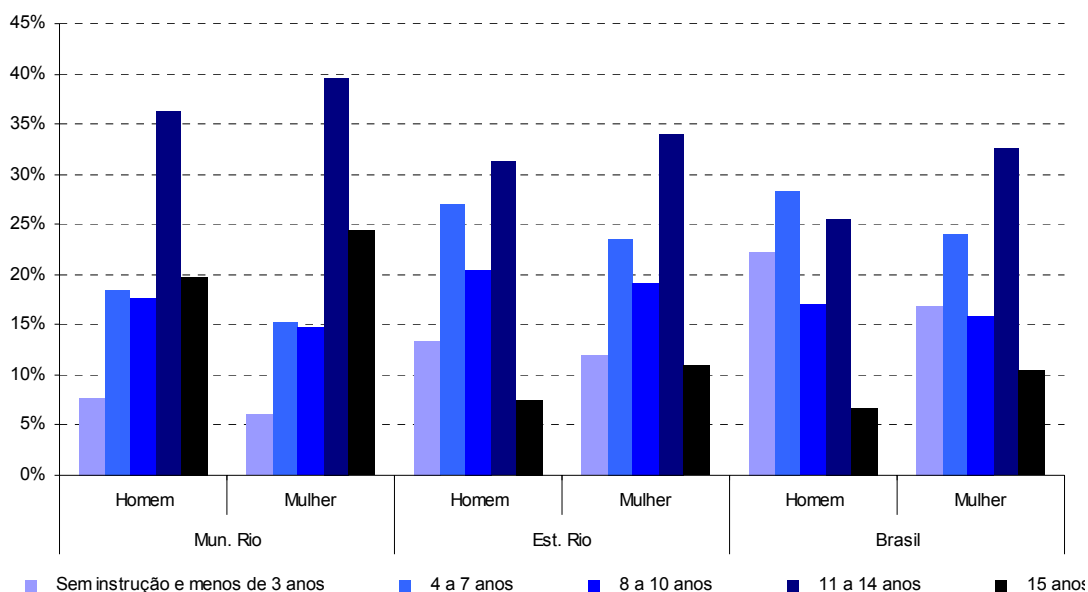
Gráfico 5.6
Ocupados segundo faixas de anos de estudo no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006





A leitura comparativa dos indicadores de instrução da população ocupada fica mais interessante quando desagregamos por sexo. O Gráfico 5.7 permite perceber que as mulheres tinham níveis de escolaridade bem mais elevados que os homens em 2006, e isso nas três áreas estudadas, estando menos presente nos níveis de escolaridade mais baixos. No Município do Rio, por exemplo, somando-se as que tinham de 11 a 14 anos de estudo, e 15 anos de estudo ou mais, chegava-se a quase 65% do total de ocupadas, enquanto a proporção de homens nesta situação era de 56%. Já no Estado do Rio de Janeiro, as mulheres na mesma situação respondiam por 45,1%, contra 39% dos homens ocupados. No Brasil os valores eram 43,1% e 32,3% respectivamente.

Gráfico 5.7
População de 10 anos ou mais ocupada, segundo faixas de anos de estudo e sexo, no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



Ou seja, por trás das maiores médias de escolaridade da população carioca, vis-à-vis o Estado e o País como um todo, encontra-se expressiva contribuição do contingente feminino.

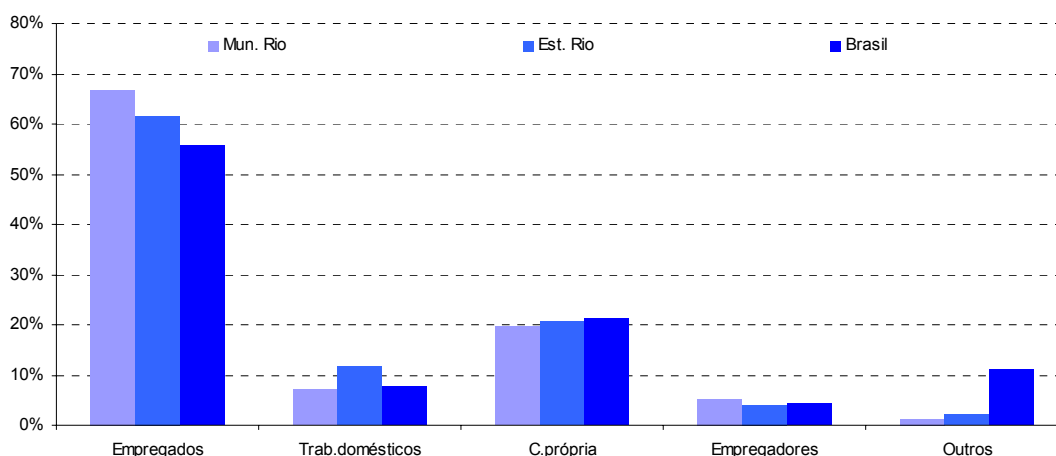
c. Perfil da posição na ocupação

Um importante indicador da qualidade do emprego da população ocupada é sua distribuição pelas diversas modalidades de posição na ocupação. As principais modalidades são: empregados, empregados domésticos, trabalhadores autônomos e empregadores. Todavia, além destas existem outros modos de ocupação menos típicos, que congregam menor quantidade relativa de pessoas, tais como trabalhadores sem remuneração, ocupados em atividades de auto-construção e em atividades de auto-consumo (categorias agrupadas, no Gráfico 5.8, na rubrica de *outros*).

Observando o Gráfico 5.8, constata-se que a maioria da população ocupada era composta de trabalhadores assalariados, tanto no Município do Rio de Janeiro quanto no Estado e no País. Contudo, o assalariamento era mais generalizado no Município, caracterizando quase 67% das ocupações, contra menos de 62% no Estado e 56% no Brasil como um todo. Já a participação do emprego por conta própria era muito semelhante nas três áreas, girando em torno de 20% dos ocupados. Por seu lado, o emprego doméstico também tinha importância relativa, com perto de 7% dos ocupados no Município e no País, e nada menos que 12% no Estado. É bom insistir que estamos tratando da população ocupada *residente*. Pode ser o caso de que parte dos trabalhadores domésticos do Município do Rio esteja habitando os municípios em seu

entorno, com isso inflando as taxas estaduais. Por fim, os empregadores eram 5,3% do total no Município do Rio, contra 4% no Estado e 4,4% no País. O Município, portanto, destacava-se, em 2006, por apresentar altas taxas relativas de assalariamento e, ao mesmo tempo, de empreendedorismo, tanto por conta própria quanto empregador.

Gráfico 5.8
Posição na ocupação dos ocupados no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



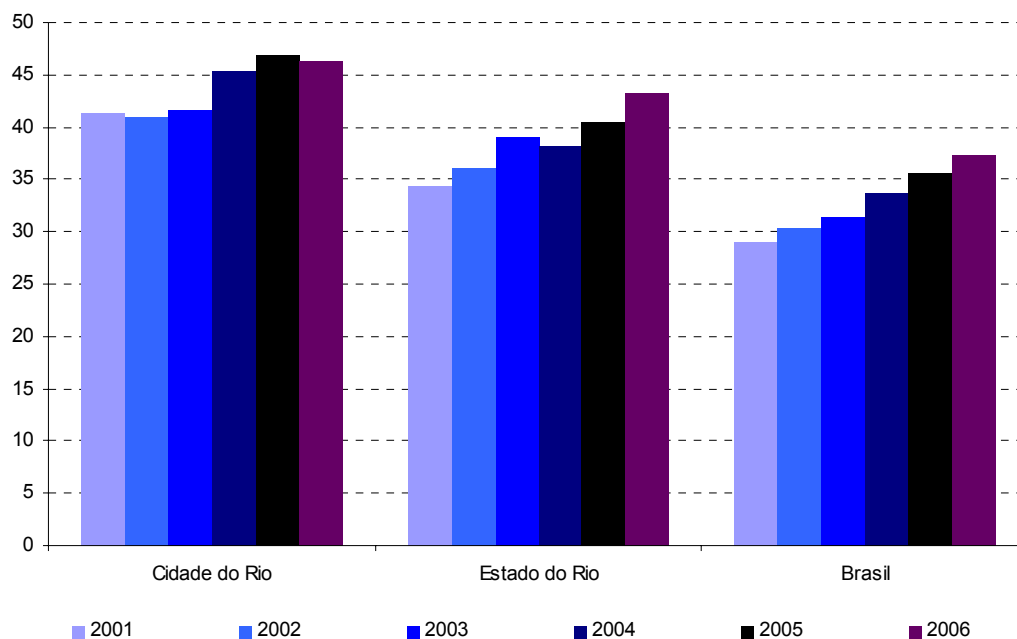
Na rubrica “outros”, no mesmo gráfico, as diferenças entre o Rio de Janeiro (Município e Estado) e o Brasil eram mais pronunciadas, tendo em vista que essa modalidade correspondia a 11% dos ocupados da nação. Isso se deverá, com certeza, ao peso do setor agrícola, no qual a presença de trabalhadores sem remuneração e que produzem para auto-consumo é razoavelmente alta.

Já vimos no capítulo 4 que a taxa de formalização da economia carioca, quando medida pela proporção de contribuintes para a previdência social, vem aumentando nos últimos anos, com salto significativo de 2005 para 2006. O mesmo pode ser dito no que tange à incidência de carteira assinada. Como podemos perceber pelo Gráfico 5.9, a partir de 2004 a taxa de formalização do Município saltou do patamar de 40% para o

de 45%, mantendo-se aí até 2006. Esse crescimento, contudo, ficou aquém do observado no Estado e no País como um todo. Nessas duas áreas a participação dos assalariados com carteira no total de ocupados cresce continuamente desde 2001, e a taxas bastante mais altas. No Estado, por exemplo, o crescimento foi de 10 pontos percentuais em 6 anos, e no País, de 8 pontos percentuais.

De fato, o desenvolvimento econômico recente do Estado do Rio de Janeiro, em especial nas regiões Serrana (muito por conta do setor têxtil, do comércio e do turismo), Sul Fluminense (em especial os setores siderúrgicos, metal-mecânico e químico) e Litoral Norte Fluminense (economia da extração do petróleo), vem produzindo dinamismos específicos que devem estar contribuindo para a criação mais intensiva de empregos com carteira assinada justamente no interior, vis-à-vis à capital do Rio. Mantido o ritmo de crescimento do Estado, em mais dois anos o interior terá superado a capital em termos de proporção de assalariados com carteira entre os ocupados.

Gráfico 5.9
Evolução da proporção de assalariados com carteira assinada entre os ocupados residentes no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006



d. Distribuição dos ocupados segundo ramo de atividade

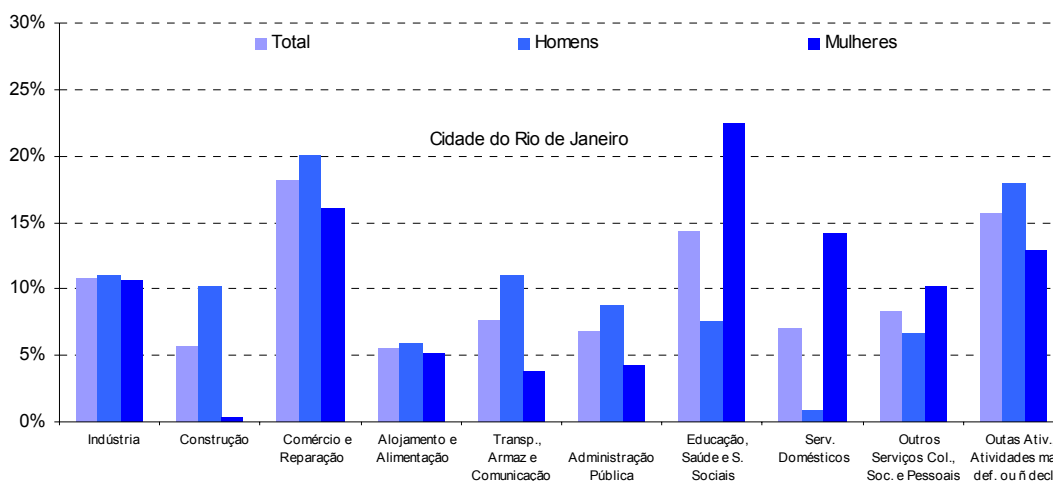
Nesta subseção analisamos a distribuição dos ocupados pelos ramos de atividade econômica. Vale salientar que esse foi o único momento no qual foi possível subtrair dos indicadores do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil os trabalhadores vinculados ao setor agrícola. Com isso, as comparações tornam-se mais consistentes

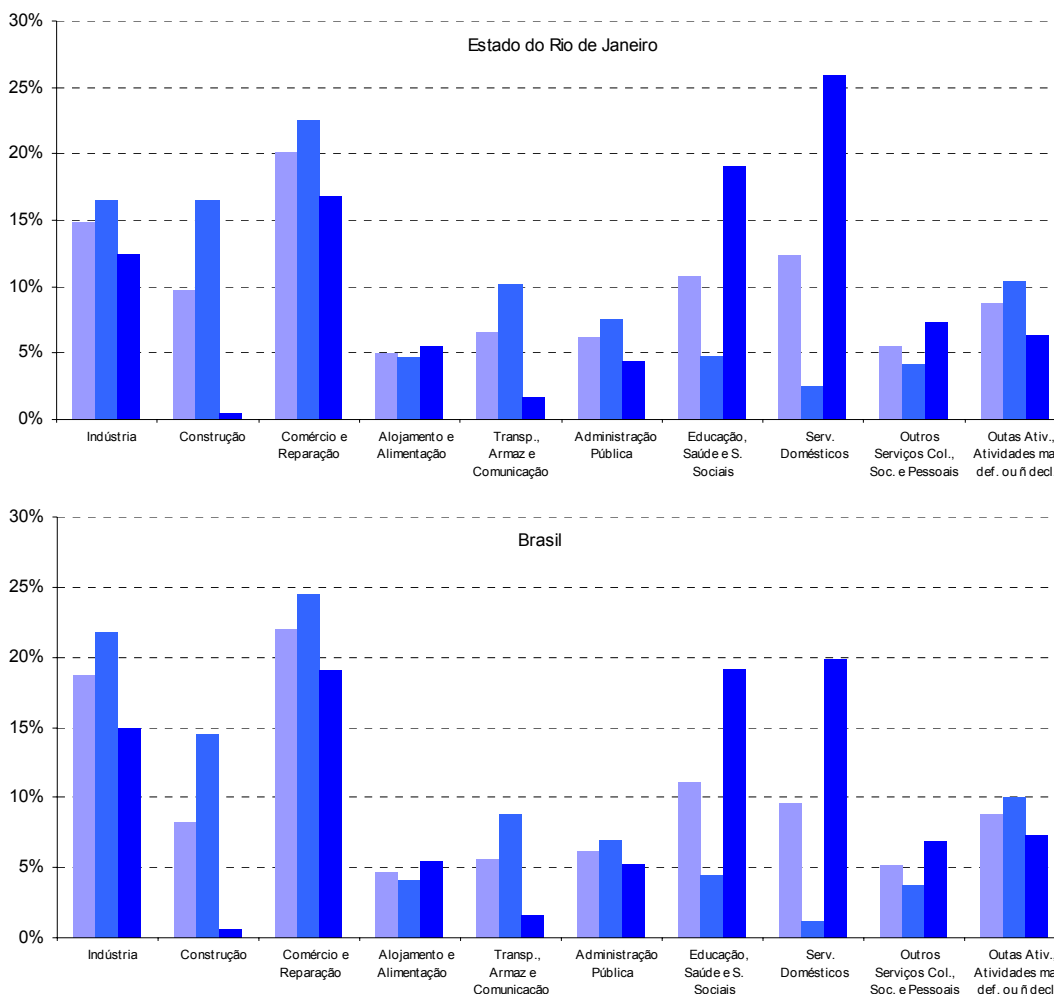
do ponto de vista socioeconômico, já que a presença de trabalhadores rurais no Município do Rio é desprezível. Assim, dos dados do Estado e do País foram extraídos não apenas os dados do Município do Rio, como também os trabalhadores rurais.

Pelo Gráfico 5.10 percebe-se que, em 2006, dentre os ramos de atividades selecionados, o maior contingente de cariocas ocupados era encontrado no de “comércio e reparação”, com quase um em cada cinco residentes no Município empregados ali. O segundo e o terceiro ramos de atividade, em termos de importância relativa enquanto campos de ocupação para os moradores do Município do Rio de Janeiro foram: a miscelânea de “outras atividades e atividades mal definidas” (aproximadamente 16% do total de ocupados); e o segmento de “educação, saúde e serviços sociais” (14,4% do total de cariocas ocupados). O setor industrial também respondia com certo peso relativo: 11% do total.

O mesmo gráfico mostra a decomposição do emprego por ramo segundo o sexo, o que revela novas facetas interessantes da ocupação no Município do Rio. Os homens, por exemplo, ocupam-se majoritariamente em “comércio e reparação” e nas “outras atividades”, as duas perfazendo quase 40% do total. Já as mulheres estavam majoritariamente empregadas nos serviços de saúde, educação e sociais (22,4%), em comércio e reparação (16%) e no serviço doméstico (14%). O primeiro e o último ramos eram os mais comuns também no Estado do Rio de Janeiro, e, juntos, ocupavam 45% das fluminenses. O serviço doméstico, sozinho, respondia por 26% da ocupação feminina no Estado, tendo grande importância também no Brasil (20% das mulheres empregadas nessa atividade).

Gráfico 5.10
População de 10 anos ou mais ocupada, segundo o sexo e os ramos de atividade no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006





A indústria ocupava apenas 11% dos cariocas, como indicado, cifra bastante inferior às encontradas nas outras duas áreas de comparação: 15% no Estado e 19% no Brasil. E é interessante notar que as mulheres, no Município do Rio, participavam tanto quanto os homens na atividade industrial, ao passo que elas apareciam em proporção bem menor do que eles no Estado (16,6% contra 12,9%) e no Brasil (22% contra 15%). Isso decorre da natureza do trabalho industrial no Município, com grande concentração nos segmentos têxtil, de vestuário e de alimentos (em torno de 30% do emprego industrial total em 2006), setores tradicionalmente intensivos em trabalho feminino.

Interessante notar, também, que, mesmo sendo o Rio de Janeiro uma capital de Unidade da Federação, e ainda mantendo de algum modo a herança do período em que foi capital federal, ainda assim abrigava população relativa de funcionários da Administração Pública não muito superior ao que ocorria no Brasil no seu conjunto e no interior do Estado do Rio de Janeiro. Pode ser o caso de que parte da população de

funcionários públicos (celetistas ou estatutários) esteja oculta no segmento “educação, saúde e serviço social”, ramo que apresentava peso relativo maior no Município do Rio do que no Estado e no Brasil. De qualquer maneira, mesmo levando-se em consideração esse último ramo, ainda assim, os dados contidos no Gráfico 5.10 não revelam especial relevância relativa do setor público na população moradora do Município do Rio, vis-à-vis os residentes nos demais pontos do território brasileiro em seu conjunto, o que não deixa de ser surpreendente.

e. Tempo de permanência na ocupação

O Gráfico 5.11 ilustra a distribuição dos ocupados segundo tempo de permanência no emprego no Município do Rio de Janeiro, no Estado e no Brasil em 2006. Esse indicador denota parcialmente a maior ou menor estabilidade de vínculos ocupacionais (não necessariamente empregatícios) obtidos nas distintas ocupações, sendo, portanto, indicador parcial de qualidade de emprego. Contudo, não se deve tomar essa medida como indicador de *boa* qualidade da ocupação. Primeiro, porque é possível argumentar que, no mundo contemporâneo, a permanência no mesmo emprego já não é um valor, pois típico da relação salarial fordista. No pós-fordismo, ou no mundo da acumulação flexível, onde impera a ideologia do trabalhador como “empresário de si mesmo”, a idéia do emprego para a vida toda, ou como um bem, cativo do trabalhador, já não faria sentido. Em segundo lugar, em mercados de trabalho estruturalmente precários como o brasileiro, a permanência no emprego, para a maioria das pessoas, pode significar a manutenção de condições precárias de trabalho e de vida. Longas permanências significariam, portanto, fechamento do mercado à possibilidade de mobilidade social.

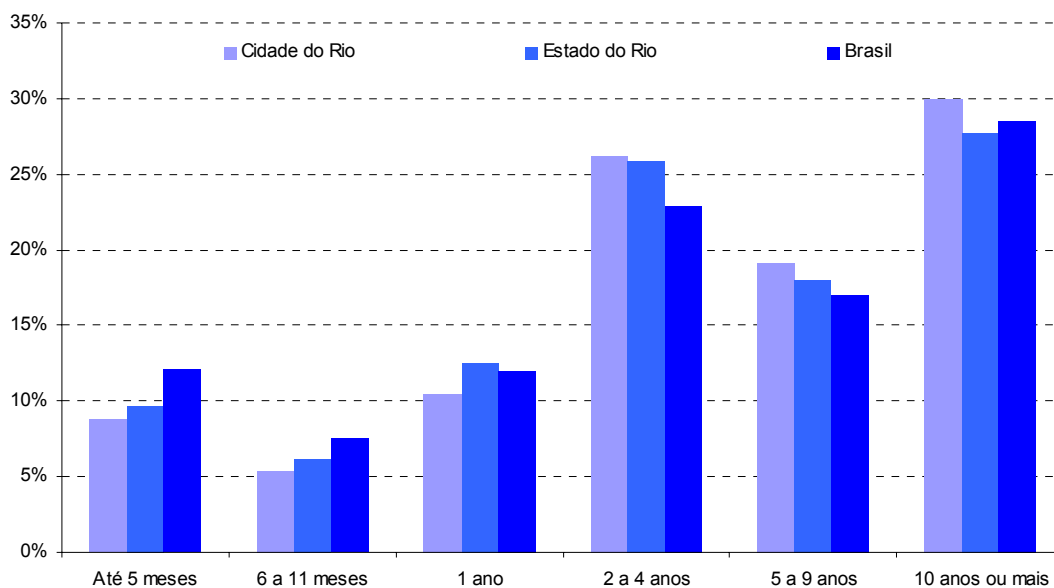
Por outro lado, supondo-se, de forma bastante realista, que os trabalhadores preferem estar ocupados do que desempregados, num ambiente em que o seguro desemprego exclui quem não tem emprego formal e, além disso, tem duração menor do que o tempo de desemprego de boa parte das pessoas¹³; e supondo-se que a probabilidade de permanecer ocupado é maior do que a probabilidade de conseguir uma ocupação, situação que é diretamente proporcional à taxa de desemprego global;

então (isto é, se o desemprego é alto o bastante para colocar em risco as chances de uma recolocação), os ocupados preferirão permanecer na ocupação em que estão. Dá-se o mesmo no caso de o mercado de trabalho oferecer poucas oportunidades de melhoria de posição para uma proporção muito grande de trabalhadores com a mesma qualificação. Por outras palavras, em mercados de trabalho muito competitivos, seja por causa do desemprego, seja em razão de excedentes de população com qualificação semelhante, os trabalhadores tenderão a valorizar a permanência no emprego atual. Logo, dependendo de onde se observe o mundo do trabalho, o tempo de emprego pode indicar tanto boa quanto má qualidade das ocupações. É por isso que ele deve ser considerado um aspecto da estrutura mesma do mercado de trabalho, que oferece tais ou quais perspectivas de carreira às pessoas.

Isto posto, o Gráfico 5.11 permite perceber que, em 2006, perto de metade da população carioca estava na mesma ocupação há 5 anos ou mais. Essa proporção era um pouco superior à encontrada no Estado e no Brasil como um todo, onde os vínculos mais longevos de trabalho correspondiam a perto de 46% do total. No outro extremo, $\frac{1}{4}$ dos ocupados do Município estavam na mesma ocupação há 1 ano ou menos, contra 28% dos fluminenses e 32% dos brasileiros. A ocupação era, sem sombra de dúvida, mais estável na capital do que nas outras duas áreas de comparação. Seria importante cruzar essa informação com a posição na ocupação, para aquilatar se a maior duração dos vínculos está associada ou não com sua maior ou menor formalidade, o que permitiria qualificar melhor a tão propalada precariedade dos vínculos empregatícios do Município. Os dados disponíveis, porém, não permitem tal detalhamento.

Gráfico 5.11
Ocupados de 10 anos ou mais segundo faixas de tempo de emprego, no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2006

¹³ No Brasil o seguro desemprego pode durar de 3 a 6 meses, dependendo do tempo em que o demandante tenha estado empregado nos últimos 36 meses. Mas o tempo médio de procura de trabalho em 2002, segundo a PME, era de 23 semanas, ou quase seis meses. Dados gerados em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.

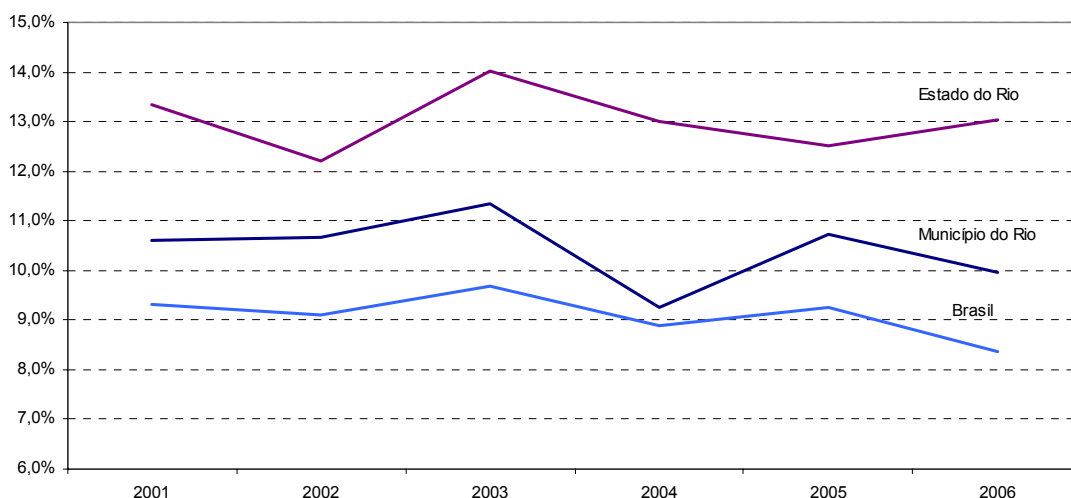


g. Taxa de desocupação

Por desocupada entende-se a pessoa que, não tendo nenhuma ocupação na semana de referência da pesquisa, tomou alguma providência para obter emprego no mês de referência. Por taxa de desocupação compreende-se, então, a proporção de desocupados na PEA. É importante não confundir esse indicador com o conceito de inatividade, que corresponde aos não ocupados que estão fora do mercado de trabalho (ou seja, que não procuraram ocupação).

O Gráfico 5.12 ilustra as taxas de desocupação no Município do Rio de Janeiro, no Estado e no Brasil ao longo do período 2001-2006. Pela figura observa-se que a taxa de desocupação na capital fluminense variou ao redor da média de 10,4%, sem grandes oscilações no período. Esse movimento mostrou-se invariavelmente inferior ao observado no Estado do Rio de Janeiro como um todo (média de 13% de desocupados na PEA), quase sempre na proporção de três pontos percentuais. Já em relação ao País, a desocupação dos residentes no Município do Rio era apenas levemente superior (1 ponto percentual, em média no período). Aqui como antes, a maior velhice relativa, a presença de mulheres em maior proporção, e a maior frequência à escola por parte dos mais jovens, explicam a menor desocupação relativa dos cariocas, vis-à-vis os moradores do interior do Estado.

Gráfico 5.12
Taxa de desocupação da PEA de 10 anos ou mais no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006



A Tabela 5.4 apresenta a evolução na proporção da população de 10 anos ou mais, residente nas três áreas de comparação, que estava procurando ocupação mesmo estando ocupada. Ao longo do período 2001-2006 podemos constatar que, nos quatro primeiros anos, era no Estado do Rio de Janeiro onde se encontrava o maior percentual de pessoas, tanto homens como mulheres, naquela situação, em geral as médias da população *carioca* ocupada e procurando ocupação se aproximando da população *brasileira* na mesma situação. Já a partir do ano de 2005 o cenário muda um pouco, em razão do aumento no percentual de residentes no Município do Rio que, estando ocupados, passaram a procurar outra ocupação, se aproximando, assim, da média dos moradores ocupados do Estado do Rio de Janeiro e ficando cerca de três pontos percentuais acima da média verificada para a população residente no Brasil em seu conjunto.

Na verdade, 2005 parece ter configurado um pico de tentativa de mudança de ocupação, as taxas para as três áreas retornando a patamares próximos aos anos anteriores em 2006 no Brasil e no Estado, embora em menor intensidade na capital fluminense. Esse movimento pode ser compreendido de múltiplos modos, mas indica, em geral, a percepção de que o mercado de trabalho passou a oferecer melhores posições, o que estimula os ocupados a procurar oportunidades mais vantajosas, estando ou não descontentes com a ocupação atual. Indica, portanto, melhoria das condições de barganha do trabalhador no mercado de trabalho, outro reflexo importante do aquecimento da economia no período.

Tabela 5.4
População de 10 anos de idade ou mais, segundo o sexo, ocupada, e que procurou
ocupação na semana de referência no Rio de Janeiro (Município e Estado)
e no Brasil - 2001-2006

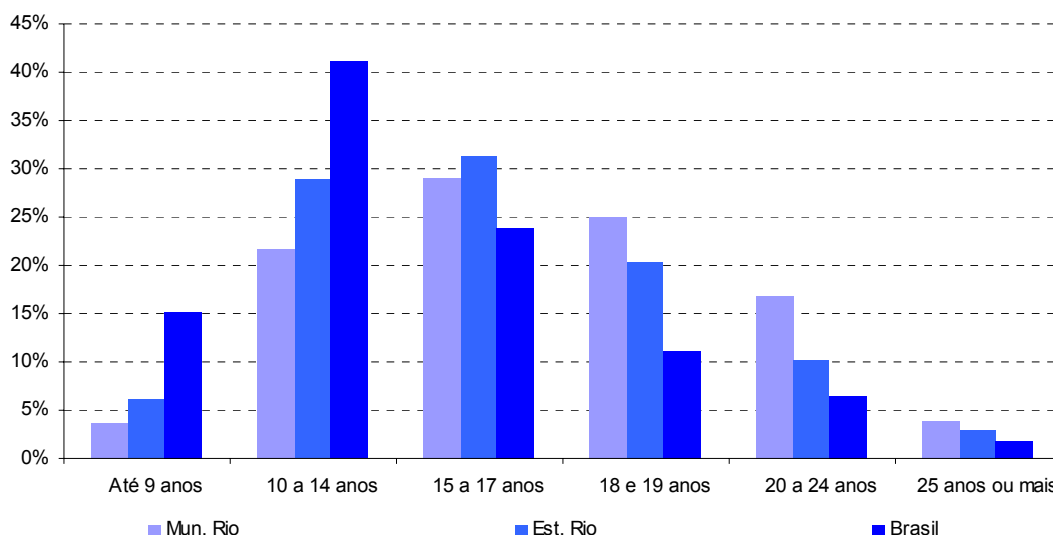
Ano	Município do Rio de Janeiro			Estado do Rio de Janeiro			Brasil		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2001	8,3%	8,1%	8,4%	13,1%	13,2%	12,9%	8,2%	8,7%	7,4%
2002	8,6%	8,9%	8,3%	9,3%	9,4%	9,2%	8,3%	8,8%	7,6%
2003	8,7%	9,3%	7,9%	11,4%	11,6%	10,9%	8,7%	9,2%	8,1%
2004	8,4%	8,3%	8,6%	12,0%	11,9%	12,2%	9,2%	9,5%	8,8%
2005	13,6%	13,4%	13,9%	14,5%	14,9%	14,1%	10,0%	10,3%	9,5%
2006	10,3%	9,4%	11,3%	12,4%	12,8%	11,8%	8,7%	8,9%	8,5%

h. Idade de ingresso no mercado de trabalho

O Gráfico 5.13 ilustra a distribuição da população ocupada do Município do Rio, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, segundo a idade de ingresso no mercado de trabalho. De acordo com a imagem vemos que, entre os residentes no Município do Rio de Janeiro que estavam ocupados na semana de referência (no ano de 2006), proporção não tão desprezível havia ingressado no mercado de trabalho antes dos 9 anos de idade: 3,7%. É provável que esta taxa seja reflexo do que vimos chamando aqui de “peso do passado” nos indicadores sociais cariocas. Pode ser que os que começaram a trabalhar tão cedo sejam pessoas mais velhas, que migraram do interior do País ou mesmo do campo, onde as crianças começam a trabalhar muito jovens. Essa hipótese, porém, não pode ser investigada com os dados disponíveis, ficando a sugestão de novas inquirições futuras.

Se a taxa no Município do Rio é alta, no Estado a proporção de pessoas entrando no mercado de trabalho antes dos 10 anos era ainda maior, de 6%, e de 15,3% no País como um todo. O “peso do passado” deve estar operando também nestas duas áreas, já que, como vimos no capítulo 3, a educação se universalizou nessa faixa etária nos últimos anos no Município, no Estado e no País. Ainda assim, a cifra brasileira ainda reflete o maior peso do trabalho agrícola, que emprega mais amiúde a mão de obra infantil.

Gráfico 5.13
População ocupada com 10 anos ou mais de idade, segundo faixas etárias de entrada no
mercado de trabalho, Rio de Janeiro (Município e Estado) e Brasil - 2006



A faixa modal de idade de ingresso no mercado de trabalho no Município e no Estado do Rio de Janeiro era entre os 15 e 17 anos (29% e 31,3% do total de ocupados, respectivamente). No Brasil, ao contrário, a maioria dos ocupados tinha entrado no mercado com entre 10 e 14 anos de idade (41%). Finalmente destaca-se que, no Município do Rio, não era desprezível o percentual de residentes que estavam ocupados na semana de referência que haviam ingressado no mercado de trabalho entre os 18 e 19 anos de idade (25%) e entre 20 e 24 anos de idade (16,8%). Somando-se os que começaram a trabalhar aos 19 anos ou mais, chega-se a quase 46% dos cariocas. No outro extremo, somando-se os ingressantes com até 14 anos de idade, temos 56,5% dos brasileiros e 35% dos moradores do interior do Estado do Rio de Janeiro. Esta informação está em acordo com os achados do capítulo 3, onde foi demonstrado que os cariocas permanecem na escola por mais tempo do que os fluminenses e os brasileiros.

i. Jornada de trabalho

Vimos no capítulo 4, e em parte deste capítulo, que a economia brasileira vem gerando novas e melhores ocupações, porque mais formais, mais qualificadas, melhor remuneradas e mais estáveis. Esses indicadores de persistente (embora ainda modesta) melhoria das condições do mercado de trabalho vêm se refletindo, também, na jornada de trabalho. O emprego regulado pela CLT tem na constituição um guardião importante da jornada, delimitado-a em 44 horas, no máximo. E se aumenta o emprego com carteira assinada, é de se esperar um crescimento na proporção de pessoas trabalhando até 44 horas por semana. É o que revela o Gráfico 5.14. Tanto no

Município do Rio quanto no Estado e no País, é nítido o movimento de redução das jornadas mais longas (45 horas ou mais) e aumento das jornadas iguais ou inferiores ao teto constitucional. Na capital fluminense, por exemplo, em 2001, 42,5% dos ocupados trabalhavam 45 horas ou mais por semana, cifra que caiu a 37% em 2006, ou uma redução de 5,2 pontos percentuais. No Estado os números foram de 47% e 38% respectivamente, com redução de 9 pontos percentuais, bem mais acentuada do que a da capital. Isso era de se esperar, já que, no Estado, o crescimento do emprego com carteira também foi mais consistente do que no Município do Rio. Deu-se o mesmo no caso do Brasil como um todo, as jornadas mais extensas caindo de 41% para 34% dos ocupados em seis anos, ou sete pontos percentuais.

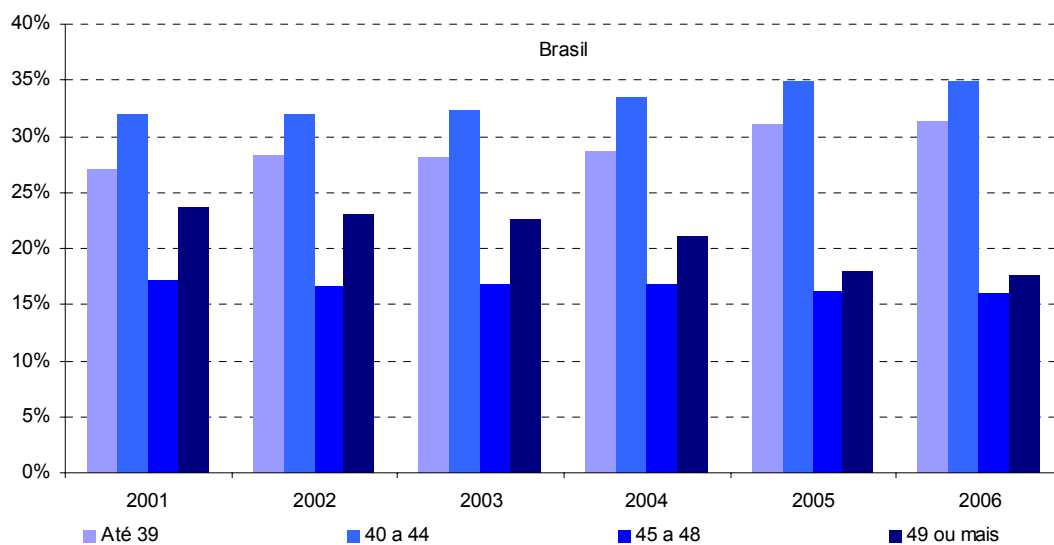
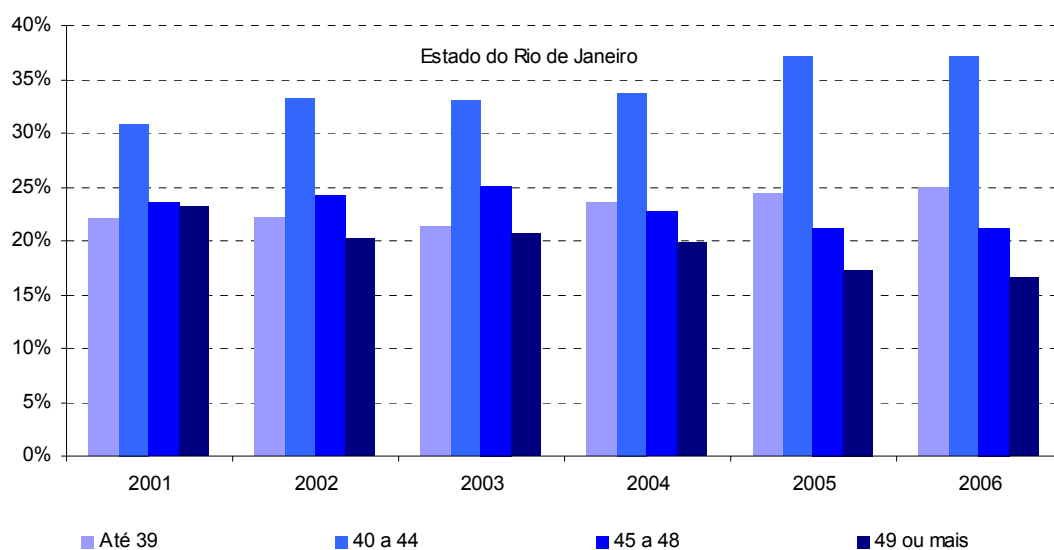
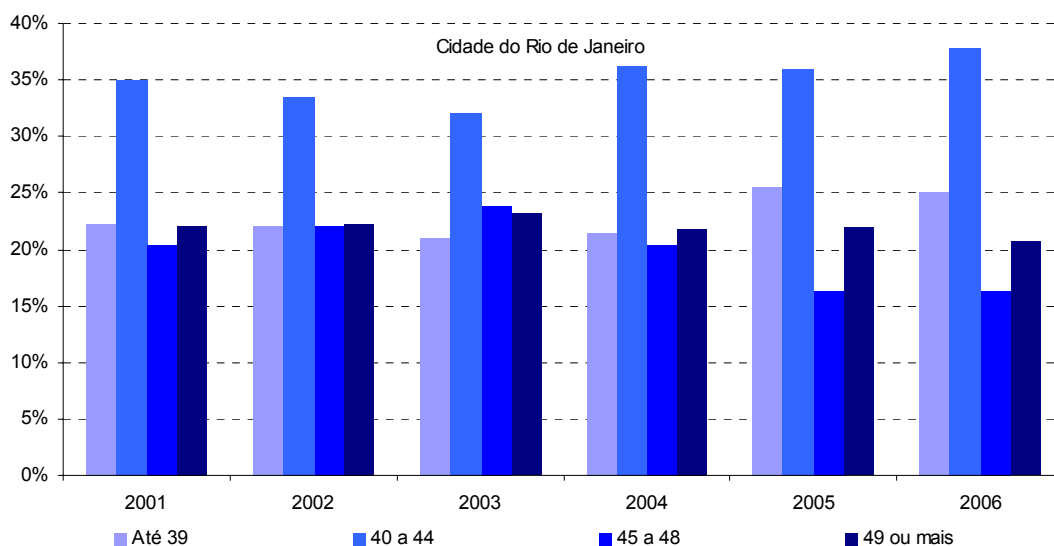
A contrapartida dessa dinâmica foi o crescimento da participação das jornadas menos extensas. Entre 25% e 30% dos ocupados passaram a trabalhar 39 horas ou menos por semana em 2006, sendo que, no caso do País como um todo, chegou-se a 31,3% dos ocupados nessa situação, depois de um crescimento contínuo desde 2001. No Município do Rio o crescimento não foi contínuo, sendo decrescente até 2003, para só então inverter a tendência e atingir 25,6% em 2005 e 25% em 2006. O mesmo ocorreu no Estado do Rio de Janeiro.

Jornadas inferiores ao máximo constitucional costumam ser associadas ao subemprego. Contudo, segundo dados da mesma PNAD para o Estado do Rio de Janeiro (incluindo a capital), apenas 36% dos ocupados que estavam procurando outra ocupação trabalhavam 39 horas ou menos em 2006¹⁴. No Brasil a cifra era de 35%. Os demais trabalhavam 40 horas ou mais. Ou seja, se a procura por nova ocupação indica, provavelmente, descontentamento com o emprego atual, o desejo de mudar é maior entre os que trabalham mais horas por semana do que entre os pretensamente subempregados. Logo, trabalhar menos horas não é necessariamente sinônimo de sentir-se mal empregado. Mulheres com filhos pequenos e estudantes, por exemplo, costumam preferir jornadas menores, compatíveis com sua situação transitória.

Gráfico 5.14

População ocupada de 10 de idade ou mais, segundo faixas de horas trabalhadas no trabalho principal no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2001-2006

¹⁴ Esses dados podem ser encontrados na tabela 4.8 da PNAD-2006 para o Estado do Rio de Janeiro, disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2006/Volume_B_brasil/Unidades_da_Federacao/Rio_de_Janeiro/Trabalho.zip

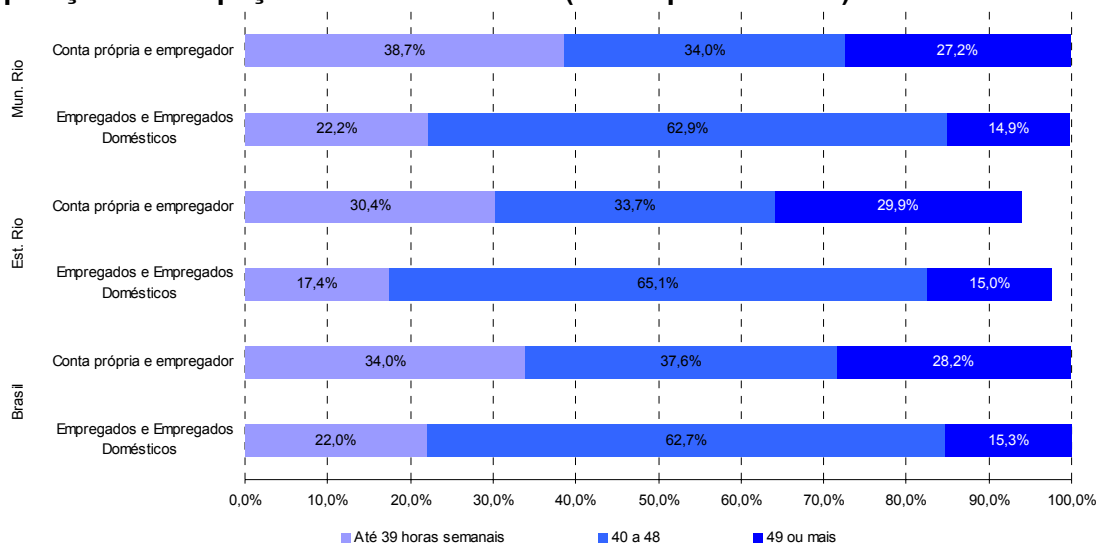


O crescimento desse segmento (jornadas de 39 horas ou menos), pois, pode estar indicando aumento da participação desses dois contingentes no mercado de

trabalho (mulheres e jovens), fato, aliás, comprovado nas seções anteriores e também no capítulo 4 deste estudo.

O Gráfico 5.15 ilustra a distribuição da população ocupada segundo horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, com o recorte da posição na ocupação. Esta última variável foi agregada em duas categorias apenas, para melhor apresentação dos dados, que revelam que, nos três pontos do território estudados, os assalariados concentravam-se em jornadas de trabalho próximas do determinado constitucionalmente (44 horas). Cariocas, fluminenses e brasileiros assalariados ocupavam-se, em mais de 60% dos casos, no intervalo de 40 e 48 horas por semana. Por outro lado, entre os empregadores e trabalhadores autônomos, a distribuição no interior das três faixas de jornada semanal era mais equilibrada, próxima a 1/3 em cada uma. Isso reflete o caráter mais heterogêneo desse tipo de posição na ocupação e, certamente, de condições econômicas de desenvolvimento do próprio negócio.

Gráfico 5.15
População ocupada de 10 anos ou mais, segundo horas habitualmente trabalhadas e posição na ocupação no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



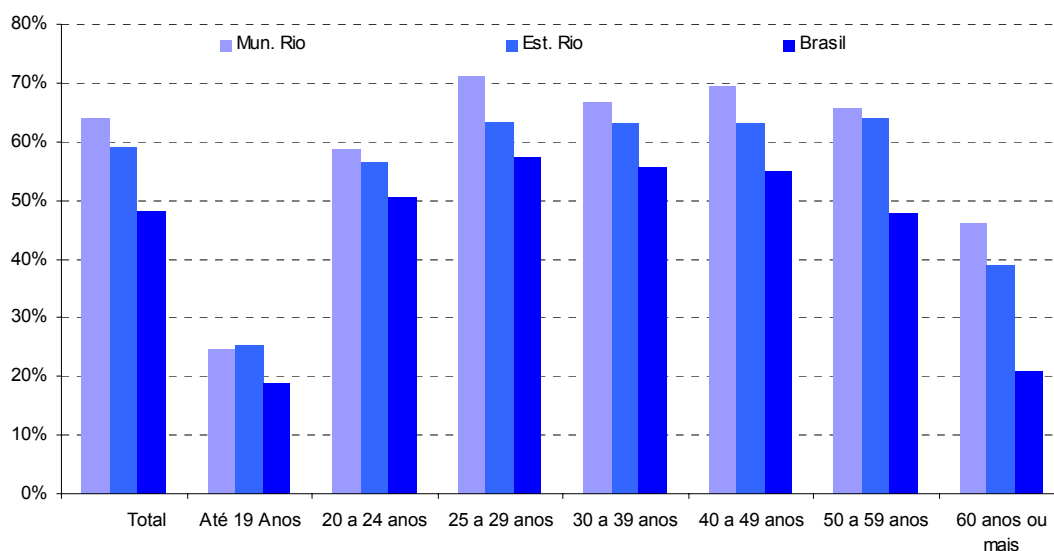
Contribuintes e beneficiários da Previdência Social

Esta última seção trata da contribuição à Previdência Social por parte da população ocupada residente no Município do Rio de Janeiro, em comparação com o Estado e o País. Esta análise deve ser lida em complemento à apresentada no capítulo 4, no qual tratamos da taxa de formalidade da economia do Rio, tomando os indicadores de contribuição previdenciária como medida mais importante de formalidade.

Iniciando a análise pelo Gráfico 5.16, vê-se que o percentual de residentes no Município que contribuía para a Previdência Social era bem superior ao das outras duas áreas de comparação: 64%, contra 59% no Estado e 48% no País. Essa discrepância em favor dos cariocas ocorria em todas as faixas etárias, com exceção daqueles com até 19 anos, entre os quais os valores para Município e Estado se equivaliam, e num patamar bastante baixo (25%).

Gráfico 5.16

População ocupada de 10 anos de idade ou mais, segundo faixa etária e condição de contribuição para previdência no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2006



A menor taxa de contribuição previdenciária nesta faixa de idade está relacionada com a maior probabilidade de este contingente se vincular a ocupações mais precárias e instáveis. Já nas faixas etárias mais avançadas, de 60 anos ou mais, a queda na taxa de ocupados contribuintes à Previdência Social, comparativamente às faixas de média idade, deve estar relacionada com pelo menos dois fatores: i) parte dos ocupados mais velhos já se aposentou, mas continua no mercado de trabalho em busca de complemento de renda; ii) os mais velhos têm maior dificuldade de obter ocupação no setor formal da economia, em grande medida à causa de discriminação por idade, levando-os, assim, a ocupar-se em atividades informais que, em geral, apresentam menores taxas de contribuição previdenciária. Não obstante, mais uma vez destacamos que, no Município do Rio, o percentual de moradores nesta faixa superior de idade, que estavam ocupados e contribuía para Previdência Social, era maior do que no Estado e no Brasil.

Por intermédio do Gráfico 5.17 vemos a contribuição à previdência dos ocupados, segundo os ramos de atividade econômica nas três áreas de comparação. O primeiro aspecto digno de nota diz respeito à menor taxa de contribuição dos servidores públicos residentes no Município e no Estado, em comparação com o Brasil como um todo em 2006. Enquanto no Brasil perto de 86% dos servidores contribuía para a previdência, entre os moradores do Município a taxa era de perto de 68%, 76% no Estado. Esse dado não deve ser tomado como indicador inequívoco de menor taxa de formalidade do emprego público do Município, obviamente. Os moradores do Rio não necessariamente trabalham no Município, como já se alertou outras vezes neste

estudo. Mas como a taxa de contribuição no Município era menor do que no Estado (considerado exclusive a capital), é de se supor que ela se refira, majoritariamente, aos servidores públicos municipais, o que indicaria a maior precariedade relativa do serviço público municipal.

Contudo, quando analisamos mais de perto a evidência disponível, descobrimos que o Município do Rio de Janeiro tem proporção bem mais elevada de militares na população classificada como empregada na administração pública. Enquanto no País como um todo os militares eram 6,6% desses servidores, no Rio a proporção chegava a 27%. Como os militares não contribuem para a Previdência Social, isso redundava na redução da taxa global de contribuição dos ocupados na administração pública residentes no Município. Porém, é bom salientar que é maior a presença de assalariados sem carteira na administração pública que não contribuía para a previdência no Rio, em comparação com o País. Enquanto no Município os administradores públicos sem carteira que contribuía eram apenas 33% do total, no Brasil a taxa chegava a 63% em 2006¹⁵. Ao que parece, no Rio é maior a presença de prestadores terceirizados de serviços, muitas vezes ligados a fundações e cooperativas de intermediação de mão de obra e que, por lei, não precisam contribuir para a Previdência Social.

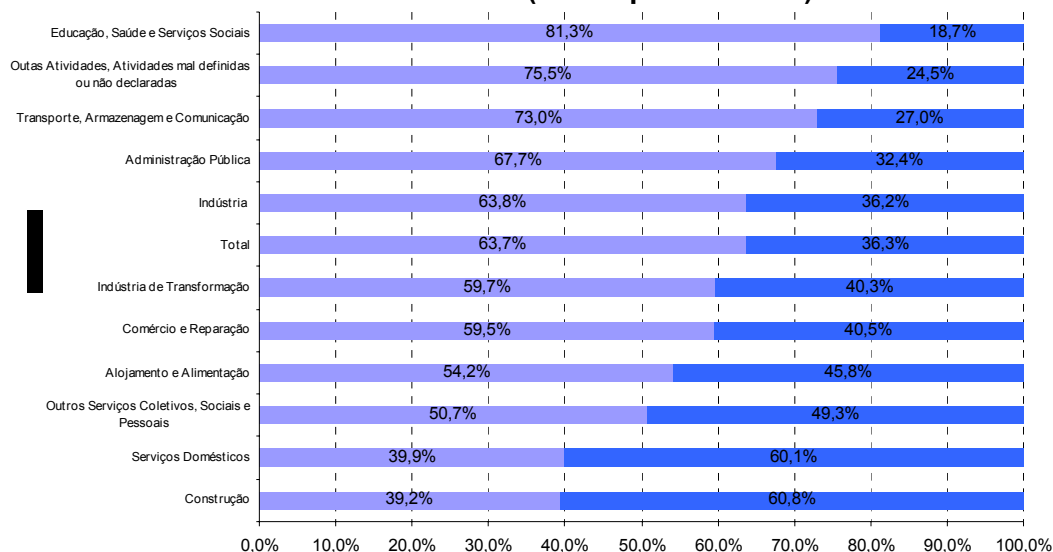
Entre os ocupados residentes no Município do Rio, os maiores percentuais de contribuição para Previdência Social ficavam no ramo de educação, saúde e serviço social (81,3% do total de ocupados). Em segundo lugar a categoria “Outras Atividades”, com 75,5% do total de ocupados, seguida do agregado “Transporte, Armazenagem e Comunicação”, com 73% de contribuição. A administração pública era o quarto setor em participação. O peso do funcionalismo público deve estar contribuindo para as maiores taxas de formalização do primeiro agregado de setores da lista, tanto no Estado quanto no Município do Rio. Além disso, transportes urbanos e telecomunicações são setores tradicionalmente formais, porque fortemente regulados pelo poder público. Estado eminentemente urbano que é, o Rio acompanha o Município neste pormenor. No Brasil o transporte rodoviário tem maior peso do que o urbano, e os ocupados nesse setor nem sempre são assalariados com carteira. Isso explicaria a menor participação, no País, de contribuintes nesse agregado econômico.

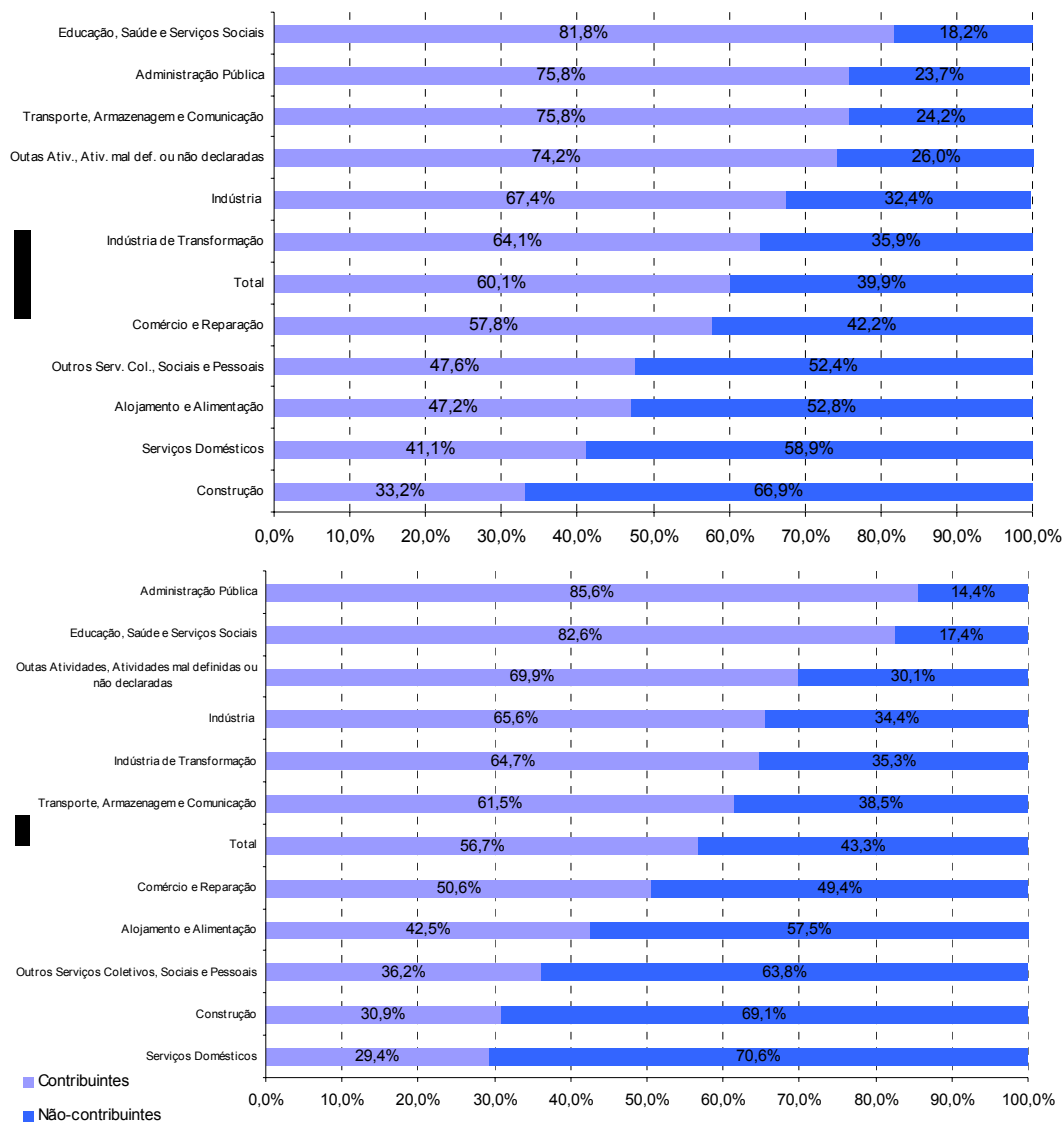
¹⁵ Essas informações foram obtidas dos microdados da PNAD 2006.

O segundo aspecto de interesse quanto a esses dados tem a ver com a grande proximidade das proporções de contribuintes do Município, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil em 2006, segundo o setor econômico. Para obter o ordenamento encontrado no Município, bastaria trocar dois setores do Estado de posição (“Outras...” no lugar da administração pública; e “Outros serviços...” no lugar de “Alojamento...”). As variações percentuais intra-setores econômicos nas duas áreas geográficas tampouco são de monta, ficando ao redor dos 4%, em média. Algo semelhante ocorre no caso do Brasil como um todo, com a diferença de que seriam necessárias três mudanças de posição (“Administração Pública” cairia três posições, “Transporte...” subiria três posições, e “Construção Civil” trocaria de lugar com “Serviço Doméstico”) para tornar a classificação do Brasil idêntica à do Município do Rio. Desse ponto de vista, não se pode dizer que a contribuição previdenciária por setor distinga de forma importante o Município, o Estado e o País. O que sim, os distingue, é o total de contribuintes, bem maior na primeira área geográfica.

Gráfico 5.17

População ocupada de 10 anos ou mais, segundo contribuição para a Previdência Social e ramos de atividade no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil – 2006





Por fim, retomemos alguns dados já abordados no capítulo 4 e vejamos a evolução, no intervalo 2001-2006, da proporção de aposentados e pensionistas no total da PIA, da PEA, da população ocupada e da População Não Economicamente Ativa (PNEA) de 10 anos de idade ou mais. Essa informação é muito importante para aquilatar tanto o peso da inatividade quanto a participação relativa das rendas provenientes de fontes previdenciárias, por sua vez aspecto decisivo da saúde ou fragilidade futura da Previdência Social.

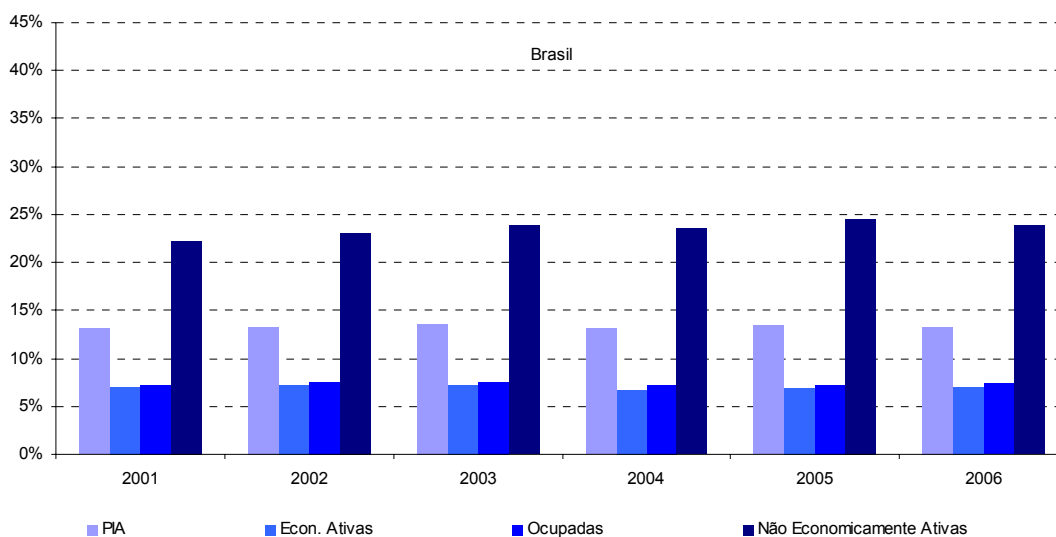
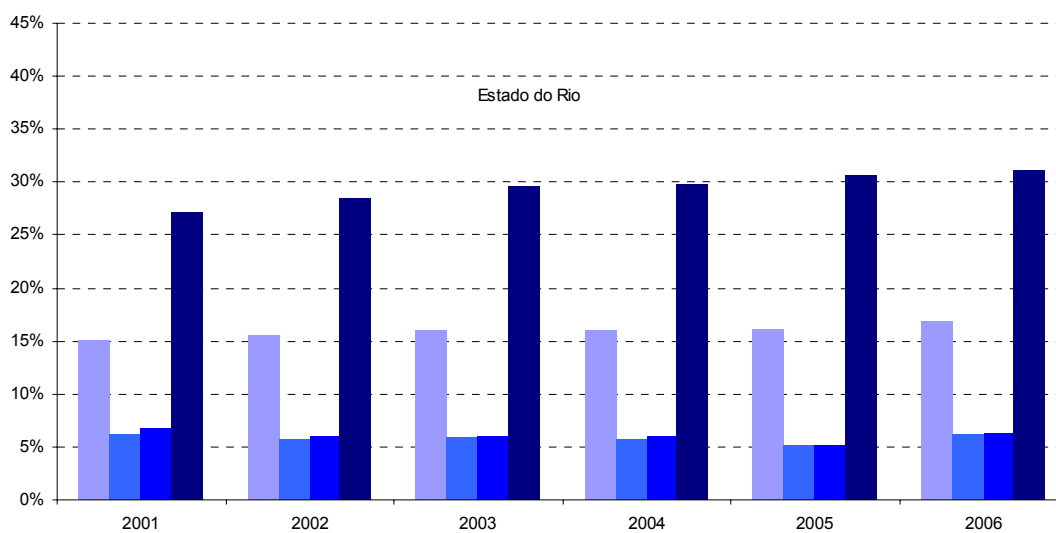
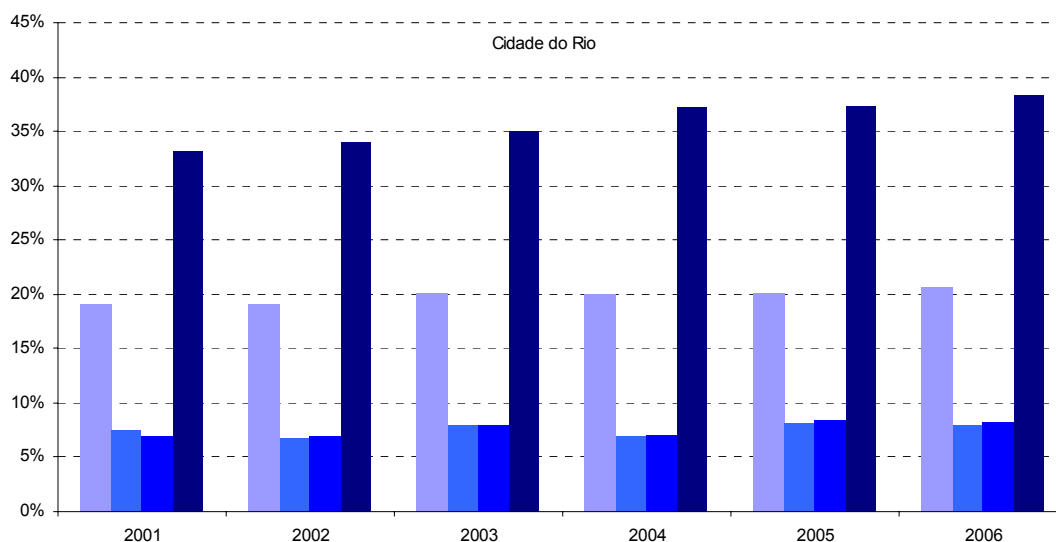
Comparando-se os três conjuntos de informação do Gráfico 5.18, percebe-se nítida redução da proporção de aposentados e pensionistas à medida que se amplia o nível geográfico do Município para o Estado, e deste para o País. Em 2001, por exemplo, os membros da PNEA carioca que recebiam pecúlio previdenciário eram 33%, ou um terço do total, contra 27% no Estado e 22% no País. Em 2006 todas as

áreas tinham aumentado a proporção de beneficiários, mas o aumento no Rio foi maior, resultando em ampliação significativa das diferenças. Enquanto os cariocas fora da PEA que recebiam aposentadoria ou pensão eram 38,3% ao final do período, os fluminenses eram 31,1% e os brasileiros, 23,8%. No caso do Estado, a diferença em favor dos residentes no Município cresceu de 5 para mais de 7 pontos percentuais. Em relação ao Brasil, o salto foi de 11 para 14,5 pontos percentuais em seis anos. Ou seja, vem-se ampliando a proporção da população inativa beneficiária de aposentadorias e pensões, e isso numa situação em que a própria proporção de inativos na população também cresce, como já foi salientado outras vezes.

O aumento de beneficiários na PNEA acaba se refletindo na PIA, que é a soma daquela com a PEA. Como, porém, a proporção de aposentados e pensionistas na PEA é pequena (8% em 2006 no Município do Rio), isso acaba trazendo para baixo as taxas da PIA. No Município do Rio a proporção de beneficiários em 2006 não chegava a 21%, e era de menos de 17% no Estado e de pouco mais de 13% no País. Isso é o mesmo que dizer que, no Brasil como um todo, a taxa de dependência das pessoas em idade ativa em relação à Previdência Social era de 13%, ou 1 em cada 7,7 pessoas, enquanto no Município do Rio essa dependência era de 1 em cada 5 pessoas. Esta taxa deve ser ligeiramente descontada dos que, recebendo pecúlio previdenciário, estavam ocupados, com isso complementando sua renda (ou tendo-a complementada) com o recurso contributivo. Eles eram, como afirmado, 8% dos cariocas em 2006, além de 6% dos fluminenses e de 7,4% dos brasileiros.

Gráfico 5.18

Proporção de pessoas da PIA, da PEA, da população ocupada e da PNEA que recebiam aposentadoria ou pensão no Rio de Janeiro (Município e Estado) e no Brasil - 2001-2006



Conclusão

Ao longo deste capítulo pudemos estabelecer diversas comparações acerca das formas de vínculo da população residente no Município do Rio de Janeiro no mercado

de trabalho. Os indicadores analisados refletem, sobretudo, a primeira metade da presente década, e nesse lapso os indicadores do mercado de trabalho brasileiro ainda padeciam das seqüelas da forte contração ocorrida nos anos 1990, decorrentes dos processos de ajuste estrutural de nossa economia aos novos marcos liberalizantes das finanças mundiais, na qual, de resto, o Brasil acabou ingressando tardiamente em relação ao conjunto de países da América Latina. Contudo, em 2005 o mercado de trabalho brasileiro já apresentava melhores indicadores em termos de taxas de desemprego, população com carteira assinada, níveis de rendimento do trabalho e redução da desigualdade social e da pobreza, temas estudados neste e nos outros capítulos desta publicação. O Município do Rio de Janeiro só os exibiria no ano de 2006. Assim, se os dados analisados, no caso do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, captaram dinâmica mais larga de recuperação, a informação referente à cidade só melhora expressivamente no último ano estudado, devendo ser tomada, portanto, como possível início de uma nova fase, mais favorável, nas condições gerais do mercado de trabalho.

De qualquer maneira, quando analisamos comparativamente os dados dos *cariocas* ocupados, vis-à-vis a população ocupada residente no Estado do Rio de Janeiro, é notório que os indicadores do acesso da população residente no Município ao mercado de trabalho eram bem melhores do que os apresentados pelos moradores no interior do Estado. Essas evidências apareceram em quase todos os indicadores mobilizados, com destaque para a evolução do contingente empregado com carteira assinada; o percentual dos trabalhadores ocupados que contribuía para a Previdência Social; a evolução do rendimento real mensal médio dos empregados com carteira assinada (analisada no capítulo 4); a evolução da composição da população ocupada distribuída por faixas horárias selecionadas de jornada de trabalho e mesmo a renda em salários mínimos. Isso permitiu que o Município mantivesse (e em alguns casos ampliasse) sua posição de destaque no Estado e também no Brasil.

De todo modo, vale frisar que a evolução de alguns indicadores de acesso ao mercado de trabalho por parte da população interiorana de nosso Estado sugere dinamismos econômicos específicos que a capital, ao menos até o ano de 2005, não havia logrado obter, algo que só aconteceria em 2006. Referimo-nos ao contexto recente de fortalecimento econômico de certas microrregiões do Estado do Rio de Janeiro, puxadas por diferentes carros-chefes (Região Serrana: indústria têxtil, comércio destes produtos e turismo; Região Norte Fluminense: extração de petróleo e

turismo; Região Sul Fluminense: pólo metal-mecânico e químico, turismo; determinadas áreas da Baixada Fluminense: setor têxtil; etc.). Esses movimentos certamente impulsionaram os indicadores do interior do Estado (em especial os que se referem ao emprego com carteira assinada e os direitos sociais correspondentes) em ritmo mais acelerado, até 2005, do que o ocorrido na capital. Outra possibilidade, que não deve ser desprezada, diz respeito ao deslocamento de setores das classes médias, outrora residentes na capital do Estado, rumo ao interior, em busca de melhor qualidade de vida, tendo em vista o trânsito, a violência urbana ou mesmo a qualidade intersubjetiva das relações entre vizinhos e habitantes do interior do Estado. Nesse caso, não necessariamente estaria ocorrendo mudança na qualidade do mercado de trabalho do Município do Rio, pois nada impediria que muitas daquelas pessoas morassem em no Município e continuassem trabalhando na capital. Ou por outra, o que poderia estar ocorrendo seria antes um deslocamento das pessoas (da capital rumo ao interior) do que dos empregos.

Seja como for, em 2006 a capital fluminense voltou a observar grande melhoria em seus indicadores de mercado de trabalho, recuperando o terreno perdido para o interior do Estado e o País em áreas tão importantes quanto o desemprego, a renda, a taxa de formalidade, a qualidade dos empregos e o suporte previdenciário, dentre outros aspectos relevantes. Embora algo tardiamente, o Município pode ter finalmente encontrado o caminho para juntar-se ao resto do País e ao interior do Estado, neste momento de melhoria geral das condições de vida e trabalho.